Orçamento Geral do Estado

2011

Panorama Orçamental

Livro 1

“Adeus Conflito, Bem-vindo Desenvolvimento”
Livro 1 Panorama Orçamental

Prefácio

A Lei Orgânica do Ministério das Finanças especifica a responsabilidade da Direcção Nacional do Orçamento no sentido de recolher e gerir informações financeiras relativas ao sector público e publicar os resultados estatísticos.

De acordo com esta provisão, e com vista a melhorar a transparência das finanças públicas, o Ministério das Finanças publica a versão final dos documentos relativos ao Orçamento Geral do Estado para 2011, promulgada por Sua Excelência o Presidente da República Dr. José Ramos-Horta, no seguimento de debate na sessão plenária do Parlamento Nacional.

A documentação referente ao Orçamento Geral do Estado para 2011 consiste na Lei do Orçamento, publicada em Diário da República, assim como em seis livros orçamentais de apoio:

- Livro 1 Panorama Orçamental
- Livro 2 Planos Anuais de Ação
- Livro 3 Distritos
- Livros 4a e 4b Itens Operacionais Orçamentais
- Livro 5 Parceiros de Desenvolvimento
- Livro 6 Fundos Especiais

O Livro 1 Panorama Orçamental descreve a estratégia orçamental geral do Governo, dando informações sobre o panorama económico internacional e doméstico, as receitas esperadas a nível doméstico e com base no petróleo, incluindo rendimento sustentável esperado, bem como a despesa geral a médio prazo e as principais novas iniciativas no próximo ano.


Numa altura em que Timor-Leste diz adeus ao conflito e bem-vindo ao desenvolvimento, acredito que este documento servirá para aumentar a sensibilização e o entendimento a respeito das finanças do Governo, dando ao povo de Timor-Leste, à sociedade civil e aos nossos parceiros de desenvolvimento informações relevantes sobre o Orçamento do Estado para 2011.

Emília Pires
Ministra
ÍNDICE

PARTE 1. DISCURSO DO PRIMEIRO-MINISTRO ------------------------------------------3

PARTE 2. SUMÁRIO EXECUTIVO --------------------------------------------------------21

PARTE 3. PANORAMA ECONÓMICO-------------------------------------------------------25

1. Economia Internacional-----------------------------------------------------------------25
   Economias Avançadas-------------------------------------------------------------------26
   Ásia----------------------------------------------------------------------------------26
   Países Emergentes e em Vias de Desenvolvimento--------------------------------------27
   Preços Mundiais---------------------------------------------------------------------28

2. Economia Doméstica------------------------------------------------------------------29
   PIB Não-Petrolífero------------------------------------------------------------------29
   Despesas Governamentais-------------------------------------------------------------30
   Receitas Petrolíferas----------------------------------------------------------------33
   Inflação---------------------------------------------------------------------------34
   Emprego-------------------------------------------------------------------------------36
   Pobreza e Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM)---------------------------36
   Perspectivas a Médio Prazo (2011-2015)---------------------------------------------38

PARTE 4. DESPESA---------------------------------------------------------------------40

1. Introdução-------------------------------------------------------------------------40

2. Análises da despesa------------------------------------------------------------------41

3. Principais iniciativas propostas para 2011------------------------------------------41
   Despesas do CFTL--------------------------------------------------------------------42
   Salários e Vencimentos----------------------------------------------------------------42
   Bens e Serviços---------------------------------------------------------------------43
   Transferências Públicas-------------------------------------------------------------43
   Capital Menor-----------------------------------------------------------------------44
   Capital e Desenvolvimento do CFTL---------------------------------------------------45

4. Fundos das Infra-estruturas---------------------------------------------------------45

5. Despesas de Desenvolvimento para Capital Humano-----------------------------------46

PARTE 5. RECEITAS--------------------------------------------------------------------48

1. Introdução-------------------------------------------------------------------------48

2. Receitas Domésticas-----------------------------------------------------------------48
   Impostos---------------------------------------------------------------------------49
   Taxas de Utilização e Pagamentos----------------------------------------------------49
   Vendas de Arroz e Juros-------------------------------------------------------------50
   Instituições Autónomas-------------------------------------------------------------51

3. Receitas Petrolíferas---------------------------------------------------------------51
   Retorno de Investimentos-----------------------------------------------------------54
PARTE 1. DISCURSO DO PRIMEIRO-MINISTRO

DISCURSO DE
SUA EXCELÊNCIA O PRIMEIRO-MINISTRO
KAY RALA XANANA GUSMÃO
POR OCASIÃO DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE
LEI DO ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO PARA 2011

PARLAMENTO NACIONAL
12 DE JANEIRO DE 2011

Sua Excelência Senhor Presidente do Parlamento Nacional
Excelências, Representantes da Sociedade Civil e da Imprensa
Distintos Deputados
Colegas do Governo
Senhoras e Senhores,

Nunca é demais, nesta oportunidade, desejar aos titulares dos Órgãos de Soberania do País, aos distintos Representantes do Povo nesta Magna Casa e a todo o Povo, os sinceros votos do meu Governo para que, no ano 2011, todos disseminemos os valores da moral política e encorajemos os padrões da ética profissional, e para que todos aprofundemos a confiança do Povo no futuro, consolidando assim a harmonia social, pela estabilização da tolerância democrática.

Não é demais também recordar que percorremos já e apenas uma década, neste processo de transição à recuperação da soberania, iniciado praticamente em 2000, com a UNTAET. Dois anos depois, em Dezembro de 2002, começámos com pequenas escaramuças, em Dili, havendo até incêndio de umas casas. Em Fevereiro de 2004, em Lospalos, as nossas Forças saíram à rua, disparando tiros, prendendo policias e assustando a população. Em Abril de 2005, houve 19 dias de manifestações em Dili, que se não causou maiores prejuízos, provocou um sentimento geral de ansiedade e frustração.

Em Março de 2006, em Baucau, começou o levantamento de militares, com adesão a de outras unidades, facto que provocou incomensuráveis danos ao Estado. Em Fevereiro de 2008, o malogrado atentado a titulares de 2 Órgãos de Soberania, tendo causado enormes repercussões políticas, a nível nacional e internacional.

Parecia que Timor-Leste e o seu Povo estavam condenados a um anel de fogo e de violência, violência que se repetia de dois em dois anos.
Foi, neste sentido, que, em 2009, no décimo aniversário do Referendo, o meu Governo lançou a mensagem a todo o Povo: Adeus Conflito, Bem-vindo Desenvolvimento! Em 31 de Dezembro, fechámos o 2010, num ambiente de festa, porque durante todo o ano, pudemos notar que, à noite, as nossas crianças saem às ruas e as mães levam os bebés ao colo para desfrutar a alegria colectiva de que estamos a caminhar verdadeiramente para uma sociedade solidária e amiga e, sobretudo, uma sociedade tolerante e, por natureza, pacífica.

Quero, ainda e em nome do meu Governo, expressar também os profundos sentimentos de gratidão aos Órgãos de Soberania do Estado, aos partidos políticos, à Igreja e todas as confissões religiosas, à Comunidade Internacional, à ONU e à ISF, à Sociedade Civil e à Juventude e, com mais razão, a todo o Povo de Timor-Leste, pelos esforços feitos, por cada um e por todos, para garantir a estabilidade política no País.

Que o 2011 seja o Ano de Reforço da Paz e da Estabilidade, para que a década que começa até 2020, venha a conhecer, de facto, o caminho do progresso social e político e o desenvolvimento económico, de que Timor-Leste precisa e merece, depois da difícil luta de 24 anos pela independência e depois dos 10 primeiros anos de construção das fundações do nosso jovem Estado.

Excelências

Senhoras e Senhores,

Já que estamos a recordar os dez primeiros anos, para chegarmos até aqui, queria lembrar também a todo o Povo e aos distintos deputados, em particular, que o ano 2011 será, apenas, a continuação de um esforço de 3 anos e meio para cumprir com o programa do IV Governo Constitucional.

As ideias laminares que cobriam o nosso Programa de 5 anos, apresentado aqui no Parlamento Nacional, em inícios de Setembro de 2007, eram:

- a necessidade de o Povo recuperar a sua confiança nas instituições do Estado. E acreditamos firmemente que conseguimos fazer isso mesmo, incutir essa consciência, esse espírito. Se uma das causas da crise de 2006 foi o desmoronamento da disciplina e da ética profissional nas nossas Forças de Defesa e Segurança, hoje, apesar de ainda haver muito trabalho a fazer, nas duas instituições, não podemos deixar de valorizar o esforço contínuo e empenhado do Comando, tanto das F-FDTL como da PNTL, na correção e melhoria dos nossos militares e policiais. Este facto, sem dúvida alguma, contribuiu muito também para o ambiente de confiança e estabilidade que hoje desfrutamos.
a criação de condições para uma dinâmica de crescimento progressivo, capaz de combater o desemprego. E provámos isso mesmo, uma nova dinâmica de participação e, embora mais acentuadamente em Dili, ninguém, com olhos de ver, pode negar que se nota uma azáfama de actividades económicas e só assim se pode ir criando empregos. No interior do País, também conseguiu-se estabelecer mecanismos descentralizados de operatividade do sector privado e de criação de emprego local.

a necessidade de um devido apoio, isto é, um apoio consequente e determinado ao sector privado nacional, para a sua gradual capacitação pelos critérios da competência, honestidade profissional, capacidade técnica na sua relação com o valor dos projectos. Como resultado de uma definição mais clara da parceria entre o Governo e o sector privado, neste período crucial de construção do País, é que se iniciou este processo e, acreditamos, fizemos o que pudemos nesta área.

o princípio fundamental de boa governação exigi-nos um processo também gradual de reforma para a modernização da Administração Pública. Esforços foram feitos para o estabelecimento de um sistema de base, com resultados a médio prazo, pela criação da Comissão da Função Pública. O objectivo, a curto prazo, é de reabilar a imagem e o papel do serviço público. Com os servidores do Estado, continuamos comprometidos a melhorar o seu profissionalismo e incutir, como padrão de ética, a honestidade, a disciplina e o espírito de equipa.

neste sentido também, é que se deu importância à necessidade e valorização dos recursos humanos. Foram tomadas já algumas iniciativas, mas esta questão é uma questão que, a médio e longo prazo, deve continuar a merecer a melhor política e sua melhor aplicação. O nosso País tem que ter técnicos de alta qualidade e especialistas, nas diversas áreas, para evitar que continuemos a depender da subserviência ao alto salário, como acontece a muitos (timorenses ou estrangeiros) obedecendo às organizações que lhes pagam, invertendo o espírito de servir o Povo e o País.

na área de políticas sociais, iniciou-se um processo de pagamento aos veteranos, aos idosos e inválidos. Também nesta área, deu-se assistência ao tratamento no exterior a casos que não podiam ser tratados aqui no País. O meu Governo continua a estudar um Sistema de Segurança Social, que possa ser aplicado às condições actuais e futuras de Timor-Leste e que possa ser sustentável, dado que teremos, a
curto prazo, milhares de funcionários e servidores do Estado que deverão passar à reforma.

Por isso, e como apresentei aqui no Parlamento Nacional, em Setembro de 2007, o meu Governo rejeita a filosofia de ‘um país pobre e um povo na miséria, orgulhosos de possuir muito dinheiro, nos bancos de países ricos’. E, todos sabem, a maior parte do dinheiro do Fundo Petrolífero está no ‘US Treasury Bonds’ e acredito que todos acompanham a recessão económica mundial e percebem também a grande fragilidade da economia americana, que nos sugere que, em valor real, a nossa riqueza, em dólar americano, está abaixo do valor nominal que se supõe.

Neste sentido é que, desde Setembro de 2007, o meu Governo declarou neste Parlamento que ‘pretende usar a riqueza dos recursos naturais e minerais, de forma controlada e eficiente’. Em Setembro de 2007, a previsão do valor total do Fundo do Petróleo era de:

- para 2007......................... 1.940 milhões de dólares americanos
- para 2008 ......................... 2.906 milhões de dólares americanos
- para 2011 ........................ 5.550 milhões de dólares americanos


Quis colocar tudo isto, hoje, para que não percamos energias a falar de Fundo do Petróleo, como se o meu Governo não conhece o assunto, como se o meu Governo não percebe o que é ‘virus norueguês’ e o que é ‘doença holandesa’.

Relativamente às receitas petrolíferas, estas dispararam em 2010. Timor-Leste registou um aumento de 38% em relação aos níveis de 2009, com as receitas petrolíferas a atingirem o valor recorde de 2,172 mil milhões de dólares.

Prevê-se que as Receitas Petrolíferas continuem elevadas em 2011 e 2012, devido sobretudo à demanda das economias emergentes e aos prejuízos causados pelas alterações climáticas que estão a afectar todo o mundo. Assim, as receitas petrolíferas estimadas para 2011 e 2012 são respectivamente 2,2 mil milhões de dólares e 2,4 mil milhões de dólares.

O Rendimento Sustentável Estimado (RSE) está calculado em 734 milhões em 2011, o que significa um aumento de 232 milhões em relação ao ano de 2010. Este aumento deve-se sobretudo a uma alteração na metodologia de cálculo do RSE, ou seja, anteriormente para os cálculos do RSE fez-se a previsão da WTI (West Texas Intermediate) usando a estimativa de
cenário baixo de preços do petróleo da Administração de Informações sobre Energia (EIA) fornecida no seu relatório anual, o que estava a ser considerado excessivamente prudente.

Para o cálculo do RSE para 2011 foi usada a média das estimativas baixa e de referência da EIA como preço petrolífero da WTI de referência para o cálculo do RSE. A média dos dois cenários da EIA está bem dentro do intervalo de confiança de 68 por cento em torno dos preços de futuros médios, e significativamente abaixo da média dos preços de futuros. O nosso Auditor Independente do Fundo Petrolífero certificou estes cálculos e confirmou que estão a ser feitos de acordo com os requisitos da Lei do Fundo Petrolífero.

A previsão do preço do petróleo segundo a WTI é de 68 dólares por barril em 2011 e 71 dólares em 2012, aumentando para 110 dólares por barril em 2024. Esta revisão na metodologia vem atestar a competência do Ministério das Finanças, que após 5 anos da existência do RSE fez uma revisão crítica a todo o processo e concluiu que previsões excessivamente prudentes podem pôr em causa a credibilidade dos cálculos do RSE.

Qualquer opinião, defensora deste método de previsões, isto é, de estimativa excessivamente prudente, padece do vírus norueguês, esquecendo que a própria Noruega levou muitas dezenas de anos para adoptar isso... já depois da Noruega se tornar económica e socialmente desenvolvido, sem se preocupar com bolsas de mãe, com idosos e veteranos, professores e parteiras que ainda são poucos, com a malária e a tuberculose, com a falta de mesas e bancos nas escolas, com a água e saneamento, com a electricidade, com a agricultura de subsistência, com o sector privado em embrião, entre tantos outros desafios que Timor-Leste enfrenta e tem que resolver.

Não deixando de continuar a ser um cálculo prudente, o RSE é agora mais apropriado às reais circunstâncias, não arriscando as receitas futuras do Fundo. É política deste Governo que estes fundos sejam utilizados **agora e no futuro**, investindo com vigor na nossa Nação e no nosso Povo.

É política deste Governo servir os melhores interesses do nosso Povo e não “baixar os braços” perante novos desafios, mesmo que impliquem muitas horas de estudo e reflexão. Tivemos por isso a coragem, depois de muito ponderar, de ao longo destes três anos que passaram, ter vindo a desenvolver gradualmente uma estratégia de investimento do Fundo Petrolífero com mais vantagens para Timor-Leste.

Pretendemos diversificar a carteira de investimentos numa gama de classe de activos, regiões e moedas, de forma a reduzir riscos e a aumentar os retornos esperados. Desde 2009 a carteira de investimento contém uma gama de títulos de governos estrangeiros e títulos emitidos por Organizações Supranacionais, sendo que em Outubro de 2010 o Fundo começou a investir nos
mercados globais de acções – tudo isto, como é óbvio, cumprindo em rigor a letra da Lei do Fundo Petrolífero.

*Senhor Presidente do Parlamento Nacional,*  
*Distintos Deputados,*  
*Senhoras e Senhores,*

Por tudo o que foi dito é que podemos constatar que o Orçamento Geral do Estado para 2011 situa-se entre os resultados positivos já atingidos até à data e aquilo que é ainda exequível implementar para terminar de cumprir rigorosamente o que foi comprometido no Programa do IV Governo.

As políticas de reforma, implementadas por este Governo já deram origem a resultados económicos e sociais notáveis em 2010, reconhecidos a nível internacional, ultrapassando-se assim com sucesso as crises cíclicas que se vinham a registar desde 2002.

Timor-Leste é presentemente uma Nação cada vez mais estável e que progressivamente se afirma no combate empenhado à pobreza. Cerca de 96.000 pessoas saíram de uma situação de pobreza extrema, fruto dos 1,4 mil milhões de dólares de despesa pública investidos que resultaram numa diminuição de 9% na pobreza. Assim, a tendência de subida que se vinha a registrar em 2007, quando a pobreza tinha atingido o seu máximo de 50%, foi finalmente invertida.

Também o desemprego, uma maleita não só em Timor-Leste mas também em muitas sociedades desenvolvidas dos dias de hoje, foi reduzido, com as estatísticas mais recentes a mostrarem que uma média de 95% dos homens entre os 30 e os 49 anos e aproximadamente duas em cada cinco mulheres entre os 15 e os 49 anos estavam classificados como actualmente empregados.

E se em 2007, 85% de todos os timorenses estavam empregados no sector da agricultura, actualmente já apenas 67% dos homens empregados e 61% das mulheres empregadas trabalham na agricultura, sendo que o sector das vendas e dos serviços emprega 22% das mulheres e 14% dos homens, o que demonstra uma progressiva diversificação e modernização da economia timorense.

Os Indicadores de Desenvolvimento do Milénio foram atingidos no que diz respeito às taxas de mortalidade infantil e de crianças abaixo dos cinco anos. Os indicadores de saúde estão a melhorar rapidamente, sendo que 78% das crianças são actualmente tratadas relativamente a doenças básicas e 86% das mães recebem cuidados pré-natais, um aumento de 41%.

É ainda com orgulho, e com ainda maior alento para o futuro, que vemos Timor-Leste comparado contra os índices globais, com um crescimento económico em 2009 de 13% - este foi
não só o crescimento mais elevado da região, como também um dos dez mais elevados em todo o mundo durante os anos de 2008 e 2009.

As reformas ao nível da Gestão das Finanças Públicas têm sido fundamentais para este crescimento. Como por exemplo, as reformas ao sistema tributário que fizeram subir a classificação global de 75.º para 19.º, tendo o Doing Business global subido 7 posições. Se, por um lado, são ainda pequenos sucessos, por outro, isto só significa que estamos a realizar algum progresso.

Por outro lado, o Índice de Desenvolvimento Humano das Nações Unidas de 2010 mostra que Timor-Leste subiu 11 posições desde 2005, com Timor-Leste a situar-se actualmente na categoria de desenvolvimento humano médio, e o recente Índice de Percepções de Corrupção de 2010, da Transparencia Internacional, mostra também uma subida de 19 posições ao longo dos últimos 12 meses.

Timor-Leste foi o terceiro país em todo o mundo a conseguir o estatuto de cumprimento pleno com a Iniciativa de Transparencia das Indústrias Extractivas. O Instituto Revenue Watch e a Transparencia Internacional classificaram Timor-Leste em 2010 como estando no grupo dos países com maior transparência ao nível das receitas.

Não podemos, portanto, iniciar este ano de 2011, sem nos sentirmos encorajados. O meu Governo sente a vontade renovada de contribuir para ainda mais e melhores progressos para a nossa Nação.

Senhor Presidente do Parlamento Nacional
Distintos Deputados,

A política orçamental para 2011 foi portanto concebida para consolidar os passos já dados, nos recentes anos anteriores, de crescimento e desenvolvimento económico.

Para este objectivo, podemos contar com o compromisso de uma cada vez maior eficiência da nossa Função Pública, que é agora capaz de gerir uma máquina administrativo-financeira mais robusta, assim como com as melhorias de desempenho do Sistema de Gestão de Finanças Públicas que permitiram, mais uma vez, taxas de execução orçamental, relativamente a 2010, muito satisfatórias.

Assim, a 31 de Dezembro de 2010, registámos que a despesa total em dinheiro efectuada pelo Governo foi de $687.78 milhões de dólares, o que representa uma taxa de execução de 82.1%.

Importa aqui ressalvar o seguinte:
1. Esta taxa de execução orçamental vai ser ainda superior, porque de acordo com os standards internacionais praticados, o fecho das contas é apenas totalmente contabilizado passado dois meses do final do ano financeiro em causa.

2. O Governo já não inclui os compromissos, ou “commitments”, nos relatórios de execução financeira. A título de esclarecimento, devo informar que há diferença entre obrigações (“obligations”) e compromissos (“commitments”).

3. Todos os fundos que não foram utilizados voltam para os cofres do Estado no final do ano, de forma transparente.

4. A despesa é monitorizada diariamente através do sistema de FreeBalance, face à despesa aprovada em Parlamento Nacional, garantindo assim maior transparência e ajuste em tempo real às contingências registadas no País, com maior eficiência dos gastos públicos.

5. Finalmente, é importante sublinhar que foi executado 73,8% de capital de desenvolvimento, um resultado notável já que este ano enfrentámos alguns constrangimentos institucionais que condicionaram os processos de aprovisionamento e, também, uma época de chuvas bastante prolongada e, digo mesmo, atípica.

Senhor Presidente do Parlamento Nacional,

Excelências,

O total das despesas do Estado de Timor-Leste para 2011 está estimado em $985 milhões de dólares, estando as receitas totais não petrolíferas estimadas em $110 milhões. O défice fiscal não petrolífero é assim de $875 milhões, dos quais $734 milhões serão financiados a partir do Fundo Petrolífero e $141 milhões do Fundo Consolidado de Timor-Leste.

Senhoras e senhores, a principal mensagem deste orçamento não será totalmente diferente das mensagens dos orçamentos anteriores: O investimento na área das infra-estruturas e o desenvolvimento de capital humano é cada vez mais crucial para Timor-Leste, se queremos diversificar a economia e transformar uma economia que é fundamentalmente baseada no petróleo numa economia não-petrolífera!

Este não é um dado novo e sabemos que todas as economias (e economistas) do mundo partilham esta mesma visão. O desafio consiste precisamente na forma de implementar este objectivo.

Deixemos os países ricos do ‘G20’ ou ‘G8’ fazerem os seus reequilíbrios necessários, para a recuperação gradual das suas economias, mas, enquanto isso, nós os timorenses, concentraremos as nossas atenções neste processo complexo dos dez anos de construção do Estado e da Nação. Porque se não, caímos na desfaçatez de compararmos os PIB, as Inflações e as Balanças Correntes...
com países como Singapura e Austrália, para não falarmos da própria Indonésia, com 250 milhões de habitantes e uma China de mais de 1 bilhão de habitantes.

O meu Governo orienta-se fundamentalmente pelo princípio de não perder, em nenhum momento, a realidade do País, as condições de desenvolvimento das instituições do Estado e a capacidade do seu capital humano. O meu Governo também se orienta pelo princípio de não aceitar tudo o que vem de fora, sem passar pelo crivo de ajustamento à realidade timorense.

É neste sentido que o Governo, tomando em conta a realidade e as dificuldades específicas a Timor-Leste, decidiu criar dois Fundos Especiais que irão assegurar uma melhor coordenação de projectos de investimento e desenvolvimento, assim como a sua realização gradual e plurianual e a sua monitorização.

Esta é a estratégia mais coerente e eficiente a ser aplicada no nosso País. Optámos assim pela criação destes fundos especiais para uma maior gestão, organização e controlo técnico-financeiro, ao mesmo tempo que libertamos os Ministérios, departamentos e outros serviços competentes, das questões mais burocráticas, para que estes dediquem todos os seus esforços à prestação de serviços ao Povo, ao invés de perderem parte do seu tempo a preocuparem-se com a realização dos seus projectos físicos. Há uma premente necessidade de melhorar a sinergia de actividades, para que não aconteça com que mais que uma escola ou uma clínica estejam concluídas, mas não estão entregues por falta de água, só porque está na dependência de outro organismo.

Não se trata portanto de uma centralização de financiamento mas antes da sua racionalização e eficiência, para garantir maior transparência quanto aos desenhos e custos unitários do material e eficácia na monitorização e processo de pagamento.

Assim, e do total orçamentado de **$895 milhões de dólares** para 2011, **$317,306 milhões** estão afectos ao Fundo das Infra-Estruturas e **$25 milhões** ao Fundo de Desenvolvimento de Capital Humano.

O Fundo das Infra-estruturas abrange projectos plurianuais e outros grandes projectos acima de um milhão de dólares.

O Fundo das Infra-estruturas irá ainda possibilitar a continuação do projecto da rede nacional de geração e transmissão de energia eléctrica, nas duas centrais de Hera e Betano. Alocámos apenas $166 milhões, embora sabendo que a quantia é inferior à que, na realidade, necessitariamos para a aceleração do projecto. A redução do montante provém apenas da necessidade de atender às várias necessidades do País, nestes primeiros anos, de grandes desafios.
Este Fundo visa ainda continuar a investir em estradas, pontes edifícios públicos, escolas e hospitais, para além do investimento necessário em sistemas financeiros integrados, com mais de $7,7 milhões destinados ao desenvolvimento de hardware e software de aprovisionamento e monitorização financeira.

Ainda com o Fundo das Infra-estruturas vamos iniciar o desenvolvimento da Costa Sul, com grandes projectos a decorrer em Tasi Mane, que custarão, nesta primeira fase, mais de $30 milhões de dólares.

Estes grandes projectos de incontornável interesse nacional incluirão:

- O Pacote de Desenvolvimento do Suai: incluindo o Porto Multifunções ($2,5 milhões); a Base de Fornecimentos ($11,5 milhões); e a Reabilitação do Aeroporto ($6,5 milhões).

- O estudo, concepção e supervisão detalhada do local de desenvolvimento da costa sul em Beacu ($5,8 milhões).

- O desenvolvimento de infra-estruturas na costa sul para análise da rota do gasoduto ($3,5 milhões), assim como os estudos ambientais inerentes ($2,8 milhões).

- E a concepção e estudos sobre o desenvolvimento do Porto marítimo de Dili ($2 milhões). A ponte-cais de Dili já não pode mais responder eficazmente, em espaço e operacionalidade, às exigências do aumento constante do volume das transacções comerciais.

Senhor Presidente do Parlamento Nacional,
Distintos Deputados,

Em Setembro de 2000, teve lugar em Nova Iorque a Assembleia do Milénio, onde Timor-Leste teve o privilégio de participar como observador, porque ainda não tínhamos recuperado a plena soberania. Ali, foram traçados os Objectivos do Milénio e, em 2015, Timor-Leste também terá que ir reportar o que fez e o que não fez, nestes quinze anos.

Em Setembro do ano findo, o nosso Presidente da República, Dr. José Ramos-Horta, anunciou na Assembleia-Geral das Nações Unidas, o compromisso de Timor-Leste na melhoria das condições de habitação da nossa população.

Foi assim concebido o programa MDG-Suco, através da provisão de habitações, energia solar, água e saneamento, para além de outras pequenas obras de desenvolvimento social. Este programa prevê ainda a construção de 5 casas em cada aldeia, o que significa que em 2011 vamos
providenciar habitação decente a mais de 11 mil famílias, com o objetivo final de, até 2015, termos melhorado as condições de vida a mais de 55 mil famílias, nas áreas rurais.

Excelências,

Senhoras e Senhores,

Sabemos que investir isoladamente nas infraestruturas sem investir paralelamente no capital humano, apenas nos levará a um “beco sem saída”. Se não quisermos depender indevidamente dos assessores, técnicos ou mesmo empresas internacionais, temos que acelerar imediatamente a estratégia de desenvolvimento dos nossos recursos humanos.

Nesse sentido, o desenvolvimento de recursos humanos não pode ser adiado, mas também não pode ser feito “às pressas” para obter resultados a curto-prazo; não pode absorver todos os meios financeiros da Nação, que são necessários a outros sectores importantes, mas também não é exequível sem um investimento substancial. Quero lembrar que, se houvesse uma solução fácil para este dilema, não existiriam, muito provavelmente, sociedades subdesenvolvidas no século XXI!

Financiar projectos plurianuais de formação e capacitação técnica e profissional para os timorenses em sectores como a justiça, a saúde, a educação, a agricultura, os recursos naturais, o turismo, a gestão financeira e, claro, as infraestruturas, cumpre não só o objetivo de investir no nosso crescimento económico e maior competição no contexto de desenvolvimento regional, como significa também investir na soberania nacional.

Por isso, o Fundo de Desenvolvimento do Capital Humano, com cerca de $25 milhões de dólares alocados para 2011, irá ser sobretudo utilizado para a concretização de formação profissional e técnica e atribuição de bolsas de estudo, assim como outras acções de formação, com vista ao aumento de quadros técnicos nacionais qualificados.

Esta iniciativa do Governo irá incluir em 2011, o investimento de:

- **$7,7 milhões** em Bolsas de Estudo no âmbito do Ministério da Educação.
- **$2,4 milhões** em formação técnica relativa ao Ensino Superior e Politécnico no Suai e Lospalos.
- **$2,1 milhões** para Bolsas de Estudo para formação na área de finanças públicas e formação informática.
- **$2,5 milhões** para Bolsas de Estudo para formação na área do sector petrolífero.
- **$2,6 milhões** para formação profissional no âmbito da SEFOFE.
- **$2,4 milhões** para formação em saúde e medicina.
• **$1,9 milhões** para formação profissional na área da justiça, nomeadamente para criminalistas, agentes de cadastro, auditores, magistrados, notários, advogados, tradutores e inspectores.

• **$1 milhão** para formação técnica em Administração Pública e atribuição de Bolsas de Estudo no âmbito do INAP.

• E, **$548 mil dólares** para formação de oficiais das F-FDTL e agentes da PNTL, no estrangeiro.

Senhor Presidente do Parlamento Nacional,
Distintos Deputados,

Até pode parecer que estamos a apresentar 3 orçamentos distintos, o que não é verdade, porque todas as aplicações dos dinheiros públicos, com a inclusão dos dinheiros dos Fundos, estão integradas neste Orçamento Geral do Estado para 2011. A diferença é apenas na modalidade de gestão desse dinheiro. Não alocámos nos Fundos o montante total de cada projecto, mas a parcela anual que compete a cada um, vindo aqui ao Parlamento Nacional, apresentar no Orçamento Geral do Estado as parcelas seguintes até à conclusão das obras. O processo de relatórios anuais e auditorias segue o estipulado no Capítulo VI da Lei do Orçamento e da Gestão Financeira.

Quando o meu Governo tomou posse, tivemos que arcar com o peso dos conhecidos ‘carry over’, que vinham mesmo de 2002/2003 e que montavam a 119 milhões de dólares. Iniciámos um processo de fechar as contas a 31 de Dezembro, o que conseguimos a 31 de Dezembro de 2009. Contudo, nesse processo de fechamento de contas, reparou-se que, sobretudo na área de projectos físicos, os condicionalismos de execução, que todos conhecemos existir no nosso País, não permitem uma implementação a bom ritmo e com qualidade no ano financeiro, para o qual alocamos as verbas. E o que viemos fazendo foi... reorçamentar todo o dinheiro não executado, reduzindo a nossa capacidade orçamental de propôr mais verbas em capital de desenvolvimento.

E estes fundos, tendo em conta, mais uma vez, os condicionalismos existentes no nosso País, de oito anos de vida... de Estado, ajudarão imensamente não só a responder às eventuais dificuldades por condições climáticas como a orientar a execução para a garantia de qualidade.

Para além da criação destes fundos especiais destinados à melhoria das infra-estruturas básicas e ao desenvolvimento do capital humano, também catalisadores de investimento privado, as estimativas orçamentais para 2011 beneficiaram de outros critérios inovadores que orientaram melhor a previsão de despesas.

O Governo debate-se com o formato de apresentação do Orçamento que, diga-se a verdade, vem dos tempos da administração da UNTAET, onde o orçamento de uma missão da
ONU não tem a complexidade que um Governo de um Estado independente obviamente tem, porque este, Governo, tem que responder às exigências socio-económico-políticas que sempre advêm do seu estatuto de órgão de Estado independente.

O Governo procurou reformular o Orçamento em duas grandes divisões: as despesas recorrentes e as de desenvolvimento. Contudo, na fase de construção do Estado e da Nação, tanto umas como outras não podem merecer a metodologia da aritmética simples de números mais ou menos fixos. Mas é um bocado isso que costumamos ouvir, como padrões internacionais de orçamentação e que se são realmente cumpridos esses padrões, nos países desenvolvidos, não conseguem, afinal, evitar que alguns entrem em bancarrota, tendo que recorrer à China para lhes comprar as dívidas.

Para se evitar que as diversas instituições do Estado caiam na tendência, às vezes abusiva, de empolar os números, para cada ano seguinte, e para uma melhor disciplina orçamental, na feitura do OGE 2011, fixaram-se critérios pelos quais se aceitam os aumentos mas se restringem os exageros, diminuindo a possibilidade, verificada até agora, de transferências descontroladas (ou os ‘virements’) nos diversos serviços. Os critérios que regulavam os aumentos, nas despesas recorrentes, eram:

1.º - a taxa de inflação que, para o 2011, foi calculada em 4%.

2.º - um índice normal de aumento, de 1 a 10%, em relação ao orçamento anterior.

3.º - a atribuição de um aumento, entre 1 a 50%, caso um programa seja identificado como prioridade nacional.

Também ainda num contexto inovador e para a concretização e implementação dos novos programas mencionados, será criado, na dependência do Gabinete do Primeiro-Ministro, a Agência de Desenvolvimento Nacional (ADN), para avaliar, monitorizar e supervisionar a implementação dos projectos, nomeadamente os do Fundo das Infra-estruturas, e garantir maior controlo de qualidade e eficiência do processo de aprovisionamento.

Sabemos que o Plano Estratégico de Desenvolvimento só poderá ser implementado, se for aprovado pelo Parlamento Nacional. Contudo, nenhum de nós pode evitar pensar no futuro, nenhum de nós pode deixar de pensar que já transpomos os dez anos de construção do nosso Estado e que vamos iniciar uma nova década e uma década decisiva para Timor-Leste. Com ou sem o Plano Estratégico de Desenvolvimento, em 2011, há políticas que devem merecer continuidade e, assim, posso dizer que, no fundo, a ADN poderia ser vista como a precursora da
agência que irá mais tarde implementar o Plano de Desenvolvimento Estratégico, quando vier a ser aprovado.

Passo a resumir, senhoras e senhores, os principais programas para 2011, que o Governo tem a responsabilidade de garantir. No que respeita ao **Capital Menor**, este foi reduzido para **$28,3 milhões**. As principais despesas nesta categoria são as seguintes:

- Cerca de **$12 milhões** para a compra de dois barcos patrulha para a Segurança e Defesa do País, assim como ambulâncias, bancos móveis e meios de transporte para a monitorização do ensino escolar nas áreas rurais e para assistir o STAE na preparação das eleições locais e gerais.
- Cerca de **$700 mil dólares** para assistir a passagem da responsabilidade da UNPOL para a PNTL.
- É cerca de **$1,1 milhões** para equipamentos para as escolas técnico-profissionais e laboratórios do Ministério da Educação.

Dentro da política de capacitação do sector privado nacional, iniciámos em 2009, um programa inovador, denominado Pacote do Referendo, que visava a descentralização desse mesmo sector privado, quebrando assim a tendência de as companhias se estabelecerem todas em Díli, ganharem os concursos e sub-contratarem companhias locais, já imediatamente despojados de meios suficientes para o seu próprio desenvolvimento.

Em 2010, prosseguimos com o programa, denominado PDD, onde iniciámos entregar aos Administradores dos Distritos a responsabilidade de condução de todo o processo de concurso e fiscalização, embora esta última área continuasse a merecer a permanente atenção do Governo.

Assim, no que respeita ao **Capital de Desenvolvimento**, com um total de **$405,9 milhões** (dos quais **$317,3 estão afectos ao Fundo das Infra-estruturas**), o Governo continuará a melhorar a prestação de serviços ao Povo a nível local, sub-distrital e distrital, sobretudo relativamente aos programas que foram reconhecidos como um sucesso em 2010, tal como o Programa de Desenvolvimento Descentralizado (PDD). As principais medidas nesta categoria incluem:

- **$65 milhões** para os MDG’s Suco, para as habitações, água e saneamento.
- **$15,5 milhões** para o PDD a nível das aldeias, sucos e sub-distritos.
- **$28,8 milhões** para o PDD a nível distrital.
- **$166 milhões** para a continuação da construção da central eléctrica e linhas de transmissão.
- Mais de **$30 milhões** para o programa de desenvolvimento do Tasi Mane.
Gostaria de informar a todos que, de facto, recebemos os planos de desenvolvimento dos sucos, comummente denominados PDL. A verdade é que não houve tempo suficiente para que houvesse um maior estudo e planificação integrada de todas as propostas provenientes dos 425 sucos, já que se notou muita disparidade de objectivos concretos.

Em 2011, o Ministério da Administração Estatal, terá tempo suficiente para a elaboração de um plano integrado de acções, obedecendo no seu geral, às prioridades apresentadas por cada. Só assim, na elaboração dos Orçamentos Gerais do Estado, as populações poderão ver respondidos os seus anseios.

Excelências,
Senhoras e Senhores,

Relativamente às despesas recorrentes, vamos também assistir a uma redução, comparando com 2010, das despesas de Transferências Públicas, perfazendo um total de $164,4 milhões. Estas são naturalmente orientadas para os grupos mais vulneráveis, com o duplo objectivo de melhorar as condições de vida dos timorenses que ao darem tudo pela sua Nação viram-se resgatados do seu próprio futuro, como é o caso dos mais idosos, inválidos e dos veteranos, mas também fazer com que estes sejam parte integrante do desenvolvimento da Nação Independente. Neste âmbito inclui-se:

- $7,5 milhões para a desmobilização das FALINTIL.
- $1,1 milhões para o Conselho de Veteranos.
- $800 mil para a transladação dos restos mortais das nossas vítimas.
- $58,8 milhões para pagamentos de pensões a Veteranos.
- $30,2 milhões para outros grupos vulneráveis.

Ainda na categoria das transferências, incluem-se iniciativas para continuar a prestar assistência a acções ou entidades que prosseguem o interesse público, nomeadamente:

- $3,4 milhões para a maior capitalização do IMFTL, no Ministério da Economia e Desenvolvimento.
- $3,5 milhões para operações e subsídios para a capacitação da administração local.
- $3 milhões para tratamento médico no estrangeiro, alocados no Ministério da Saúde.
- $1,5 milhões para o retorno dos estudantes de medicina em Cuba.
- $2,5 milhões para a capitalização da Companhia Nacional de Petróleo de Timor-Leste.
- $1 milhão para dar resposta a casos de desastres naturais.
- $11 milhões para a continuação do PDD.
O orçamento total para a categoria de **Bens e Serviços** é de **$270 milhões**, incluindo o Fundo de Desenvolvimento de Capital Humano que já descrevi. Assim as principais despesas nesta categoria serão:

- **$32 milhões** para serviços profissionais e assistência técnica na área jurídica, educação, gestão petrolífera e financeira, aprovisionamento, negócios estrangeiros, turismo, prevenção de conflitos e controlo de qualidade.
- **$46 milhões** para combustível, incluindo a EDTL.
- **$1,2 milhões** para apoiar as F-FDTL em termos de provisão de materiais operacionais.
- **$3,4 milhões** para o Pacote de Operacionalização das F-FDTL e para a manutenção dos barcos patrulha.
- **$2 milhões** para a redução da mortalidade materna e apoio a especialistas nos Hospitais de Baucau e Suai.
- **$1,6 milhões** para a provisão de manuais escolares e **$1,5 milhões** para as merendas escolares no Ministério da Educação.

Finalmente as principais decisões para 2011, na categoria de **Salários e Vencimentos** conduzem a um total de **$115,9 milhões** para esta categoria, incluindo:

- **$65 mil dólares** para o recrutamento de funcionários na PNTL e nas F-FDTL.
- **$7 milhões** para os salários dos profissionais de educação, reflectindo o novo regime de carreiras para professores.
- **$9 milhões** para subsídios de representação para todas as missões e representações diplomáticas no mundo, no âmbito do Ministério dos Negócios Estrangeiros.
- O aumento do investimento em Salários e Vencimentos prende-se ainda com a passagem dos funcionários públicos temporários a permanentes, de acordo com a Reforma da Função Pública.

Finalmente, não posso deixar de mencionar um aumento substancial na verba do Fundo de Contingência, que mesmo assim não estou capaz de assegurar que seja suficiente.

No ano passado, assistimos a desastres naturais, de prejuízos incalculáveis, em todo o mundo. No nosso País, não conseguimos responder com eficiência aos estragos provocados pelas chuvas. A produção da 2ª época foi destruída pela chuva, a da 1ª época, que é essencialmente de produção de milho, praticamente não aconteceu.

Ninguém nos pode dar uma previsão do clima durante todo o 2011. Na nossa região, neste preciso início do ano, estamos a assistir a um aumento desproporcional de chuvas e de água em Queensland, enquanto começou também um incêndio devastador nas florestas próximas da cidade.
de Perth, há inundações na Tailândia, Malásia, Filipinas e Bangladesh, sem falar da Indonésia, com os seus terramotos e vulcões.

O Fundo de Contingência parece grande mas pode até ser inoperante por insuficiente, seja para um ano de chuvas e estragos como para um ano de seca. Só Deus sabe da quantia exacta de que necessitaremos.

Entretanto, o compromisso do Governo é de regular com rigor a utilização deste Fundo de Contingência, para atender devidamente às situações de extrema necessidade, provocadas pelas mudanças climáticas.

Excelência Senhor Presidente do Parlamento Nacional,
Distintos Deputados,
Senhoras e Senhores,
Povo de Timor-Leste,

Estamos no início de uma década que poderá ser, do ponto de vista económico, histórica para Timor-Leste. O sucesso da consolidação de Timor-Leste e a passagem para uma economia de rendimentos médio-altos, depende essencialmente dos seguintes factores:

Primeiro - continuar a manter a Estabilidade Nacional e para tal confio absolutamente, não só no nosso Povo, como também nas nossas Forças de Defesa e Segurança, que se manterão unidas e motivadas para o bem da nossa Pátria.

Segundo – melhorar a prestação de serviços, sobretudo aos nossos sectores da sociedade mais desfavorecidos, agilizando a nossa assistência social e melhorando os nossos sistemas de levantamento e monitorização de beneficiários e procedimentos de pagamentos.

Terceiro – continuar as nossas reformas institucionais, desde a melhoria de sistemas e processos de administração e gestão financeira, até à melhor coordenação e comunicação entre serviços e gabinetes do Estado, garantindo a maior cooperação, transparência e boa governação das Instituições.

Quarto – continuar a promover uma maior educação cívica, esclarecendo a nossa sociedade, que é cada vez mais exigente, que aos direitos também estão associados deveres, e que as dinâmicas da construção de um Estado também dependem da mudança de mentalidades e da inovação de ideias.

Quinto – promover a capacitação do sector privado que se quer parceiro do Governo e que com o tempo irá assumir o papel, agora totalmente atribuído ao Estado, de motor da economia para o desenvolvimento sustentável.
Sexto – eficaz implementação da estratégia de desenvolvimento dos programas de infraestruturas e desenvolvimento do capital humano, com vista à diversificação da economia, com criação de excedentes provenientes de outros setores produtivos e redução da dependência do nosso sector petrolífero.

Finalmente, senhoras e senhores, todos estes esforços serão em vão se não conseguirmos manter a harmonia e maturidade política, se não respeitarmos o valor do diálogo e o direito à diferença de opiniões que devem ser sempre construtivas.

Esta é uma responsabilidade que deve ser exercida aqui, nesta Magna Casa, entre os membros do Governo e os membros do Parlamento Nacional, entre os partidos da AMP e os partidos da oposição, entre a nova geração e a velha geração. Este é um exemplo que se pode e deve propagar a toda a sociedade timorense.

Se no período de 2000 a 2010 descobrimos o verdadeiro conceito de Independência e os seus desafios intrínsecos, esta nova década, de 2011 a 2020, marca um novo início para Timor-Leste, onde vamos trabalhar para a consolidação da estabilidade política e social e para o crescimento e desenvolvimento real a longo prazo. Podemos mesmo dizer, vamos trabalhar para dar origem ao “novo milagre económico da região”!

Todos os indicadores económico-sociais recentes têm vindo a instigar esta “onda de mudança” para o nosso Povo e para a nossa Nação. Em vez de um Estado falhado, como muitos profetizaram para Timor-Leste, viemos, antes pelo contrário, a fazer parte da lista das 10 economias com mais rápido crescimento no mundo!

Claro que estes indicadores só fazem sentido se forem vividos no dia-a-dia dos timorenses, mas são prova irrefutável que os esforços que temos vindo a desenvolver dão frutos. E se os frutos levam tempo a serem colhidos, no caso de Timor-Leste, terra fértil de gentes sofridas, estes frutos podem e devem começar a ser colhidos o mais cedo possível.

Por isso estão a ser criadas oportunidades para toda a população participar na construção da Nação. O Povo de Timor-Leste possibilitou, com a sua participação, os progressos registados no ano passado. Participação activa, positiva e com esperança!

Não é tempo para pessimismos. É tempo de esperança e de mudança. Só acreditando, como já o fizemos há dez anos atrás, é que a Nação avança e cresce.

Tenho dito!

Kay Rala Xanana Gusmão
12 de Janeiro de 2011
PARTE 2. SUMÁRIO EXECUTIVO

Nota: O conteúdo do presente livro foi revisto tendo em consideração as alterações ocorridas durante o debate do Orçamento de Estado no Parlamento Nacional.

1. Panorama do Orçamento

O Orçamento de Fontes Combinadas em Timor-Leste no ano de 2011 é de 1.5 mil milhões de dólares, englobando o Orçamento Geral do Estado com 1.3 mil milhões de dólares e as contribuições dos Parceiros de Desenvolvimento com 194.8 milhões de dólares, conforme se pode ver na Tabela 2.1.

<table>
<thead>
<tr>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>CFTL</td>
<td>837,9</td>
<td>681,7</td>
<td>671,2</td>
<td>694,2</td>
<td>718,1</td>
<td>743,0</td>
</tr>
<tr>
<td>Fundo de Infra-estruturas</td>
<td>-</td>
<td>599,3</td>
<td>597,2</td>
<td>620,9</td>
<td>645,8</td>
<td>671,6</td>
</tr>
<tr>
<td>FDCH</td>
<td>-</td>
<td>25,0</td>
<td>30</td>
<td>35</td>
<td>40</td>
<td>45</td>
</tr>
<tr>
<td>Orçamento Geral do Estado</td>
<td>837,9</td>
<td>1.306,0</td>
<td>1.298,4</td>
<td>1.350,1</td>
<td>1.403,9</td>
<td>1.459,6</td>
</tr>
<tr>
<td>Parceiros de Desenvolvimento</td>
<td>256,8</td>
<td>194,8</td>
<td>112,7</td>
<td>75,2</td>
<td>32,7</td>
<td>0</td>
</tr>
<tr>
<td>Orçamento de Fontes Combinadas</td>
<td>1.094,7</td>
<td>1.500,8</td>
<td>1.411,1</td>
<td>1.425,3</td>
<td>1.436,6</td>
<td>1.459,6</td>
</tr>
</tbody>
</table>

Fonte: Direcção do Orçamento e Direcção de Eficácia da Ajuda, Ministério das Finanças, 2010

A Tabela 2.2 mostra o Fundo Consolidado de Timor-Leste (CFTL) por categorias de despesa divididas entre despesas recorrentes e despesas de capital.

<table>
<thead>
<tr>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Recorrente</td>
<td>99,1</td>
<td>116,8</td>
<td>121,1</td>
<td>125,5</td>
<td>130,1</td>
<td>134,8</td>
</tr>
<tr>
<td>Salários e Vencimentos</td>
<td>266,9</td>
<td>269,1</td>
<td>260,4</td>
<td>270,5</td>
<td>281,1</td>
<td>292,0</td>
</tr>
<tr>
<td>Bens e Serviços</td>
<td>184,6</td>
<td>177,5</td>
<td>182,9</td>
<td>187,2</td>
<td>191,5</td>
<td>196,1</td>
</tr>
<tr>
<td>Transferências Públicas</td>
<td>34,5</td>
<td>29,3</td>
<td>29,6</td>
<td>30,7</td>
<td>31,9</td>
<td>33,3</td>
</tr>
<tr>
<td>Capital</td>
<td>252,8</td>
<td>89,0</td>
<td>77,2</td>
<td>80,3</td>
<td>83,5</td>
<td>86,8</td>
</tr>
<tr>
<td>Capital Menor</td>
<td>837,9</td>
<td>681,7</td>
<td>671,2</td>
<td>694,2</td>
<td>718,1</td>
<td>743,0</td>
</tr>
</tbody>
</table>

Fonte: Direcção do Orçamento, Ministério das Finanças, 2010.
2. Economia

A economia internacional começou a recuperar da crise financeira que atirou algumas das economias mais avançadas para a recessão e que teve um impacto adverso na maioria dos países emergentes e em vias de desenvolvimento. Timor-Leste esteve relativamente abrigado da crise e o seu crescimento econômico continuou forte durante a mesma, em resultado da sua exposição limitada ao comércio internacional e à ausência de indústria financeira. O crescimento econômico real global em Timor-Leste em 2009 está estimado em 13%, com o Sector Público a contribuir 5,6% para este crescimento, a Agricultura a contribuir 3,9% e a Indústria e Serviços a contribuírem com os restantes 3,5%. De futuro, prevê-se que a economia continue a sua trajectória de dois algarismos de 2011 a 2015, impulsionada sobretudo pelas despesas públicas.

Desde a crise financeira de 2008 os preços do petróleo subiram e estabilizaram por volta dos 70 a 80 dólares por barril. A procura pelo petróleo aumentou na primeira metade de 2010, em particular na China, motivada por uma recuperação na actividade global. As receitas petrolíferas de Timor-Leste em 2009, incluindo juros, foram de 1,84 mil milhões de dólares. Estima-se que as receitas petrolíferas cheguem aos 2,02 mil milhões de dólares em 2010, devido sobretudo a um aumento no preço médio do petróleo de 62 dólares por barril em 2009 para uma estimativa média de 76 dólares por barril em 2010.

3. Despesa

Para 2011 o Governo determinou as seguintes prioridades ao nível das despesas:

- **PN1: Infra-estruturas** (electricidade, estradas e pontes, água e saneamento básico);
- **PN2: Desenvolvimento Rural** com incidência na produtividade agrícola, pecuária, acesso a micro-crédito e protecção ambiental.
- **PN3: Desenvolvimento acelerado dos Recursos Humanos**
  - Formação técnica e profissional;
  - Formação de professores, agentes da saúde e justiça;
  - Formação especializada nas áreas de gestão, finanças e administração.
- **PN4: Acesso à justiça**
- **PN5: Prestação de serviços ao público**
  - Áreas de saúde, educação e assistência aos grupos vulneráveis;
  - Incidência na qualidade e acesso generalizado.
- **PN6: Boa Governação**
• Incidência na transparência, responsabilização, coordenação entre ministérios, satisfação do cliente e formação de inspectores e auditores.

- PN7: Segurança Pública e Estabilidade

O retiro do Comité de Revisão Orçamental deste ano, liderado pelo Primeiro-Ministro, analisou as submissões orçamentais com base numa avaliação cuidadosa dos orçamentos dos anos anteriores e canalizou as poupanças para prioridades nacionais. O PEDN tem dois objectivos essenciais, que são:

- Passar Timor-Leste de país de baixos rendimentos para país de rendimentos médio-altos até 2030, e

- Reduzir a dependência de Timor-Leste em relação ao petróleo.

O investimento público constituirá um motor importante do crescimento na fase imediata deste plano e será um catalisador para que o investimento privado possa vir a suplantar as despesas do governo. Serão estabelecidos dois Fundos Especiais, o Fundo das Infra-estruturas (FI) e o Fundo de Desenvolvimento do Capital Humano (FDCH), para melhor gerir o capital e a despesa do Estado, sob a liderança do Primeiro-Ministro e dos ministros relevantes.

O Governo irá criar a Agência de Desenvolvimento Nacional (ADN) para prestar assistência técnica e assegurar o controlo da qualidade e a implementação dos projectos de capital. Adicionalmente uma Comissão de Aprovisionamento será também estabelecida para gerir o aprovisionamento.

A centralização da tomada de decisões sobre os projectos dos Fundos Especiais garantirá uma melhor coordenação entre ministérios e de acordo com as prioridades estabelecidas.

4. Receitas

Em 2010 é esperado que as receitas domésticas atinjam os 96,2 milhões de dólares, apesar da redução nas receitas provenientes do arroz. As Receitas Domésticas continuarão a sua trajectória de crescimento e atingirão os 163,3 milhões de dólares até 2015. Estas são estimativas conservadoras, sendo que novas reformas reguladoras, uma melhor administração fiscal e um maior cumprimento poderão resultar em receitas adicionais.

Prevê-se que as Receitas Petrolíferas continuem elevadas em 2011 e 2012, devido a uma produção estável e a preços do petróleo superiores ao previsto. As Receitas Petrolíferas estimadas para 2011 e 2012 são respectivamente 2,3 mil milhões de dólares e 2,4 mil milhões de dólares. É esperado que o saldo do Fundo Petrolífero seja de 6,62 mil milhões de dólares no início de 2011, representando um aumento de 1,24 mil milhões anualmente.
O Rendimento Sustentável Estimado (RSE) para 2011 está calculado nos 734 milhões de dólares. Isto representa um aumento de 232 milhões em relação ao RSE de 2010, sendo que a diferença resulta sobretudo de uma alteração na metodologia usada para a estimativa do preço do petróleo.

Durante os últimos três anos o Governo implementou a totalidade da sua estratégia de investimento e utilizou plenamente o âmbito da Lei do Fundo Petrolífero. O Fundo Petrolífero investe agora não apenas em títulos do tesouro dos EUA como também em títulos de outros governos estrangeiros e de Organizações Supranacionais. Em Outubro de 2010 acrescentou-se um mandato de ações à carteira de investimentos.

A estratégia do Governo para continuar a diversificar a carteira de investimentos do Fundo Petrolífero irá requerer emendas à Lei do Fundo Petrolífero e a aprovação do Parlamento Nacional. A diversificação manifestará uma maior exposição a ações.

Os parceiros de desenvolvimento irão contribuir com 194,8 milhões em 2011 para o Orçamento de Fontes Combinadas de Timor-Leste. A contribuição dos parceiros de desenvolvimento descerá de forma desproporcional a partir de 2010. Esta redução assenta em informações concretas até à data, contudo não reflete uma ausência de apoio e empenho internacionais no futuro.

5. Financiamento

Para além das fontes tradicionais de financiamento, a médio e longo prazo verificar-se-á um aumento do défice entre o desenvolvimento desejado e os recursos domésticos disponíveis. Consequentemente, o Governo está a explorar fontes de financiamento alternativas para financiar o investimento público estratégico.

A Unidade de Gestão da Dívida (UGD) está a ser estabelecida no Ministério das Finanças para assegurar uma gestão efectiva e eficaz da dívida pública quando esta surgir. O Governo está a avaliar os benefícios dos empréstimos ao invés de depender exclusivamente das receitas do Fundo Petrolífero, incluindo a opção de financiamento através de Parcerias Público Privadas (PPP).
PARTE 3. PANORAMA ECONÓMICO

1. Economia Internacional

A economia internacional começou a recuperar da crise financeira que atirou algumas das economias mais avançadas para a recessão e que teve um impacto adverso na maioria dos países emergentes e em vias de desenvolvimento. Ao longo da primeira metade de 2010 a economia mundial cresceu apenas 5% numa base anual, de acordo com o Panorama Económico Mundial (PEM) do FMI relativo a Outubro de 2010. Espera-se actualmente que a produção global cresça 4,8% em 2010 e 4,1% em 2011 e, segundo a avaliação feita pelo FMI, o risco de uma quebra global forte na actividade económica é reduzido. A Figura 3.1 mostra a produção mundial entre 2007 e 2011, bem como o impacto da recessão e a recuperação subsequente. Timor-Leste esteve relativamente abrigado da crise e o seu crescimento económico continuou forte durante a mesma.

No cômputo geral, prevê-se que as taxas de inflação por todo o mundo permaneçam baixas devido ao excesso de produção e aos níveis elevados de desemprego. Os mercados financeiros começaram a voltar ao nível em que se encontravam antes da crise, embora no princípio de 2010 a volatilidade dos mercados financeiros tenha aumentado e a confiança dos investidores tenha diminuído. Isto vem destacar a fragilidade do processo de recuperação. Todavia, a velocidade da recuperação varia substancialmente consoante as regiões, com a Ásia e a América Latina a serem quem recupera mais rapidamente.

![Figura 3.1: Crescimento da Produção Mundial, Regional e em Timor-Leste, 2007-2011 (%).](image)

Fonte: FMI, Panorama Económico Mundial, Outubro de 2010, PEM Actualizado Jan 2011, Direcção Macroeconomia, Ministério das Finanças (estimativas relativas a Timor-Leste).
**Economias Avançadas**

O crescimento tem acelerado na Europa durante todo o ano de 2010, porém nos EUA e no Japão a actividade económica abrandou no segundo trimestre de 2010. As economias avançadas estão a lutar com a necessidade de reduzir os níveis elevados de dívida pública e privada enquanto o consumo permanece baixo devido à falta de confiança por parte dos consumidores e à diminuição do poder de compra das famílias. As economias avançadas foram as mais afectadas pela disseminação do desemprego global, sendo que em 2010 as taxas de desemprego retrocederam de forma muito ligeira a partir de níveis recorde. Existe igualmente uma necessidade urgente de reformar sectores financeiros, os quais continuam vulneráveis a choques. As taxas de crescimento estão supostamente a abrandar, à medida que os estímulos do sector público se contêm, com o FMI a projectar um crescimento de produção de apenas 2,7% em 2010 e 2,2% em 2011 nas economias avançadas.

**Ásia**

As economias da Ásia avançada (excepto o Japão) registaram uma forte recuperação, com a produção a ultrapassar já os níveis registados antes da crise. Os grandes sectores de produção nestes países beneficiaram dos níveis renovados de comércio internacional. Está em curso uma recuperação forte impulsionada pela procura nas novas economias industrializadas (NEIs\(^1\)) da Ásia e nas economias da ASEAN\(^2\), com uma actividade doméstica forte acompanhada por uma procura regional saudável, em particular por parte da China. A procura por bens essenciais e artigos electrónicos em particular está a beneficiar países exportadores e a actividade de investimento privado é forte (embora o investimento na Malásia não esteja tão forte como noutros países). A Ásia emergente registou também retornos de capital após a crise internacional, tendo estes mais que quadruplicado ao longo dos quatro trimestres até Outubro de 2010. Muitas destas economias já adoptaram políticas macroeconómicas prudentes para se protegerem contra efeitos adversos da potencial volatilidade de fluxos de capital. A procura por parte de economias asiáticas, em particular da China, Índia e Indonésia, veio dinamizar o crescimento também na Ásia emergente, registando-se um crescimento médio económico de 9,5% ao longo da primeira metade de 2010. Na maior parte dos países asiáticos a transição de crescimento impulsionado pelo sector público para crescimento impulsionado pelo sector privado está a avançar a bom ritmo. A era pós-crise é uma boa altura para Timor-Leste aproveitar a forte procura regional através da redifinição das suas prioridades e aumentar exportações. A *Tabela 3.1* mostra a extensão e os tempos da recuperação económica em países asiáticos seleccionados.

---

\(^1\) As NEIs incluem Hong Kong SAR, Coreia do Sul, Singapura e Taiwan Província da China.

\(^2\) Índonésia, Filipinas, Malásia e Tailândia.
Países Emergentes e em Vias de Desenvolvimento

As políticas prudentes dos países emergentes e em vias de desenvolvimento levaram o FMI a projectar um crescimento a médio prazo significativamente melhorado se comparado aos períodos anteriores à pós-recessão global, representando um crescimento de 7,1% em 2010 e de 6,4% em 2011. Tal como acontece em todas as regiões, a recuperação tem sido heterogénea, com os países em vias de desenvolvimento e emergentes a crescerem de forma consideravelmente mais rápida. Timor-Leste é um exemplo de um país com estas características. Os países que foram seriamente afectados pela recessão estão a sentir dificuldade para sustentar o crescimento económico após a crise. Nesta situação estão incluídas muitas regiões da Europa emergente e da Comunidade de Estados Independentes.

Tendo em conta que os países em vias de desenvolvimento começaram a beneficiar dos elevados níveis do comércio mundial de pós-crise, contribuindo para o seu forte crescimento, o FMI recomenda medidas para melhorar o acesso dos países em vias de desenvolvimento a mercados, por exemplo, isenção de 100% impostos aduaneiros e de quotas de mercado para os países menos desenvolvidos, complementado por regras de liberalização da origem dos produtos. Isto deve ser implementado juntamente com programas que visam fortalecer a capacidade comercial dos países com baixos rendimentos. A especulação comercial é particularmente importante numa altura em que o capital é mais escasso do que o era antes da recessão global e em que os países em vias de desenvolvimento irão depender mais nas receitas domésticas. Uma política para complementar as formas tradicionais de financiamento pode incluir parcerias público-privadas e iniciativas de investimento do Sul-sul (dentro e entre países em vias de desenvolvimento e países emergentes).
Preços Mundiais

O principal impacto da actividade económica mundial sobre Timor-Leste é sentido nas receitas petrolíferas, por via da alteração dos preços do petróleo. Todavia os gastos do Governo na economia doméstica estão protegidos contra as flutuações no preço do petróleo por meio da poupança da maior parte das receitas petrolíferas e da despesa através do mecanismo do Rendimento Sustentável Estimado. A alteração dos preços do petróleo não tem impacto a curto prazo no crescimento económico. Em 2008 o preço mundial do petróleo desceu vertiginosamente de mais de 140 dólares americanos por barril a meio do ano para apenas 40 dólares em finais de 2008. Desde então os preços do petróleo subiram e estabilizaram em torno dos 70 a 80 dólares por barril, com a procura pelo petróleo a ser mais forte na primeira metade de 2010, particularmente na China, como resultado de uma actividade global forte. É esperado que a procura do petróleo suba com a recuperação económica, porém a recuperação lenta das economias avançadas irá anular boa parte do aumento esperado na procura do petróleo pelos países emergentes e em vias de desenvolvimento. É esperado que os preços do petróleo subam de forma suave até 2013, sem contudo ultrapassar os 90 dólares por barril. A secção sobre o Sector Petrolífero contém uma descrição mais detalhada do impacto dos preços do petróleo sobre a riqueza petrolífera de Timor-Leste e sobre os fluxos de receitas petrolíferas projectados.

Sendo os bens essenciais e mercadorias, activos reais, consequentemente os seus preços podem ser afectos pela alteração das expectativas relativamente à previsão económica global. O FMI reportou que as expectativas em rápida mutação nos meses de Maio e Junho de 2010 resultaram numa maior volatilidade dos mercados financeiros que se espalhou aos mercados dos bens essenciais, tendo-se registado uma diminuição nos preços dos bens essenciais após o pico em princípios de Maio de 2010. Desde o declínio, a maior parte dos preços de bens essenciais está novamente a subir, mas somente os preços dos alimentos, bebidas e bens agrícolas ultrapassaram o pico registado em Maio. O aumento do preço dos alimentos é resultado de recentes choques na produção provocados pelo mau tempo, o que se reflectiu em colheitas pobres. Em especial a seca e os fogos na Rússia e noutros grandes exportadores resularam na fraca colheita de trigo e consequente subida de preços do trigo em Julho e Agosto de 2010. O impacto da subida dos preços mundiais de alimentos pode ser sentido em mercados timorenses, sobretudo em Díli (ver secção sobre inflação).

Os mercados do trigo são mais vulneráveis a choques durante este período de colheitas e, segundo avaliação do FMI, caso se registem mais choques a esta colheita isso terá provavelmente efeito nos preços de outras culturas fundamentais. A médio prazo prevê-se que os preços dos bens essenciais continuem relativamente altos, acompanhados por um aumento do risco.
2. Economia Doméstica

PIB Não-Petrolífero


Tabela 3.2: Distribuição sectorial do PIB não petrolífero real, 2002 - 2009 (%)

<table>
<thead>
<tr>
<th>Ano</th>
<th>2002</th>
<th>2003</th>
<th>2004</th>
<th>2005</th>
<th>2006</th>
<th>2007</th>
<th>2008</th>
<th>2009</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>PIB NP Real, excluindo ONU</td>
<td>100,0</td>
<td>100,0</td>
<td>100,0</td>
<td>100,0</td>
<td>100,0</td>
<td>100,0</td>
<td>100,0</td>
<td>100,0</td>
</tr>
<tr>
<td>Incluindo ONU</td>
<td>119,0</td>
<td>113,0</td>
<td>109,4</td>
<td>105,6</td>
<td>108,1</td>
<td>115,2</td>
<td>114,7</td>
<td>111,7</td>
</tr>
<tr>
<td>Agricultura</td>
<td>33,5</td>
<td>32,7</td>
<td>33,3</td>
<td>33,2</td>
<td>35,3</td>
<td>30,6</td>
<td>30,9</td>
<td>30,8</td>
</tr>
<tr>
<td>Indústria e Serviços</td>
<td>34,9</td>
<td>34,9</td>
<td>34,2</td>
<td>32,9</td>
<td>29,9</td>
<td>31,6</td>
<td>31,3</td>
<td>30,8</td>
</tr>
<tr>
<td>Sector Público, excluindo ONU</td>
<td>31,6</td>
<td>32,4</td>
<td>32,5</td>
<td>33,9</td>
<td>34,9</td>
<td>37,8</td>
<td>37,8</td>
<td>38,5</td>
</tr>
<tr>
<td>Nações Unidas</td>
<td>19,0</td>
<td>13,0</td>
<td>9,4</td>
<td>5,6</td>
<td>8,1</td>
<td>15,2</td>
<td>14,7</td>
<td>11,7</td>
</tr>
</tbody>
</table>

Fonte: Direcção Macroeconómica, Ministério das Finanças, 2010.

A Tabela 3.4 mostra que ao longo dos anos desde 2007 a economia não-petrolifera timorense continuou a crescer rapidamente, impulsionada sobretudo pelos gastos do sector público. As despesas governamentais vieram estimular tanto a procura como a oferta na economia doméstica, contribuindo para crescimentos impressionantes em muitas áreas do sector privado. Do lado da procura foram afectos fundos para esquemas de transferência social e foram criadas dezenas de milhares de empregos para trabalhadores não qualificados através de gastos em infra-estruturas. Os desenvolvimentos de infra-estruturas e as melhorias em serviços públicos vieram fomentar a capacidade de produção das empresas privadas. O crescimento económico real global em Timor-Leste no ano de 2009 está estimado em 13,0%, com a produção do sector público a contribuir 5,6 do crescimento dos 13 pontos percentuais, agricultura com 3,9 pontos percentuais e a indústria e serviços a contribuírem com 3,5 pontos percentuais para o crescimento do PIB Não-Petrolífero de Timor-Leste.

Tabela 3.3: PIB Nominal por sector

<table>
<thead>
<tr>
<th>Ano</th>
<th>2002</th>
<th>2003</th>
<th>2004</th>
<th>2005</th>
<th>2006</th>
<th>2007</th>
<th>2008</th>
<th>2009</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>PIB NP, excluindo ONU</td>
<td>257,7</td>
<td>266,9</td>
<td>280,8</td>
<td>301,9</td>
<td>297,1</td>
<td>357,8</td>
<td>444,6</td>
<td>557,8</td>
</tr>
<tr>
<td>Agricultura</td>
<td>86,1</td>
<td>87,7</td>
<td>93,4</td>
<td>100,4</td>
<td>104,8</td>
<td>102,1</td>
<td>122,4</td>
<td>146,3</td>
</tr>
<tr>
<td>Indústria e Serviços</td>
<td>90,2</td>
<td>94,4</td>
<td>96,0</td>
<td>99,2</td>
<td>88,8</td>
<td>111,3</td>
<td>135,1</td>
<td>161,7</td>
</tr>
<tr>
<td>Sector Público, excluindo ONU</td>
<td>81,4</td>
<td>84,8</td>
<td>91,4</td>
<td>102,3</td>
<td>103,6</td>
<td>144,4</td>
<td>187,1</td>
<td>249,8</td>
</tr>
</tbody>
</table>

Fonte: Direcção Macroeconómica, Ministério das Finanças, 2010.
Tabela 3.4: Taxa do Crescimento do PIB Real (%)

<table>
<thead>
<tr>
<th></th>
<th>2002</th>
<th>2003</th>
<th>2004</th>
<th>2005</th>
<th>2006</th>
<th>2007</th>
<th>2008</th>
<th>2009</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>PIB NP, excluindo ONU</td>
<td>2.1</td>
<td>-0.1</td>
<td>4.4</td>
<td>6.5</td>
<td>-5.9</td>
<td>9.1</td>
<td>12.1</td>
<td>13.0</td>
</tr>
<tr>
<td>Agricultura</td>
<td>3.1</td>
<td>-2.5</td>
<td>6.2</td>
<td>6.4</td>
<td>-0.1</td>
<td>-5.4</td>
<td>13.4</td>
<td>12.6</td>
</tr>
<tr>
<td>Indústria e Serviços</td>
<td>1.6</td>
<td>0.0</td>
<td>2.1</td>
<td>2.6</td>
<td>-14.6</td>
<td>15.3</td>
<td>11.2</td>
<td>11.2</td>
</tr>
<tr>
<td>Sec. Público, excl. ONU</td>
<td>1.7</td>
<td>2.3</td>
<td>5.0</td>
<td>10.8</td>
<td>-3.1</td>
<td>18.5</td>
<td>11.7</td>
<td>15.0</td>
</tr>
</tbody>
</table>

Fonte: Direcção Macroeconómica, Ministério das Finanças, 2010.


No sector da indústria e serviços, o comércio grossista e a retalho cresceu de forma muito acelerada em 2009, sendo observado também um crescimento real substancial nos sectores dos transportes e comunicações, produção e construção privada. No cômputo geral, o sector privado tem registado um crescimento de dois algarismos desde 2007.

Despesas Governamentais

As despesas em 2009 atingiram um nível recorde de 603,6 milhões de dólares, aumentando 25% em relação aos níveis de despesa de 2008. Em 2009, 35% do orçamento executado foi gasto com Capital e 65% com Despesas Recorrentes. Isto representa um aumento na produção das despesas atribuídas ao capital relativamente a itens recorrentes. Em 2008 a divisão foi de 26% e 74% respectivamente. Em 2010 a divisão orçamentada é de 34% para gastos de capital e 66% para gastos recorrentes, mantendo as afecções de 2009 entre estas duas categorias gerais. A execução orçamental total, até 16 de Fevereiro de 2011, para o orçamento de 2010 foi 89.2% dos 838 milhões de dólares aprovados pelo Parlamento Nacional no Orçamento Rectificativo de 2010. A execução orçamental em dinheiro até 16 De Fevereiro de 2011 foi de 747.5 milhões de dólares. A taxa de execução em 2010 foi marginalmente mais elevada do que em 2009, no qual se executou 88.7% do orçamento..
Durante 2008, 2009 e 2010, o Governo criou bases sólidas para a gestão das finanças públicas. A orientação e o progresso do Governo foram confirmados por vários estudos independentes realizados por instituições financeiras internacionais de renome. Estes estudos incluíram uma avaliação da Despesa Pública e Responsabilidade Financeira (DPRF) e um Relatório sobre a Observação de Padrões e Códigos (ROPC) conduzidos pelo FMI.

A melhoria da prestação de serviços por via da descentralização continua a ser uma prioridade para o Governo. Isto refere-se especialmente ao aumento da capacidade financeira e da autonomia em ministérios e à descentralização do aprovisionamento. Em resultado das visitas do Primeiro-Ministro aos distritos prevê-se a gestão local de projectos menores. A concretização das prioridades do Governo ao mesmo tempo que se mantém responsabilidade fiscal obrigou à redução das despesas nas áreas menos prioritárias.

<p>| Tabela 3.5: Despesa de Todo o Governo (milhões de dólares), incluindo Instituições Autónomas |</p>
<table>
<thead>
<tr>
<th>02/03</th>
<th>03/04</th>
<th>04/05</th>
<th>05/06</th>
<th>06/07</th>
<th>2007</th>
<th>2008</th>
<th>2009</th>
<th>Execução 2010</th>
<th>Orçamentação 2010</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Total de despesa</td>
<td>60,7</td>
<td>70,5</td>
<td>70,2</td>
<td>93,7</td>
<td>170,5</td>
<td>97,2</td>
<td>483,9</td>
<td>603,6</td>
<td>758,2</td>
</tr>
<tr>
<td>Despesas recorrentes</td>
<td>49,9</td>
<td>59,2</td>
<td>59,9</td>
<td>71,2</td>
<td>139,5</td>
<td>63,1</td>
<td>356,0</td>
<td>394,3</td>
<td>504,2</td>
</tr>
<tr>
<td>Salários e Vencimentos</td>
<td>20,5</td>
<td>23,1</td>
<td>24,8</td>
<td>26,1</td>
<td>33,8</td>
<td>17,4</td>
<td>50,3</td>
<td>87,3</td>
<td>93,6</td>
</tr>
<tr>
<td>Bens e Serviços</td>
<td>29,4</td>
<td>36,0</td>
<td>35,2</td>
<td>45,1</td>
<td>93,9</td>
<td>37,1</td>
<td>221,4</td>
<td>212,8</td>
<td>242,1</td>
</tr>
<tr>
<td>Transferências</td>
<td>0,0</td>
<td>0,0</td>
<td>0,0</td>
<td>0,0</td>
<td>11,8</td>
<td>8,6</td>
<td>84,3</td>
<td>94,2</td>
<td>168,5</td>
</tr>
<tr>
<td>Despesas de Capital</td>
<td>10,9</td>
<td>11,3</td>
<td>10,3</td>
<td>22,5</td>
<td>31,0</td>
<td>34,1</td>
<td>127,9</td>
<td>209,3</td>
<td>254,0</td>
</tr>
<tr>
<td>Capital Menor</td>
<td>Unknown distribution</td>
<td>9,3</td>
<td>0,7</td>
<td>41,4</td>
<td>38,5</td>
<td>38,6</td>
<td>34,5</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Capital de Desenv. e Capital Maior</td>
<td>11,7</td>
<td>0,7</td>
<td>86,5</td>
<td>170,8</td>
<td>215,4</td>
<td>252,8</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Transferências de Capital</td>
<td>0,5</td>
<td>0,4</td>
<td>0,0</td>
<td>10,9</td>
<td>0,0</td>
<td>0,0</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
<td>0,0</td>
</tr>
<tr>
<td>Transferentes de Capital</td>
<td>5,7</td>
<td>7,3</td>
<td>8,4</td>
<td>8,3</td>
<td>10,0</td>
<td>32,7</td>
<td>--</td>
<td>--</td>
<td>--</td>
</tr>
</tbody>
</table>

Fonte: Ministério das Finanças de Timor-Leste, Departamento do Tesouro e Orçamento de 2009 para valores actuais, projecções para 2010 da Direção da Macroeconomia

**Receitas Domésticas**

No geral estima-se que as Receitas Domésticas atinjam os 96,2 milhões de dólares em 2010, em comparação aos 91,1 milhões em 2009. Embora esta taxa de crescimento de 5,6% seja inferior aos 30,3% alcançados no ano transacto, esperava-se obter um forte crescimento a partir dos valores mais baixos do período de crise. A diminuição das taxas de crescimento é também explicada por reduções nas receitas (subsídios) de arroz, as quais constituíam apenas uma medida temporária.

As Taxas de Utilização e Pagamentos são outra área onde se registou um aumento de crescimento de 2008 a 2009. Este significativo aumento de 6,2 milhões de dólares em 2008 para os 16,5 milhões em 2009 é atribuído a um extraordinário reembolso. Estima-se que se atinjam os 19,6 milhões de dólares em 2010 e 2011, antes da retoma do crescimento normal em 2011 e em diante.

As receitas das Instituições Autónomas cresceram de 7,9 milhões de dólares em 2008 para 10,2 milhões em 2009, sendo estimado que atinjam os 13,7 milhões em 2010. Isto é motivado em grande medida pelo aumento significativo das receitas obtidas pela EDTL, à medida que os seus esforços para aumentar os pagamentos de utilização e tarifas mais elevadas tenham efeito. Os subsídios do arroz foram introduzidos em 2008 para proteger o povo timorense contra subidas súbitas dos preços internacionais dos alimentos. As receitas derivadas destas medidas subiram de 16,8 milhões de dólares em 2008 para 20,4 milhões em 2009 e espera-se que seja de 12,6 milhões em 2010. Contudo, em face da estabilização dos preços mundiais dos alimentos e da diminuição da necessidade de subsídios governamentais, é de esperar que as receitas nesta área reduzam para 10,0 milhões de dólares em 2011.

<table>
<thead>
<tr>
<th>Total Receitas Domésticas</th>
<th>2002</th>
<th>2003</th>
<th>2004</th>
<th>2005</th>
<th>2006</th>
<th>2007</th>
<th>2008</th>
<th>2009</th>
<th>2010 Estimativa</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Imposto Directo</td>
<td>5.8</td>
<td>5.9</td>
<td>6.6</td>
<td>10.6</td>
<td>10.1</td>
<td>12.6</td>
<td>18.0</td>
<td>13.4</td>
<td>18.2</td>
</tr>
<tr>
<td>Imposto Indirecto</td>
<td>12.9</td>
<td>14.8</td>
<td>18.6</td>
<td>17.5</td>
<td>16.6</td>
<td>18.8</td>
<td>19.3</td>
<td>30.3</td>
<td>32.0</td>
</tr>
<tr>
<td>Taxa Utilizacao e Pagamento</td>
<td>1.4</td>
<td>3.3</td>
<td>4.5</td>
<td>4.3</td>
<td>3.1</td>
<td>4.3</td>
<td>6.2</td>
<td>16.5</td>
<td>19.6</td>
</tr>
<tr>
<td>Instituicoes Autonomas</td>
<td>4.6</td>
<td>5.8</td>
<td>7</td>
<td>7.9</td>
<td>6.8</td>
<td>6.9</td>
<td>7.9</td>
<td>10.2</td>
<td>13.7</td>
</tr>
<tr>
<td>Juros</td>
<td>0.1</td>
<td>0.1</td>
<td>0.1</td>
<td>4.9</td>
<td>4.3</td>
<td>6.3</td>
<td>1.5</td>
<td>0.3</td>
<td>0.1</td>
</tr>
<tr>
<td>Venda do Arroz</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
<td>16.8</td>
<td>20.4</td>
<td>0.1</td>
<td>12.6</td>
</tr>
</tbody>
</table>


32
Receitas Petrolíferas

As Receitas Petrolíferas de Timor-Leste, incluindo os juros do Fundo Petrolífero, foram de 1,84 mil milhões de dólares em 2009, com o preço do barril de petróleo a 62 dólares, sendo estimado que em 2010 as receitas sejam de 2,02 mil milhões e que o preço do barril esteja nos 76 dólares. Todavia, os preços baixos dos bens essenciais curto prazo acarretam preços inferiores do crude. Usando as projeções da Administração de Informações sobre Energia (EIA) dos EUA relativamente ao crude,3 as receitas petrolíferas irão superar consideravelmente as projeções orçamentais de 2009 para 2009 e 2010, devido a níveis de produção superiores aos que as estimativas de produção conservadoras exigiam, bem como a novos contratos negociados favoráveis a Timor-Leste.

É esperado que as Receitas Petrolíferas permaneçam elevadas em 2011 e 2012, como resultado de uma produção relativamente estável, sendo que as previsões dos preços do petróleo apontam para que as receitas petrolíferas sejam de 2,29 mil milhões de dólares em 2011 e de 2,40 mil milhões em 2012.

É esperado que o saldo do Fundo Petrolífero seja de 6,62 mil milhões de dólares em finais de 2010, o que representa um aumento em relação aos 5,38 mil milhões de dólares em finais de 2009. Estima-se igualmente que o saldo do Fundo Petrolífero seja de 7,8 mil milhões de dólares em finais de 2011, 9,0 mil milhões em finais de 2012 e 12,2 mil milhões em finais de 2015.

O Rendimento Sustentável Estimado (RSE) está calculado nos 734 milhões em 2011, o que representa um aumento de 232 milhões em relação a 2010. A razão principal para este aumento é uma alteração na metodologia do cálculo do RSE. Enquanto no passado se usava um Cenário Conservador da Administração de Informações sobre Energia (EIA) como estimativa do preço do petróleo segundo a West Texas Intermediate (WTI), o cálculo do RSE para 2011 usa a média dos Cenários Coservador e de Referência da EIA como previsão do preço do petróleo a longo prazo. A previsão do preço do petróleo segundo a WTI é de 68 dólares por barril em 2011 e 71 dólares em 2012, aumentando para 110 dólares por barril em 2024.

Ao longo dos últimos três anos o Governo tem desenvolvido gradualmente a estratégia de investimento do Fundo Petrolífero. O objectivo consiste em diversificar a carteira de investimentos numa gama de classes de activos, regiões e moedas, de forma a reduzir os riscos e a aumentar os retornos esperados. Desde 2009 a carteira de investimento contém uma gama de títulos de governos estrangeiros e títulos emitidos por Organizações Supranacionais, sendo que em Outubro de 2010 o Fundo começou a investir nos mercados globais de acções.

---

Para haver maior diversificação são necessárias alterações na Lei do Fundo Petrolífero. A estratégia de investimento será revista assim que o Parlamento Nacional aprove as emendas à Lei do Fundo Petrolífero.

**Inflação**


![Figura 3.2: Alterações Percentuais no Índice de Preços ao Consumidor, 2004 a 2010 (%).](image)

Fonte: Direcção Nacional da Macroeconomia e Direcção Nacional de Estatística, Ministério das Finanças, 2011

Os níveis de inflação relativamente baixos em 2009 e que continuam em princípios de 2010 reflectem uma inflação menor em todas as categorias de bens, especialmente alimentos, os quais atingiram o pico em 2007 e 2008, no seguimento da “crise global dos preços dos alimentos”. No segundo e terceiro trimestres de 2009 os preços chegaram mesmo a descer; a deflação anual ao longo destes dois trimestres foi de -2,8% e -1,7% respectivamente. Por altura do quarto trimestre de 2009 os preços começaram a subir e em 2010 esta tendência mantém-se; a inflação em 2010, excede a inflação registada em 2009, Com a inflação total em Dezembro e 2010 em Díli de 9,2% e em todo o Timor-Leste de 8% (comparado com Dezembro de 2009). Parte desta pressão inflacionária em Timor-Leste, particularmente em Díli, é explicada pelo aumento nos preços de alimentos, sobretudo cereais, no seguimento de aumentos acentuados dos cereais a nível
internacional (ver Secção sobre Economia Internacional). Os preços em Junho de 2010 relativamente a ‘cereais, raízes e derivados’ em Dili foi de 14,1% em relação às preços em Junho de 2011.


A Figura 3.3 mostra a evolução da taxa de câmbio efectiva real (TCER) entre o dólar americano e as moedas dos principais parceiros comerciais de Timor-Leste. É também mostrada a taxa de câmbio real entre o dólar americano e as moedas da Austrália e da Indonésia. Ao longo de 2009 observou-se uma depreciação real, o que significou que as exportações de Timor-Leste se tornaram mais competitivas nos mercados estrangeiros. Na primeira metade de 2010 a TCER começou a apreciar, coincidentemente com o aumento da inflação.

Figura 3.3: Taxa de Câmbio Efectiva Real e Alterações na Taxa de Câmbio Real com os Principais Parceiros Comerciais, Janeiro de 2009 a Maio de 2010

Fonte: Autoridade Bancária e de Pagamentos, Timor-Leste.

Esta categoria inclui arroz local, arroz importado, mandioca, farinha de trigo e massa instantânea.
Emprego

Timor-Leste tem uma população activa em rápido crescimento, com elevados níveis de desemprego e de sub-emprego. A população activa (pessoas entre 15 e 64 anos empregadas ou desempregadas mas a procurar trabalho activamente) em 2010 conta com aproximadamente 375.000 pessoas, estimando-se que a cada ano surjam mais 10.000 a 15.000. O sector privado emprega menos de 10% da população activa, assim como o sector público, pelo que a vasta maioria não tem outra escolha senão participar em agricultura de subsistência com baixa produtividade. O desemprego é essencialmente um fenómeno urbano e pode colocar uma ameaça real à estabilidade social. A despesa nos projectos de infra-estruturas tem potencial para absorver parte desta população activa no curto prazo, através de projectos bem definidos que irão empregar relativamente mais mão-de-obra que capital. Timor-Leste tem uma vantagem potencial competitiva neste tipo de projectos de infra-estruturas assentes em mão-de-obra, todavia é necessário garantir a qualidade dos resultados dos projectos.

O Governo de Timor-Leste tem desenvolvido esforços para criar empregos a curto prazo para mão-de-obra não qualificada. Estima-se que em 2008 e 2009 se tenham sido criados 33.020 e 61.174 empregos respectivamente, ‘equivalentes a tempo inteiro’ para mão-de-obra não qualificada, a partir de gastos em infra-estruturas públicas. O conteúdo de infra-estruturas no Orçamento Rectificativo de 2010 é ainda maior, o que conduz a uma estimativa de 64.921 empregos não-qualificados equivalentes a tempo inteiro que poderiam ter sido criados para mão-de-obra não qualificada. A Secretaria de Estado de Formação Profissional e Emprego (SEFOPE) contribuiu com mais 4.363 empregos ‘equivalentes a tempo inteiro’ ao longo de 2008 e 2009, por via dos seus projectos de mão-de-obra intensiva.

Pobreza e Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM)

Diz-se que um lar é pobre quando o consumo per capita fica abaixo do limiar de pobreza de “necessidades básicas”. As pessoas que vivem abaixo do limiar da pobreza são incapazes de garantir 2.100 calorias por dia e de satisfazer necessidades básicas não alimentares. Um estudo de 2007 estimou que 49,9% da população viviam abaixo do limiar da pobreza. Todavia, em 2010, o Banco Mundial reportou que 41% da população vivia abaixo do limiar da pobreza em 2009. Esta diferença de quase 9 pontos percentuais deve-se em parte à taxa superior de crescimento.

---

5 Os empregos equivalentes a tempo inteiro (ETI) consideram 249 dias de calendário por ano como constituindo um emprego a tempo inteiro.
6 Direcção Macroeconómica, Ministério das Finanças. As estimativas para 2010 utilizam a taxa de execução orçamental para 2009.
8 Os métodos do Banco Mundial asseguram compatibilidade entre esta previsão e as estimativas para 2007 produzidas pela DNE. Detalhes retirados da Nota sobre Pobreza do Banco Mundial, 2010.
económico real desde 2007 e a programas de transferência social tais como pensões para idosos e veteranos, subsídios de habitação para deslocados internos e programas de “cash for work” que contribuíram para o aumento do consumo privado. As baixas taxas de inflação desde meados de 2008 também vieram aumentar os níveis de consumo privado devido a aumento no poder de compra.

O Relatório do Desenvolvimento Humano das Nações Unidas para 2010 recentemente publicado, posiciona Timor-Leste no lugar correspondente ao número 120 num total de 169 países, que representa uma subida de 14 lugares. De 2005 a 2010, O Índice de Desenvolvimento Humano de Timor-Leste aumentou de 0.428 para 0.502, representando um crescimento de 17%.


Timor-Leste excedeu o alvo dos ODMs para 2015 relativamente à taxa de mortalidade de crianças até 5 anos e à taxa de mortalidade infantil, com base nas metas estabelecidas em 2004, bem como no que se refere à detecção e tratamento da tuberculose, tendo sido estabelecido um novo alvo. Em 2009 o programa nacional de tuberculose atingiu os dois alvos globais principais para o controlo da tuberculose, nomeadamente uma taxa de detecção de casos de Novos Esfregaços Positivos de 70% (alvo global de 70%) e uma taxa de sucesso de tratamentos de 85% entre os casos de Novos Esfregaços Positivos registados no ano anterior (alvo global de 85%).

Para acelerar a concretização dos ODMs, o governo criou um programa inovador para ser lançado em 2011, o programa dos ODMs para os sucos. Este programa irá oferecer 11,140 casas em 2,228 aldeias, as famílias mais carenciadas bem como fornecimento de luz, água e saneamento, possibilitando-os de participar no processo de desenvolvimento.

9 Nota de Pobreza do Banco Mundial, 2010
**Perspectivas a Médio Prazo (2011-2015)**

O Governo de Timor-Leste está a conceber um Plano Estratégico de Desenvolvimento Nacional (PEDN) de 20 anos visando um crescimento de dois algarismos ao longo do período do PEDN. Timor-Leste pretende tornar-se um país de rendimentos médio altos o mais tardar até 2030, com um fosso diferencial da pobreza reduzido e assemelhando-se aos países vizinhos mais ricos de hoje, tais como a Indonésia, a Tailândia e a Malásia. O governo irá procurar atingir este alvo sobretudo através de planos de despesa de capital de desenvolvimento em infra-estruturas vitais como sejam estradas, electricidade, habitação, água e saneamento, de forma a fomentar a capacidade produtiva do sector privado.

A médio prazo (2011 a 2015), e para lá das infra-estruturas, a despesa pública será também canalizada para os sectores da agricultura, turismo e hidrocarbonetos, para manter o crescimento de dois algarismos até 2015 e prolongá-lo para lá desse período, de modo a que Timor-Leste se possa tornar um país com rendimentos médios até 2030. O desenvolvimento de recursos humanos é também parte integrante da estratégia de médio a longo prazo.

O governo pretende também levar a cabo políticas agressivas para melhorar o ambiente empresarial, para que Timor-Leste possa atrair investimento directo estrangeiro. Numa conferência internacional recentemente organizada pelo Ministério das Finanças, os participantes discutiram várias escolhas políticas que Timor-Leste precisa explorar para atrair investimento doméstico e internacional. A primeira coisa a fazer é melhorar as condições para a realização de negócios em Timor-Leste, o que inclui a criação de um pacote de investimento que permita:

- Procedimentos claros, rápidos e fáceis para evitar os actuais processos morosos de registo de empresas;
- Que as Leis de terras e títulos asseguram garantias;
- Estado de Direito;
- Processar atempadamente os processos de falência;
- Acesso ao crédito;
- Mecanismo claros para investidores, incluindo um balcão único.

Em segundo lugar, cumpre explorar formas de financiar grandes projectos com o sector privado, por exemplo através de Parcerias Público-Privadas (PPP) capazes de contribuir para investimento adicional, ganhos de eficiência / produtividade e melhorias na qualidade dos serviços.

Em terceiro lugar, importa rever o regime fiscal de Timor-Leste e a possibilidade de se passar para um Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) que atraia mais investimento privado.
Em quarto lugar, é importante investir em infra-estruturas tais como estradas, electricidade, telecomunicações e água e saneamento. Isto é algo que também pode ser feito através de PPPs.

Por fim, especial atenção deve ser dada aos estrangulamentos estruturais que acrescentam elevados custos de transacção para a economia.

Caso o crescimento renovado pós-crise na Ásia se mantenha e as economias avançadas continuem a sua recuperação, Timor-Leste poderá estar bem situado para atrair investimento estrangeiro a médio prazo. Este dependerá da continuidade da estabilidade social e política no país, bem como da realização de planos de desenvolvimento de infra-estruturas e de melhorias no ambiente empresarial. A política para alargar este crescimento impressionante através da participação do sector privado pode incluir os seguintes aspectos:

- Combater a falta de qualificações através de Formação Técnica e Vocacional (FTV) e de formação prática, tanto no sector da agricultura como no sector da indústria e serviços.
- Actualização da maquinaria de processamento agrícola, juntamente com melhores redes rodoviárias desde áreas rurais de cultivo para o porto e para a fronteira com a Indonésia, de modo a fomentar o potencial de exportação da agricultura.
- Esforços continuados para reduzir atrasos nas Alfândegas e modernizar os procedimentos destas.

Em resumo, Timor-Leste requer políticas e acções para reduzir o défice de qualificações, garantir acesso a terras, melhorar o ambiente empresarial (através de instituições que melhorem a prestação de serviços), desenvolver ligações rodoviárias (em especial dos corredores comerciais) e aumentar a capacidade portuária.
PARTE 4. DESPESA

1. Introdução

Esta parte trata das despesas a partir de todos os fundos controlados pelo Governo, o Fundo Consolidado de Timor-Leste (CFTL) e os novos Fundos Especiais. Abrange igualmente despesas a partir das fontes de receitas do próprio Governo, bem como dos Parceiros de Desenvolvimento no orçamento de fontes combinadas. Este orçamento define também os principais objectivos de despesa.

A Tabela 4.1 apresenta o Orçamento de Fontes Combinadas para 2011, no valor de 1,5 mil milhões de dólares, com o Orçamento Geral do Estado de 1,3 mil milhões de dólares e 194,8 milhões dos Parceiros de Desenvolvimento.

<table>
<thead>
<tr>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>CFTL</td>
<td>837,9</td>
<td>681,7</td>
<td>671,2</td>
<td>694,2</td>
<td>718,1</td>
<td>743,0</td>
</tr>
<tr>
<td>Fundo de Infra-estruturas</td>
<td>-</td>
<td>599,3</td>
<td>597,2</td>
<td>620,9</td>
<td>645,8</td>
<td>671,6</td>
</tr>
<tr>
<td>FDCH</td>
<td>-</td>
<td>25,0</td>
<td>30</td>
<td>35</td>
<td>40</td>
<td>45</td>
</tr>
<tr>
<td>Orçamento Geral do Estado</td>
<td>837,9</td>
<td>1,306,0</td>
<td>1,298,4</td>
<td>1,350,1</td>
<td>1,403,9</td>
<td>1,459,6</td>
</tr>
<tr>
<td>Parceiros de Desenvolvimento</td>
<td>256,8</td>
<td>194,8</td>
<td>112,7</td>
<td>75,2</td>
<td>32,7</td>
<td>0</td>
</tr>
<tr>
<td>Orçamento de Fontes Combinadas</td>
<td>1,094,7</td>
<td>1,500,8</td>
<td>1,411,1</td>
<td>1,425,3</td>
<td>1,436,6</td>
<td>1,459,6</td>
</tr>
</tbody>
</table>


A Tabela 4.2 delineia o envelope fiscal a médio prazo.

<table>
<thead>
<tr>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>1</td>
<td>Despesa</td>
<td>837,9</td>
<td>1,306,0</td>
<td>1,298,4</td>
<td>1,350,1</td>
<td>1,403,9</td>
<td>1,459,6</td>
</tr>
<tr>
<td>2</td>
<td>Envelope Fiscal</td>
<td>598,2</td>
<td>844,4</td>
<td>852,4</td>
<td>858,7</td>
<td>865,5</td>
<td>871,4</td>
</tr>
<tr>
<td>3</td>
<td>1. Receitas Domésticas</td>
<td>96,2</td>
<td>110,4</td>
<td>121,4</td>
<td>133,7</td>
<td>148,5</td>
<td>163,4</td>
</tr>
<tr>
<td>3</td>
<td>2. RSE</td>
<td>502</td>
<td>734</td>
<td>731</td>
<td>725</td>
<td>717</td>
<td>708</td>
</tr>
<tr>
<td>3</td>
<td>3. Levantamentos em exceso a partir do FP</td>
<td>309</td>
<td>321</td>
<td>428,4</td>
<td>476,8</td>
<td>527,0</td>
<td>580,4</td>
</tr>
</tbody>
</table>

Note: As Receitas Domésticas são projectadas em Novembro de 2010

A Tabela 4.3 delineia os alvos económicos entre 2011 e 2015.

<table>
<thead>
<tr>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>1</td>
<td>Crescimento Económico Real (%)</td>
<td>9,5</td>
<td>11,2</td>
<td>11,1</td>
<td>10,9</td>
<td>11,1</td>
<td>11,4</td>
</tr>
<tr>
<td>2</td>
<td>Receitas Domésticas (milhões de dólares)</td>
<td>96</td>
<td>110</td>
<td>119</td>
<td>134</td>
<td>148</td>
<td>163</td>
</tr>
<tr>
<td>3</td>
<td>Receitas Petrolíferas (milhares de milhões de dólares)</td>
<td>2,0</td>
<td>2,3</td>
<td>2,4</td>
<td>2,1</td>
<td>2,4</td>
<td>2,4</td>
</tr>
<tr>
<td>4</td>
<td>Saldo do FP (milhares de milhões de dólares)</td>
<td>6,6</td>
<td>7,8</td>
<td>9,0</td>
<td>10,0</td>
<td>11,1</td>
<td>12,2</td>
</tr>
<tr>
<td>5</td>
<td>Inflação (progressão anual, %)</td>
<td>8</td>
<td>6</td>
<td>4</td>
<td>4</td>
<td>4</td>
<td>4</td>
</tr>
</tbody>
</table>

2. **Análises da despesa**

O Comité de Revisão do Orçamento deste ano, chefiado pelo Primeiro-Ministro, analisou as submissões orçamentais com base numa avaliação cuidadosa dos orçamentos dos anos anteriores e canalizou as poupanças para as prioridades nacionais identificadas no processo do Plano Estratégico de Desenvolvimento.

O foco da revisão foi melhorar a qualidade das despesas e reduzir as ineficácias ao nível do planeamento e da execução. O resultado da revisão foi a criação de Fundos Especiais destinados à melhoria de infra-estruturas básicas e capital humano como catalisadores para atrair investimento privado.

As estimativas orçamentais para 2011 foram elaboradas com base nos seguintes critérios:

- Contabilização para aumentos devido à inflação
- Aumentos normais de 1 a 10% em relação ao orçamento corrente,
- Maior peso (entre 1 a 50%) dos programas nas prioridades nacionais identificadas.

Como parte da formulação do Plano Estratégico de Desenvolvimento Nacional (PEDN), o Primeiro-Ministro manteve consultas abrangentes com o Povo de Timor-Leste ao longo de cinco meses, tendo visitado todos os 65 sub-distritos. O PEDN está prestes a ser concluído.

3. **Principais iniciativas propostas para 2011**

A fim de financiar estes planos o Governo irá estabelecer dois Fundos Especiais de acordo com a Lei de Orçamento e Gestão Financeira. Isto está descrito em detalhe na Parte 6 deste Livro. Os objectivos dos fundos são financiar investimentos de capital em grande escala (superiores a um milhão de dólares) e plurianuais respectivamente em infra-estruturas e em projectos de desenvolvimento humano.

Os fundos especiais serão conhecidos por:

- **Fundo das Infra-estruturas (FI)** – Este fundo será usado para financiar uma vasta gama de projectos de infra-estruturas acima de 1 milhão de dólares.
- **Fundo de Desenvolvimento de Capital Humano (FDCH)** – Este fundo será usado para financiar programas de formação com vista a aumentar as qualificações e os conhecimentos dos timorenses.

O Governo irá também lançar o Programa dos **MDG-Suco**, com vista a caminhar para a redução da pobreza através da provisão de habitações, energia solar, água e saneamento. O programa prevê a construção de 5 casas em cada aldeia das 2.228 existentes, o equivalente a 11.140 casas em 2011, ou 55.700 casas ao longo de cinco anos.
O Governo irá também criar a Agência de Desenvolvimento Nacional (ADN) em 2011, com competências para avaliar, monitorizar e supervisionar projectos, validar relatórios de progresso e levar a cabo operações de controlo de qualidade. ADN irá reportar ao Parlamento Nacional, através do Conselho de Ministros.

A ADN será o precursor para a agência que supervisiona a implementação e avaliação do PDE no futuro.

Entretanto a ADN supervisiona a implementação do Fundo das Infra-estruturas, ao passo que os Ministérios / Instituições irão gerir as despesas recorrentes, assim como as despesas anuais com Capital Menor. Para além disso existirá uma Comissão de Aprovisionamento que será estabelecida para fazer gestão do processo de aprovisionamento.

Despesas do CFTL

O orçamento anual é operado a partir do Fundo Consolidado de Timor-Leste (CFTL), o qual engloba cinco categorias, como se pode ver na Tabela 4.4.

<table>
<thead>
<tr>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Recorrentes</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Salários e Vencimentos</td>
<td>99,1</td>
<td>116,8</td>
<td>121,1</td>
<td>125,5</td>
<td>130,1</td>
<td>134,8</td>
</tr>
<tr>
<td>Bens e Serviços</td>
<td>266,9</td>
<td>269,1</td>
<td>260,4</td>
<td>270,5</td>
<td>281,1</td>
<td>292,0</td>
</tr>
<tr>
<td>Transferências Públicas</td>
<td>184,6</td>
<td>177,5</td>
<td>182,9</td>
<td>187,2</td>
<td>191,5</td>
<td>196,1</td>
</tr>
<tr>
<td>Capital</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Capital Menor</td>
<td>34,5</td>
<td>29,3</td>
<td>29,6</td>
<td>30,7</td>
<td>31,9</td>
<td>33,3</td>
</tr>
<tr>
<td>Capital e Desenvolvimento</td>
<td>252,8</td>
<td>89,0</td>
<td>77,2</td>
<td>80,3</td>
<td>83,5</td>
<td>86,8</td>
</tr>
<tr>
<td>CFTL</td>
<td>837,9</td>
<td>681,7</td>
<td>671,2</td>
<td>694,2</td>
<td>718,1</td>
<td>743,0</td>
</tr>
</tbody>
</table>

Fonte: Direcção do Orçamento, Ministério das Finanças, 2010.

Salários e Vencimentos

As principais decisões incluem:

- Passar funcionários públicos temporários para os quadros permanentes em 2011;
- Congelar novos recrutamentos em todos os Ministérios / Instituições excepto Comissão da Função Pública, PNTL e F-FDTL de acordo com as suas necessidades;
- 9 milhões de dólares para reaffectar despesas do MNE de Deslocações ao Estrangeiro nos Bens e Serviços para Subsídios nos Salários e Vencimentos;
- 7 milhões de dólares para Provisão de Regime de Carreira para professores no Ministério da Educação.
Bens e Serviços

O orçamento total para esta categoria é de 294,1 milhões de dólares, incluindo 25 milhões do Fundo de Desenvolvimento de Capital Humano. As principais despesas nesta categoria incluem (montantes arredondados):

- 1,2 milhões de dólares para apoiar o F-FDTL em termos de Provisões Materiais e Operacionais no Ministério da Defesa e Segurança.
- 3,4 milhões de dólares para o Pacote de Operacionalização das F-FDTL e para a manutenção de barcos patrulha.
- 0,5 mil dólares para o Secretariado dos Países Membros do g7+ no Ministério das Finanças.
- 2,0 milhões de dólares para o ODM 5 (Mortalidade Materna) e apoiar Especialistas nos Hospitais de Referência de Baucau e Suai.
- 1,6 milhões de dólares para a provisão de manuais escolares no Ministério da Educação.
- 1,5 milhões de dólares para Merendas Escolares no Ministério da Educação.
- 0,15 mil dólares para o Instituto Nacional de Linguística da Universidade Nacional de Timor Lorosae (UNTL).
- 46 milhões para combustível incluindo EDTL no Ministério das Infra-estruturas.
- 32 milhões para profissionais de serviço e assistência técnica na área de Petróleo, Justiça, Educação, Saúde, Gestão Bancária e Financiamento, Negócios Estrangeiros, Turismo, Prevenção de Conflicto e qualidade de controlo.

Apesar de novas iniciativas nesta categoria o orçamento para 2011 é inferior ao de 2010, em resultado da revisão da despesa.

Transferências Públicas

As despesas de Transferências Públicas também irão descer em 2011 comparativamente com 2010. O Governo pretende orientar devidamente as transferências públicas para grupos vulneráveis e conseguir uma entrega mais eficiente. O Governo irá aumentar os pagamentos a idosos e veteranos, bem como as bolsas de estudo. Isto incluirá também programas de transferências condicionais de dinheiro e programas de dinheiro por trabalho. As principais iniciativas nesta categoria incluem:
• 200 mil dólares como contribuição para o Sahara Ocidental (100 mil dólares) e para o Gabinete da Guiné-Bissau em Nova Iorque (100 mil dólares) inscrito no orçamento Ministério dos Negócios Estrangeiros.
• 3,5 milhões para capacitação da administração local
• 3,0 milhões de dólares para tratamento médico no estrangeiro no orçamento do Ministério da Saúde.
• 1,5 milhões de dólares para o retorno de estudantes de medicina de Cuba no orçamento do Ministério da Saúde.
• 6 milhões de dólares para transferências de capital no orçamento Ministério da Administração Estatal e Ordenamento do Território.
• 3,4 milhões de dólares para a maior capitalização da IMFTL no Ministério da Economia e Desenvolvimento.
• 7,7 milhões de dólares para a desmobilização de ex-FALINTIL entre 1975 e 2000 (Aileu)
• 800 mil dólares para a transladação dos restos mortais.
• 1,1 milhões de dólares para o Conselho de Veteranos.
• 14 milhões de dólares para pagamento retroativo dos Veteranos
• 1,0 milhões de dólares para a resposta a desastres naturais no Ministério da Solidariedade Social.
• 340 mil de dólares para cerimónia prestação da funeral
• 11 milhões para o Programa do Desenvolvimento Local (PDD1), 3 milhões para retenção dos projectos e 8 milhões para o re-orçamentar.

Capital Menor
As despesas de Capital Menor também desceram em 2011, passando para 29,3 milhões de dólares, quando em 2010 haviam sido de 34,5 milhões. As principais despesas nesta categoria são as seguintes:
• 12 milhões para a compra de ambulâncias, bancos móveis, os meios de transporte para facilitar a monitorização do ensino nas áreas rurais, a preparação e monitorização das eleições locais e nacionais, e barco de patrulha.
• 700 mil dólares para o Pacote de transferência de equipamentos da UNMIT para Timor-Leste.
• 1,1 milhões de dólares para equipamento para as Escolas Técnico Profissionais e laboratórios no Ministério da Educação.
• 600 mil dólares para compra de veículos para apoio Unidade Pessoas Vuneraveis na PNTL.

**Capital e Desenvolvimento do CFTL**

O Governo continuou a melhorar a prestação de serviços ao povo a nível de distrito, sub-distrito e suco, através do uso de transferências públicas com finalidades específicas e de mecanismos de responsabilização. Isto reflecte uma maior confiança nos mecanismos de provisão regional.

A Tabela 4.5 mostra as despesas do CFTL em termos de Capital e Desenvolvimento. O Governo continuará a desenvolver programas bem-sucedidos, tais como o Programa de Desenvolvimento Descentralizado (PDD). O Governo pretende melhorar a qualidade e execução destes programas. As despesas do CFTL ao nível de Capital e Desenvolvimento englobam:

• PDD1 – a serem diversificados por:
  o Aldeias (com projetos de valor até 15.000 dólares),
  o Sucos (até 75.000 dólares), e
  o Sub-distritos (até 150.000 dólares).

• PDD2 – com projetos de valor entre 150.001 e 500,000 dólares.

• Ministérios / Instituições – com despesas anuais de Capital e Desenvolvimento abaixo de 1 milhão de dólares.

<table>
<thead>
<tr>
<th>Capital e Desenvolvimento</th>
<th>2011</th>
<th>2012</th>
<th>2013</th>
<th>2014</th>
<th>2015</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>PDD 1 – Aldeias, Sucos e Sub-Distritos</td>
<td>15,5</td>
<td>16,2</td>
<td>16,8</td>
<td>17,5</td>
<td>18,2</td>
</tr>
<tr>
<td>PDD 2 – Distritos</td>
<td>28,8</td>
<td>30,0</td>
<td>31,2</td>
<td>32,4</td>
<td>33,7</td>
</tr>
<tr>
<td>Ministérios / Instituições</td>
<td>44,7</td>
<td>31</td>
<td>32,2</td>
<td>33,6</td>
<td>34,9</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Total</strong></td>
<td><strong>89,0</strong></td>
<td><strong>77,2</strong></td>
<td><strong>80,2</strong></td>
<td><strong>83,5</strong></td>
<td><strong>86,8</strong></td>
</tr>
</tbody>
</table>

Fonte: Direcção do Orçamento, Ministério das Finanças, 2010.

4. **Fundos das Infra-estruturas**

O Fundo das Infra-estruturas abrange Projectos Plurianuais e Grandes Projectos acima de 1 milhão de dólares, assim como o programa MDG - Suco. Estes projectos englobam um período de vida que poderá exceder um ano, dependendo da sua dimensão e do seu prazo de implementação.

O principal item de despesa do Fundo das Infra-estruturas diz respeito ao estabelecimento de uma rede nacional de geração e transmissão de energia eléctrica. O orçamento alocado para 2011 é de 448.7 milhões de dólares os quais pretendem assegurar acesso fiável a electricidade em
todo o país, com capacidade para apoiar a indústria, especialmente na costa norte entre Batugade e Tutuala.

O Governo irá aumentar o seu investimento em estradas, pontes, edifícios, gabinetes, hospitais e escolas. O Governo continua a investir em sistemas financeiros integrados, com mais 7,7 milhões de dólares destinado ao desenvolvimento de software para apropriação e monitorização financeira e para aumentar a capacidade de hardware.

### Tabela 4.6: Fundos Especiais, 2011–2015

<table>
<thead>
<tr>
<th>Capital e Desenvolvimento</th>
<th>2011</th>
<th>2012</th>
<th>2013</th>
<th>2014</th>
<th>2015</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Projectos Plurianuais</td>
<td>494,3</td>
<td>348</td>
<td>294,9</td>
<td>264,8</td>
<td>230,6</td>
</tr>
<tr>
<td>Grandes Projectos</td>
<td>40,0</td>
<td>184</td>
<td>261</td>
<td>316</td>
<td>376</td>
</tr>
<tr>
<td>ODMs</td>
<td>65,0</td>
<td>65</td>
<td>65</td>
<td>65</td>
<td>65</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Sub-Total</strong></td>
<td><strong>599,3</strong></td>
<td><strong>597</strong></td>
<td><strong>620,9</strong></td>
<td><strong>645,8</strong></td>
<td><strong>671,6</strong></td>
</tr>
<tr>
<td>Fundo Dev. Capital Humano</td>
<td>25,0</td>
<td>30</td>
<td>35</td>
<td>40</td>
<td>45</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Total</strong></td>
<td><strong>624,3</strong></td>
<td><strong>627</strong></td>
<td><strong>655,9</strong></td>
<td><strong>685,8</strong></td>
<td><strong>716,6</strong></td>
</tr>
</tbody>
</table>

Fonte: Direcção do Orçamento, Ministério das Finanças, 2010.

Os Grandes Projectos terão início com os projectos de Tasi Mane, que custarão mais de 30 milhões de dólares, visando sobretudo o desenvolvimento da Costa Sul. Estes incluirão:

- Pacote de Desenvolvimento de Suai, incluindo Porto Multifunções (2,5 milhões de dólares), Base de Fornecimentos (10 milhões de dólares) e Reabilitação do Aeroporto (5 milhões de dólares),
- Estudo, concepção e supervisão detalhados do local do desenvolvimento da costa sul em Beaço (5,8 milhões de dólares), e
- Desenvolvimento de infra-estruturas na costa sul para análise de rota do gasoduto (3,5 milhões de dólares) e estudos ambientais (2,8 milhões de dólares).

### 5. Despesas de Desenvolvimento para Capital Humano

Este Fundo Especial plurianual no valor de 25 milhões de dólares tem por finalidade desenvolver o capital humano por via do aumento das qualificações timorenses através de:

- Formação Profissional,
- Bolsas de Estudo,
- Formação Técnica, e
- Outras Acções de Formação.

As iniciativas incluirão:

- 11 milhões de dólares para o Ministério da Educação,
- 2,5 milhões de dólares para o Ministério das Finanças,
• 2,5 milhões de dólares para a Secretaria de Estado dos Recursos Naturais (SERN),
• 2,6 milhões de dólares para a Secretaria de Estado de Formação Profissional e Emprego (SEFOPE),
• 2,4 milhões de dólares para o Ministério da Saúde a fim de pagar a formação de profissionais médicos,
• 1,9 milhões de dólares para o Ministério da Justiça, e
• 1,1 milhões dólares para bolsas de estudo e formação no Instituto Nacional de Administração Pública.
• 548 mil dólares para formação no estrangeiro para Oficiais das F-FDTL, no Japão, Austrália, Filipinas e na Malásia.
• 339 mil dólares para formação de Jovens
PARTE 5. RECEITAS

1. Introdução

As principais receitas de Timor-Leste provêm do petróleo e do gás, com as Receitas Domésticas (impostos, taxas de utilização e pagamentos, instituições autónomas e outras) a representarem uma pequena parte das receitas totais (Tabela 5.1). O total das receitas em 2011 está estimado em 2,4 mil milhões de dólares americanos, com o gasto (2,29 mil milhões) a corresponder às Receitas Petrolíferas e os restantes 110,7 milhões das Receitas Domésticas. Olhando para o futuro, as Receitas Petrolíferas continuarão a dominar nos próximos cinco anos e em diante. As Receitas Domésticas mostram uma tendência de crescimento em matéria colectável. Em 2010, as projeções para as Receitas Domésticas foram de 96,2 milhões de dólares, e para 2011 está projectado em 110,7 milhões de dólares. Até 2015 é esperado que as Receitas Domésticas atinjam os 163,3 milhões de dólares. O objectivo do Governo é alcançar os 200 milhões de dólares antes de 2015, contudo, estará dependente da introdução de reformas significativas.

Tabela 5.1: Projeção do Total das Receitas 2009-2015 ($ Milhões)

<table>
<thead>
<tr>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Receitas Total</td>
<td>1,918.7</td>
<td>2,112.5</td>
<td>2,398.7</td>
<td>2,520.4</td>
<td>2,293.9</td>
<td>2,609.8</td>
<td>2,606.7</td>
</tr>
<tr>
<td>Receitas Domésticas</td>
<td>91.1</td>
<td>96.2</td>
<td>110.7</td>
<td>121.8</td>
<td>134.1</td>
<td>148.9</td>
<td>163.7</td>
</tr>
<tr>
<td>Receitas Petrolíferas</td>
<td>1,827.6</td>
<td>2,016.3</td>
<td>2,288.0</td>
<td>2,398.6</td>
<td>2,159.8</td>
<td>2,460.9</td>
<td>2,443.0</td>
</tr>
</tbody>
</table>

2. Receitas Domésticas

As Receitas Domésticas consistem em Impostos (Directos e Indiretos), Taxas de utilização e Pagamentos e receitas de instituições autónomas. Há também receitas provenientes da venda de arroz subsidiado, uma medida introduzida pelo governo para aliviar o impacto dos aumentos súbitos nos preços mundiais dos alimentos em 2008.

A Tabela 5.2 mostra que os impostos, taxas de utilização e pagamentos, e instituições autónomas continuam a aumentar de 2009 até 2015. Estes aumentos anulam a redução das receitas com a venda de arroz, as quais continuam a descer à medida que os preços mundiais dos alimentos estabilizam.
Tabela 5.2: Receitas Domésticas, 2009 a 2015 (milhões de dólares)

<table>
<thead>
<tr>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>Actual</td>
<td>Estimativa</td>
<td>Projeção</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Imposto Directo</td>
<td>13.4</td>
<td>18.2</td>
<td>22.3</td>
<td>26.9</td>
<td>31.4</td>
<td>35.9</td>
<td>40.4</td>
</tr>
<tr>
<td>Imposto Indirecto</td>
<td>30.3</td>
<td>32.0</td>
<td>42.6</td>
<td>44.5</td>
<td>46.3</td>
<td>50.3</td>
<td>54.4</td>
</tr>
<tr>
<td>Taxas e Pagamentos</td>
<td>16.5</td>
<td>19.6</td>
<td>16.2</td>
<td>17.5</td>
<td>19.6</td>
<td>21.9</td>
<td>24.2</td>
</tr>
<tr>
<td>Venda de Arroz</td>
<td>20.4</td>
<td>12.6</td>
<td>10.0</td>
<td>9.6</td>
<td>9.6</td>
<td>9.6</td>
<td>9.6</td>
</tr>
<tr>
<td>Juros de Tesouro</td>
<td>0.3</td>
<td>0.1</td>
<td>0.1</td>
<td>0.1</td>
<td>0.1</td>
<td>0.1</td>
<td>0.1</td>
</tr>
<tr>
<td>Agencias Autonomas</td>
<td>10.2</td>
<td>13.7</td>
<td>19.2</td>
<td>23.1</td>
<td>26.9</td>
<td>30.9</td>
<td>34.9</td>
</tr>
<tr>
<td>Recitas de Jogos Sociais</td>
<td>0.0</td>
<td>0.0</td>
<td>0.3</td>
<td>0.3</td>
<td>0.3</td>
<td>0.3</td>
<td>0.3</td>
</tr>
<tr>
<td>Total</td>
<td>91.1</td>
<td>96.2</td>
<td>110.7</td>
<td>121.8</td>
<td>134.1</td>
<td>148.9</td>
<td>163.7</td>
</tr>
</tbody>
</table>

Fonte: Direcção Macroeconómica, Ministério das Finanças, 2010

Impostos

A Tabela 5.3 mostra as projecções de receitas por categoria e por tipo de imposto. Os impostos directos, adversamente afectados pelas Reformas Fiscais de 2008, têm recuperado e demonstrado uma tendência crescente.

Os Impostos Directos estão projectados para 22,3 milhões de dólares em 2011. Isto deve-se às fortes perspectivas de crescimento económico, e esforços para aumentar o cumprimento e melhorar a administração fiscal. As projecções para Impostos Indirectos é de 42,6 milhões de dólares em 2011, e um crescimento esperado de 54,4 milhões em 2015.

Tabela 5.3: Total das Projecções de Receitas Fiscais, 2009 a 2015 (milhões de dólares)

<table>
<thead>
<tr>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>Actual</td>
<td>Estimativa</td>
<td>Projeção</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Imposto Directo</td>
<td>13.4</td>
<td>18.2</td>
<td>22.3</td>
<td>26.9</td>
<td>31.4</td>
<td>35.9</td>
<td>40.4</td>
</tr>
<tr>
<td>Imposto Rendimento</td>
<td>5.1</td>
<td>5.5</td>
<td>7.1</td>
<td>8.8</td>
<td>10.5</td>
<td>12.2</td>
<td>13.9</td>
</tr>
<tr>
<td>Impostos Corporativos</td>
<td>2.0</td>
<td>4.5</td>
<td>5.7</td>
<td>6.9</td>
<td>8.1</td>
<td>9.3</td>
<td>10.5</td>
</tr>
<tr>
<td>Imposto Retencao</td>
<td>6.3</td>
<td>8.2</td>
<td>9.5</td>
<td>11.2</td>
<td>12.8</td>
<td>14.4</td>
<td>16.0</td>
</tr>
<tr>
<td>Imposto Indirecto</td>
<td>30.3</td>
<td>32.0</td>
<td>42.6</td>
<td>44.5</td>
<td>46.3</td>
<td>50.3</td>
<td>54.4</td>
</tr>
<tr>
<td>Imposto Servico</td>
<td>2.9</td>
<td>3.5</td>
<td>4.0</td>
<td>4.9</td>
<td>5.3</td>
<td>5.9</td>
<td>6.6</td>
</tr>
<tr>
<td>Imposto Vendas</td>
<td>7.3</td>
<td>6.1</td>
<td>11.4</td>
<td>10.7</td>
<td>11.2</td>
<td>12.2</td>
<td>13.1</td>
</tr>
<tr>
<td>Imposto de Consumo</td>
<td>13.8</td>
<td>16.9</td>
<td>17.7</td>
<td>20.7</td>
<td>21.6</td>
<td>23.5</td>
<td>25.5</td>
</tr>
<tr>
<td>Taxa Importacao</td>
<td>6.3</td>
<td>5.5</td>
<td>9.5</td>
<td>8.2</td>
<td>8.2</td>
<td>8.7</td>
<td>9.2</td>
</tr>
</tbody>
</table>

Fonte: Direcção Macroeconómica, Ministério das Finanças, 2010

Taxas de Utilização e Pagamentos

A tabela 5.4 contém os rendimentos projectados para taxas de utilização e pagamentos, onde se espera um crescimento de 16,2 milhões de dólares em 2011, dos projectados 14,1 milhões em 2010. Existe uma tendência ascendente de crescimento em taxas de utilização e pagamentos que se espera continuar para 2011 em diante.
### Tabela 5.4: Taxas e Pagamentos de Utilização, 2009 a 2015 (milhões de dólares)

<table>
<thead>
<tr>
<th></th>
<th>2009 Actual</th>
<th>2010 Estimativa</th>
<th>2011 Projeção</th>
<th>Projecção</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Taxas e Encargos</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Registo de Empresas</td>
<td>0.2</td>
<td>0.4</td>
<td>0.7</td>
<td>0.9</td>
</tr>
<tr>
<td>Taxas de Selos</td>
<td>0.0</td>
<td>0.1</td>
<td>0.1</td>
<td>0.1</td>
</tr>
<tr>
<td>propriedades</td>
<td>1.9</td>
<td>2.2</td>
<td>2.4</td>
<td>2.6</td>
</tr>
<tr>
<td>Taxas de agua</td>
<td>0.1</td>
<td>0.0</td>
<td>0.1</td>
<td>0.1</td>
</tr>
<tr>
<td>Honorários da Universidade Nacional</td>
<td>0.4</td>
<td>0.4</td>
<td>0.5</td>
<td>0.5</td>
</tr>
<tr>
<td>Registo de Veículos</td>
<td>1.0</td>
<td>1.0</td>
<td>0.9</td>
<td>1.1</td>
</tr>
<tr>
<td>Inspeccao de Veículos</td>
<td>0.0</td>
<td>0.0</td>
<td>0.2</td>
<td>0.0</td>
</tr>
<tr>
<td>Carta de Conducao</td>
<td>0.0</td>
<td>0.0</td>
<td>0.3</td>
<td>0.0</td>
</tr>
<tr>
<td>Outras taxas de transporte</td>
<td>0.0</td>
<td>0.0</td>
<td>0.0</td>
<td>0.0</td>
</tr>
<tr>
<td>ID e Passaporte</td>
<td>0.4</td>
<td>0.5</td>
<td>0.8</td>
<td>1.0</td>
</tr>
<tr>
<td>Visa</td>
<td>1.2</td>
<td>1.0</td>
<td>1.5</td>
<td>1.7</td>
</tr>
<tr>
<td>Hospital e Medicos</td>
<td>0.1</td>
<td>0.1</td>
<td>0.1</td>
<td>0.1</td>
</tr>
<tr>
<td>Dividendos, Lucros e ganhos</td>
<td>4.6</td>
<td>3.7</td>
<td>7.3</td>
<td>8.1</td>
</tr>
<tr>
<td>Industrias extrativas</td>
<td>0.1</td>
<td>0.1</td>
<td>0.1</td>
<td>0.1</td>
</tr>
<tr>
<td>Radio e televisao</td>
<td>0.0</td>
<td>0.0</td>
<td>0.0</td>
<td>0.0</td>
</tr>
<tr>
<td>Documentos Licitiosos</td>
<td>0.1</td>
<td>0.0</td>
<td>0.0</td>
<td>0.1</td>
</tr>
<tr>
<td>Leilões</td>
<td>0.0</td>
<td>0.2</td>
<td>0.1</td>
<td>0.1</td>
</tr>
<tr>
<td>Outras Receitas Nao-Fiscais</td>
<td>6.4</td>
<td>9.9</td>
<td>1.1</td>
<td>1.2</td>
</tr>
</tbody>
</table>

Fonte: Direcção Macroeconómica, Ministério das Finanças, 2010

### Vendas de Arroz e Juros

Os subsídios ao arroz foram introduzidos para proteger o povo timorense de aumentos súbitos nos preços mundiais de alimentos em 2008. A necessidade de o governo interceder neste mercado diminuiu com a estabilização dos preços mundiais de alimentos. À medida que as intervenções do governo diminuem, é esperado que as receitas nestas áreas reduzam para 10 milhões de dólares em 2011 e que estabilizem nos 9,6 milhões de dólares.

Sendo os juros, os dinheiro recebidos a partir dos saldos das contas bancárias do governo, estes representam apenas uma pequena parcela das Receitas Domésticas. Prevê-se que os juros sejam de 0,1 milhões de dólares em 2011 e que aumentem de forma modesta a médio prazo.
**Instituições Autónomas**

As receitas das Instituições Autónomas (Gestão de Equipamentos, Aviação, Porto e EDTL) tiveram melhorias nos períodos mais recentes como mostra a tabela 5.5. É esperado que se verifique um aumento da fatia das receitas totais de 12% em 2009 para 14% em 2010. Para 2011, a parte referente a esta categoria de receitas é projectada um aumento de 17%, representado 19,2 milhões de dólares.

O fluxo de receitas mais significativo provém da EDTL. Este superou as expectativas para 2009 (7 milhões de dólares) em 16%. Este crescimento deverá aumentar ainda mais em resultado dos esforços continuados para incrementar o pagamento de electricidade por parte dos consumidores. Este será complementado através de aumentos de tarifas. A projeção actual de receitas da EDTL para 2011 é de 14,5 milhões de dólares. Isto significa que o número de consumidores irá aumentar, resultando em receitas adicionais.

O desempenho da Aviação e do Porto tem sido forte relativamente às projecções orçamentais de 2010, sendo de esperar um crescimento sustentado das receitas.

**Tabela 5.5: Receitas de Instituições Autónomas, 2009 a 2015 (milhões de dólares)**

<table>
<thead>
<tr>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Actual</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Aviação</td>
<td>0.9</td>
<td>1.2</td>
<td>1.3</td>
<td>1.6</td>
<td>1.7</td>
<td>2.0</td>
<td>2.2</td>
</tr>
<tr>
<td>Porto</td>
<td>1.4</td>
<td>2.5</td>
<td>3.1</td>
<td>3.5</td>
<td>4.0</td>
<td>4.5</td>
<td>5.0</td>
</tr>
<tr>
<td>EDTL</td>
<td>7.9</td>
<td>10.0</td>
<td>14.5</td>
<td>17.7</td>
<td>21.0</td>
<td>24.2</td>
<td>27.4</td>
</tr>
<tr>
<td>SAMES</td>
<td>0.0</td>
<td>0.0</td>
<td>0.3</td>
<td>0.3</td>
<td>0.3</td>
<td>0.3</td>
<td>0.3</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Total</strong></td>
<td>10.2</td>
<td>13.7</td>
<td>19.2</td>
<td>23.1</td>
<td>27.0</td>
<td>31.0</td>
<td>34.9</td>
</tr>
</tbody>
</table>

Fonte: Direcção Macroeconómica, Ministério das Finanças, 2010

**3. Receitas Petrolíferas**

É esperado que as Receitas Petrolíferas permaneçam elevadas em 2011 e 2012 devido às previsões de produção e preços petrolíferos manterem-se relativamente estáveis durante este período. As receitas estão estimadas em 2,29 mil milhões dólares para 2011 e 2,4 mil milhões para 2012.

Isto representa um aumento em relação aos 1,8 mil milhões em 2009 e à previsão de 2,02 mil milhões para 2010, devido sobretudo a preços petrolíferos superiores ao esperado. A Tabela 5.6 mostra as receitas concretas em 2009, as estimativas para 2010 e as previsões de Receitas Petrolíferas até 2015.
Tabela 5.6: Estimativa das Receitas Petrolíferas, 2009 a 2015 (milhões de dólares)

<table>
<thead>
<tr>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Receita Pretolífero Total</td>
<td>1,828</td>
<td>2,016</td>
<td>2,282</td>
<td>2,377</td>
<td>2,120</td>
<td>2,401</td>
<td>2,360</td>
</tr>
<tr>
<td>Royalties</td>
<td>122</td>
<td>136</td>
<td>147</td>
<td>162</td>
<td>137</td>
<td>149</td>
<td>143</td>
</tr>
<tr>
<td>Lucros petroleo</td>
<td>871</td>
<td>916</td>
<td>1,057</td>
<td>1,075</td>
<td>946</td>
<td>1,055</td>
<td>1,009</td>
</tr>
<tr>
<td>Imposto Rendimento</td>
<td>283</td>
<td>368</td>
<td>355</td>
<td>393</td>
<td>296</td>
<td>362</td>
<td>381</td>
</tr>
<tr>
<td>Imposto Adicional Rendimento</td>
<td>343</td>
<td>341</td>
<td>395</td>
<td>381</td>
<td>327</td>
<td>385</td>
<td>333</td>
</tr>
<tr>
<td>Imposto Valor Adicional</td>
<td>15</td>
<td>9</td>
<td>6</td>
<td>6</td>
<td>9</td>
<td>7</td>
<td>7</td>
</tr>
<tr>
<td>Imposto Salarios</td>
<td>10</td>
<td>8</td>
<td>8</td>
<td>8</td>
<td>8</td>
<td>9</td>
<td>9</td>
</tr>
<tr>
<td>Pagamento do Pipeline</td>
<td>5</td>
<td>6</td>
<td>6</td>
<td>6</td>
<td>6</td>
<td>6</td>
<td>6</td>
</tr>
<tr>
<td>Outros Pagamentos</td>
<td>1</td>
<td>20</td>
<td>10</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Imposto de Retencao</td>
<td>9</td>
<td>12</td>
<td>8</td>
<td>9</td>
<td>12</td>
<td>9</td>
<td>10</td>
</tr>
<tr>
<td>Juros Recebidos do Fundo Petrolífero*</td>
<td>167</td>
<td>200</td>
<td>289</td>
<td>337</td>
<td>379</td>
<td>419</td>
<td>463</td>
</tr>
</tbody>
</table>

*) Fluxo de caixa real para 2009.
Fonte: Direcção do Fundo Petrolífero, Ministério das Finanças, 2010


Uma paragem agendada do Bayu Undan em 2010 resultou na diminuição da produção e das receitas do campo em 2010 comparativamente ao que teria acontecido sem a paragem. A produção em 2010 está estimada nos 57 milhões de barris de equivalentes a petróleo, o que fica aquém dos 62 milhões de barris de equivalentes a petróleo em 2009. É esperado que a produção do Bayu Undan em 2011 e 2012 aumente para 62 e 60 milhões de barris equivalentes a petróleo, respectivamente, antes de descer gradualmente até se esgotar, o que segundo as previsões deverá acontecer em 2024.


\textsuperscript{10} West Texas Intermediate
A produção total a partir dos dois campos está estimada em 65 e 68 milhões de equivalentes a petróleo para 2011 e 2012, respectivamente. A Tabela 5.7 mostra o preço do petróleo, o total dos volumes de produção e as Receitas Petrolíferas sem e com desconto de Timor-Leste ao longo da vida dos dois projectos\(^{11}\).

\(^{11}\) Inclui fluxos de receitas dos campos do Bayu Undan e de Kitan.
<table>
<thead>
<tr>
<th>Average WTI oil price</th>
<th>Production Total</th>
<th>Total Discounted Petroleum Revenues (Factor of 4%)</th>
<th>Total Undiscounted Petroleum Revenues</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>$/Barrel</td>
<td>million barrels oil equivalent</td>
<td>$ million</td>
<td>$ million</td>
</tr>
<tr>
<td>Total</td>
<td>991</td>
<td>30,613</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Total from 1 January 11 to 2002</td>
<td>647</td>
<td>17,847</td>
<td>22,461</td>
</tr>
<tr>
<td>2003</td>
<td>10</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>2004</td>
<td>44</td>
<td>17</td>
<td>175</td>
</tr>
<tr>
<td>2005</td>
<td>54</td>
<td>29</td>
<td>336</td>
</tr>
<tr>
<td>2006</td>
<td>65</td>
<td>57</td>
<td>612</td>
</tr>
<tr>
<td>2007</td>
<td>72</td>
<td>58</td>
<td>1,258</td>
</tr>
<tr>
<td>2008</td>
<td>103</td>
<td>64</td>
<td>2,284</td>
</tr>
<tr>
<td>2009</td>
<td>62</td>
<td>62</td>
<td>1,660</td>
</tr>
<tr>
<td>2010</td>
<td>76</td>
<td>57</td>
<td>1,816</td>
</tr>
<tr>
<td>2011</td>
<td>68</td>
<td>65</td>
<td>1,954</td>
</tr>
<tr>
<td>2012</td>
<td>71</td>
<td>68</td>
<td>1,923</td>
</tr>
<tr>
<td>2013</td>
<td>75</td>
<td>57</td>
<td>1,579</td>
</tr>
<tr>
<td>2014</td>
<td>79</td>
<td>61</td>
<td>1,727</td>
</tr>
<tr>
<td>2015</td>
<td>81</td>
<td>57</td>
<td>1,590</td>
</tr>
<tr>
<td>2016</td>
<td>85</td>
<td>49</td>
<td>1,341</td>
</tr>
<tr>
<td>2017</td>
<td>88</td>
<td>51</td>
<td>1,462</td>
</tr>
<tr>
<td>2018</td>
<td>92</td>
<td>45</td>
<td>1,308</td>
</tr>
<tr>
<td>2019</td>
<td>95</td>
<td>38</td>
<td>1,025</td>
</tr>
<tr>
<td>2020</td>
<td>98</td>
<td>41</td>
<td>1,104</td>
</tr>
<tr>
<td>2021</td>
<td>101</td>
<td>39</td>
<td>1,032</td>
</tr>
<tr>
<td>2022</td>
<td>104</td>
<td>32</td>
<td>765</td>
</tr>
<tr>
<td>2023</td>
<td>107</td>
<td>33</td>
<td>793</td>
</tr>
<tr>
<td>2024</td>
<td>110</td>
<td>9</td>
<td>215</td>
</tr>
<tr>
<td>2025</td>
<td>114</td>
<td>0</td>
<td>28</td>
</tr>
</tbody>
</table>

Fonte: Direcção do Fundo Petrolífero, Ministério das Finanças, 2010

**Retorno de Investimentos**

O retorno bruto dos investimentos em 2011, antes da taxa de gestão, está estimado nos 296 milhões de dólares. A previsão de retorno dos investimentos semelhantes em 2010, incluindo juros do Fundo Petrolífero e alteração do valor do Fundo Petrolífero, é de 241 milhões. Estas estimativas são significativamente superiores ao retorno dos investimentos em 2009, que foi de 34 milhões. A razão para isto é que as taxas de juro dos EUA caíram durante o período, com o correspondente aumento do valor de mercado do Fundo.

De Janeiro a Julho de 2010 o retorno bruto foi de 188 milhões de dólares. Os juros do Fundo Petrolífero durante este período foram de 117 milhões, tendo a alteração do valor do Fundo (reavaliação de mercado) sido equivalente a 71 milhões. O retorno líquido dos investimentos, que é o valor bruto menos a taxa de gestão, está estimado em 235 milhões de dólares em 2010, sendo
que os juros do Fundo Petrolífero estão estimados em 200 milhões, a alteração no valor do Fundo está estimada em 41 milhões e a taxa de gestão é de 6 milhões. A Tabela 5.8 inclui a previsão do retorno dos investimentos.

O retorno de investimento nominal de Janeiro a Julho de 2010 foi equivalente a 3,2% do Fundo Petrolífero. O retorno anual dos 12 meses até Julho de 2010 foi 4,2%, enquanto o retorno anual dos investimentos desde o início do Fundo está actualmente nos 4,6 %.

### Tabela 5.8: Posições Estimadas do Fundo Petrolífero, 2009 a 2015 (milhões de dólares)

<table>
<thead>
<tr>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Opening Balance</td>
<td>4,197</td>
<td>5,377</td>
<td>6,617</td>
<td>7,838</td>
<td>9,050</td>
<td>9,962</td>
<td>11,113</td>
</tr>
<tr>
<td>Petroleum Revenue excluding PF Interest</td>
<td>1,660</td>
<td>1,816</td>
<td>1,992</td>
<td>2,040</td>
<td>1,741</td>
<td>1,981</td>
<td>1,897</td>
</tr>
<tr>
<td>Petroleum Fund Interest</td>
<td>177</td>
<td>200</td>
<td>289</td>
<td>337</td>
<td>379</td>
<td>419</td>
<td>463</td>
</tr>
<tr>
<td>Change in Value of the Fund</td>
<td>-143</td>
<td>41</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
</tr>
<tr>
<td>BPA Management fee</td>
<td>-3</td>
<td>-6</td>
<td>-6</td>
<td>-6</td>
<td>-6</td>
<td>-6</td>
<td>-6</td>
</tr>
<tr>
<td>Withdrawal</td>
<td>-512</td>
<td>-811</td>
<td>-1,055</td>
<td>-1,159</td>
<td>-1,202</td>
<td>-1,244</td>
<td>-1,288</td>
</tr>
<tr>
<td>Closing Balance</td>
<td>5,377</td>
<td>6,617</td>
<td>7,838</td>
<td>9,050</td>
<td>9,962</td>
<td>11,113</td>
<td>12,179</td>
</tr>
</tbody>
</table>

*) includes accrued interest

Fonte: Direcção do Fundo Petrolífero, Ministério das Finanças, 2010

### Fundo Petrolífero

O saldo do Fundo Petrolífero em 31 de Julho de 2010 era de 6,45 mil milhões de dólares. Isto representa um aumento de 1,07 mil milhões durante o ano financeiro. É esperado que o saldo aumente de forma modesta durante o resto do ano, uma vez que a maior parte dos levantamentos em 2010 terá lugar na segunda parte de 2010. Até finais de 2010 é esperado que o saldo do Fundo Petrolífero seja de 6,62 mil milhões.

A actual estimativa aponta para que o valor total do Fundo seja de 7,8 mil milhões de dólares em finais de 2011, 9,0 mil milhões em finais de 2012 e 12,2 mil milhões em finais de 2015. A Tabela 5.8 mostra as previsões para o saldo do Fundo Petrolífero no futuro.

Ao longo dos últimos três anos o Governo tem implementado gradualmente a estratégia de investimento do Fundo Petrolífero. O objectivo consiste em diversificar a carteira de investimentos numa gama de classes de activos, regiões e moedas, de forma a reduzir os riscos e a aumentar os retornos esperados, dentro dos limites contemplados na Lei do Fundo Petrolífero. O primeiro passo foi dado em 2009, quando o Banco de Compensações Internacionais (BIS) foi nomeado como o primeiro gestor externo do Fundo. O BIS é responsável por investir 20 por cento da carteira. Actualmente a carteira de investimentos inclui títulos governamentais emitidos pela Austrália, Japão, União Europeia e Reino Unido, assim como títulos emitidos por Organizações Supranacionais tais como o Banco Europeu de Investimento e o Banco Mundial.
Em 2010 o Governo nomeou o Gestor Externo, a Schroeder Investment Management Ltd, como o primeiro Gestor de Acções, afectando 4% da carteira para os mercados globais de acções. Esta afectação permite total exploração da flexibilidade da actual Lei do Fundo Petrolífero no que diz respeito à diversificação da carteira de investimentos. Para diversificar ainda mais a carteira serão necessárias alterações à Lei do Fundo Petrolífero.

O fundo actualmente tem um peso muito elevado de título do tesouro e isto representa uma exposição ao risco financeiro associado ao potencial aumento dos juros nos Estados Unidos. O Governo continuará a diversificar a carteira assim que o Parlamento Nacional aprove as emendas à Lei do Fundo Petrolífero, de modo a reduzir o recurso a títulos do Tesouro dos EUA. Isto irá incluir uma maior exposição a acções.

### Cálculo da Riqueza Petrolífera e do RSE

O total da Riqueza Petrolífera, que engloba o saldo do Fundo mais o valor actual líquido (VAL) das Receitas Petrolíferas futuras, está estimado em 24,47 mil milhões de dólares em 1 de Janeiro de 2011. A Riqueza Petrolífera estimada aumentou 7,82 mil milhões de dólares comparativamente aos cálculos apresentados no Orçamento para 2010.

De acordo com a Lei do Fundo Petrolífero, o Rendimento Sustentável Estimado (RSE) será 3% da Riqueza Petrolífera. Deste modo, o RSE para o Ano Financeiro de 2010 está estimado em 734 milhões de dólares. Isto representa um aumento de 232 milhões comparativamente ao RSE para 2010. A Tabela 5.9 mostra o cálculo do RSE entre 2011 e 2015, enquanto o Gráfico 5.2 apresenta o RSE juntamente com a estimativa das receitas petrolíferas.

**Tabela 5.9: RSE a partir de 1 de Janeiro de 2011 comparativamente com os Valores do Orçamento para 2010**

<table>
<thead>
<tr>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Petroleum Fund balance</td>
<td>5,272</td>
<td>6,617</td>
<td>7,838</td>
<td>9,050</td>
<td>9,962</td>
<td>11,113</td>
</tr>
<tr>
<td>+Net Present Value of future revenues</td>
<td>11,446</td>
<td>17,847</td>
<td>16,529</td>
<td>15,110</td>
<td>13,939</td>
<td>12,476</td>
</tr>
<tr>
<td>Total Petroleum Wealth PW (%)</td>
<td>16,718</td>
<td>24,465</td>
<td>24,367</td>
<td>24,160</td>
<td>23,901</td>
<td>23,589</td>
</tr>
<tr>
<td>Estimated Sustainable Income (PWx3%)</td>
<td>502</td>
<td>734</td>
<td>731</td>
<td>725</td>
<td>717</td>
<td>708</td>
</tr>
</tbody>
</table>

Fonte: Direcção do Fundo Petrolífero, Ministério das Finanças, 2010
Gráfico 5.2. Receitas Petrolíferas e RSE de Timor-Leste, 2002 a 2024

Fonte: Direcção do Fundo Petrolífero, Ministério das Finanças, 2010

Alteração da Metodologia

O Ministério das Finanças, juntamente com o FMI, reviu a metodologia usada para o cálculo da Riqueza Petrolífera e do RSE em 2010 antes do cálculo do RSE para 2011. Embora a maior parte da metodologia permaneça inalterada, foram feitas duas alterações importantes:

Estimativa do preço do petróleo

As previsões das receitas petrolíferas do RSE utilizam a West Texas Intermediate (WTI) como o preço petrolífero de referência. Para os cálculos do RSE entre 2007 e 2010 fez-se a previsão da WTI usando a estimativa de cenário baixo de preços do petróleo da Administração de Informações sobre Energia (EIA) fornecida no seu relatório anual, o Panorama Anual de Energia. A EIA é uma organização independente que aplica uma metodologia consistente e rigorosa, e a única organização deste tipo a fazer uma estimativa baixa e uma estimativa de referência para preços petrolíferos da WTI.

Os preços do petróleo são por inerência difíceis de prever, havendo muito debate académico a respeito das suas propriedades subjacentes, incluindo se o tumulto dos mercados em 2008 e 2009 assinala a passagem permanente para um preço mundial do petróleo mais elevado. As estimativas de cenário baixo e de referência da EIA foram revistas contra os preços atuais dos futuros e outras fontes para determinar se estes cenários servem como guia razoavelmente prudente para o consumo sustentável da riqueza petrolífera de Timor-Leste. Com base nesta

avaliação, considera-se que a previsão de cenário baixo da EIA é demasiado prudente, pelo que o cálculo do RSE para 2011 usará antes a média das estimativas de cenário baixo e de referência da EIA.

**Taxa de desconto**

O RSE anterior utilizou uma única observação dos rendimentos de títulos do Governo dos EUA próximos da data do cálculo do RSE, ponderados simplesmente de acordo com a proporção das previsões de receitas petrolíferas a ocorrer contra cada período de maturação. A maior liberalização da política monetária dos EUA no seguimento da crise financeira global resultou em rendimentos de títulos invulgarmente baixos, com reflexo numa taxa de desconto de 2,6% para o RSE de 2010.

A metodologia foi revista de forma a utilizar (1) a média histórica a 10 anos dos rendimentos de títulos para cada data de maturidade; e (2) um cálculo refinado da taxa de desconto média. Isto resulta numa taxa de desconto de 4,0 por cento para o RSE de 2011.

**Alterações no RSE entre 2010 e 2011**

Houve vários factores que afectaram o cálculo do RSE para 2011, comparativamente com o cálculo do ano anterior:

**Preços do Petróleo**

O preço do petróleo da WTI para 2010 aumentou de 62 para 76 dólares por barril, reflectindo a média dos preços concretos do petróleo até Agosto de 2010 e a estimativa da EIA para o restante do ano. Anos após 2010, a passagem do cenário baixo da EIA para a média das estimativas do cenário baixo e do cenário de referência da EIA envolve a transição dos preços reais a longo prazo que convergem para 50 dólares por barril para preços reais que aumentam cerca de 2 por cento ao ano entre 2012 e 2025.

**Diferenciais de preços líquidos**

O valor assumido do Bayu Undan (BU) condensado e do GPL relativo à WTI foi revisto ligeiramente de acordo com os diferenciais médios concretos desde o início do projecto, levando a um aumento modesto do RSE.

**Produção**

As estimativas de produção baixa do Bayu Undan fornecidas pela Conoco Philips aumentaram para todos os três tipos de produtos. A incerteza em torno dos volumes futuros de produção diminuiu em face das estimativas revistas sobre reservas, levando também em conta a história de produção e os dados recolhidos durante a recente perfuração de desenvolvimento. A estimativa de produção mais alta, avaliada usando a média de preços de petróleo baixos e de referência da EIA, acrescenta 61 milhões de dólares ao RSE.
Preços do GNL
Os preços de contratos de GNL até finais de 2009 já estão definidos, tendo sido reflectidos em grande medida no RSE de 2010. Os preços para 2010 a 2012 estão prestes a ser finalizados e resultaram num aumento modesto relativo aos pressupostos prudentes feitos para a estimativa do RSE de 2010. A diferença entre as estimativas do CJD e da WTI tem sido refinada ligeiramente de acordo com a média concreta histórica desde o início das remessas de GNL.

Levantamentos a partir do Fundo Petrolífero
O levantamento de 512 milhões de dólares em 2009 (o Orçamento para 2010 assumia um levantamento igual ao RSE, no valor de 408 milhões) e o levantamento de 811 milhões planeado para 2010 (em vez do RSE de 502 milhões) reduzem o saldo projectado de abertura do Fundo Petrolífero em 1 de Janeiro de 2011.

Kitan
O plano de desenvolvimento para Kitan foi aprovado pela Autoridade Nacional de Petróleo (ANP) durante 2010, tendo as receitas estimadas do Kitan sido incluídas no cálculo do RSE. O aumento do RSE em 4 milhões de dólares reflecte o cenário de produção baixa do Kitan.

Taxa de desconto
A taxa de desconto aumentou de 2,6% para 4,0% devido a uma alteração na metodologia. Uma taxa de desconto mais elevada reduz o valor actual das receitas petrolíferas futuras. O Gráfico 5.3 ilustra a magnitude dos vários factores que afectam o RSE.

Gráfico 5.3 Alterações ao Rendimento Sustentável Estimado (entre o Orçamento para 2010 e o Orçamento para 2011)

Fonte: Direcção do Fundo Petrolífero, Ministério das Finanças, 2010
Análise de sensibilidade

Qualquer estimativa de receitas petrolíferas contém uma gama de riscos e incertezas. O pressuposto mais sensível prende-se com o preço do petróleo, uma vez que basta uma mudança relativamente pequena nos preços pressupostos do petróleo para alterar substancialmente a estimativa das receitas petrolíferas. O Gráfico 5.4 mostra a sensibilidade do RSE a alterações nas variáveis mais relevantes.

Gráfico 5.4 - Análise de Sensibilidade – Rendimento Sustentável Estimado, 2011 (milhões de dólares)


4. Parceiros de Desenvolvimento

Os Parceiros de Desenvolvimento de Timor-Leste irão fornecer um total de 194,8 milhões de dólares a Timor-Leste em 2011. Isto representa 13% do total do Orçamento de fontes Combinadas, no valor de 1,5 mil milhões.

É esperado que o financiamento dos Parceiros de Desenvolvimento desça significativamente a partir de 2012. As projeções actuais apontam para que as contribuições irão diminuir em 82,2 milhões de dólares (42,2%) entre 2011 e 2012, 47,4 milhões (42,0%) entre 2012 e 2013, e 42,5 milhões (56,5%) entre 2013 e 2014. Estes valores reflectem informações concretas até à data, pelo que não reflectem uma ausência de apoio e compromisso internacional no futuro. Para mais detalhes, consultar livro 5 dos Parceiros de Desenvolvimento.

Gráfico 5.5: Compromissos Indicativos dos Parceiros de Desenvolvimento, 2010 a 2015 (milhões de dólares)
PARTE 6.  FINANCIAMENTO

Timor-Leste é uma economia em desenvolvimento com rendimentos per capita não petrolíferos de 594,5 dólares. 41% da população vive abaixo do limiar da pobreza, inferior aos 49,9% em 2007. O número de pessoas a entrar no mercado de trabalho continua a crescer a uma taxa superior à da criação de oferta de trabalho nos sectores público e privado. Os desafios em construir uma economia sustentável, absorvendo esta elevada taxa de crescimento de participação da população activa e de redução da pobreza, são imensos. A economia de Timor Leste é principalmente conduzida por investimentos públicos, contudo, para um crescimento a longo termo e sustentabilidade, o investimento privado é crucial. Os pré-requisitos para o investimento privado inclui a estabilidade política e de segurança, infra-estrutura básica, força de trabalho qualificado, taxas de juros atractivas, Leis da terra, Estado de Direito, enquadramento legal, entre outros. Investimento público e reformas de regulação são essenciais para criar tais pré-requisitos.

As principais fontes de receita de Timor-Leste são as receitas petrolíferas, que são oriundas principalmente de Bayu Undan no mar de Timor. Estas receitas são depositadas no Fundo Petrolífero, dos quais os levantamentos são realizados para financiar o Orçamento do Estado tendo como referência o Rendimento Estimado Sustentável, que é 3% da riqueza petrolífera por ano.

As receitas domésticas e as contribuições dos doadores constituem uma pequena parcela da receita orçamental.

Para lá do que pode ser gasto a partir de recursos orçamentais tradicionais (RSE e Receitas Domésticas), consideráveis montantes devem ser previstos para os primeiros cinco anos do PEDN (2011 a 2015). O Governo está assim a explorar opções em termos de financiamento de investimentos públicos estratégicos através de uma variedade de opções e mecanismos de financiamento. Estas opções de financiamento incluem o levantamento judicioso a partir do Fundo Petrolífero, assegurando a sustentabilidade a longo prazo, acesso a empréstimos concessionais e / ou não concessionais e Parcerias Público-Privadas (PPP).

A partir de 2011 o Governo irá estabelecer dois Fundos Especiais segundo o Artigo 32.º da
Lei N.º 13/2009 sobre Orçamento e Gestão Financeira. As finalidades dos fundos são financiar investimentos de capital plurianuais e em grande escala em projectos de infra-estruturas e de desenvolvimento humano. Os fundos especiais serão conhecidos como:

1. Fundo das Infra-estruturas (FI), e
2. Fundo de Desenvolvimento do Capital Humano (FDCH).

A criação de Fundos Especiais está contemplada no artigo 32 da Lei do Orçamento e Gestão Financeira. Estes fundos serão financiados através do Orçamento e providenciarão uma mais efectiva e transparente gestão e mecanismos de reporte sobre o uso do dinheiro.

O Governo conforme o número 1 do Artigo 115.º da Constituição, tem competência para estabelecer as regras e normas referentes aos Fundos Especiais. O Orçamento dos fundos carece Autorização parlamentar de acordo com o Artigo 32.º da Lei de Orçamento e Gestão Financeira. O Fundo Especial será gerido por um Conselho de Administração constituído pelo Primeiro Ministro e Ministros relevantes. Um dos benefícios do Fundo Especial é a centralização da tomada de decisão. Este Conselho de Administração irá priorizar e hierarquizar os projectos, com a responsabilidade de realinhar os projectos para acomodar alterações motivadas por factores externos. Outro benefício do Fundo Especial é de que este poderá disponibilizar uma avenida que permita a participação dos doadores no PED.

A Agência de Desenvolvimento Nacional (ADN) será criada sobre a tutela do Primeiro Ministro e apetrechado de peritos na área técnica para o controlo de qualidade dos projectos submetidos de modo a assegurar as especificações e custos apropriados. A ADN irá igualmente supervisionar e monitorar os projectos, incluindo o relatório trimestral a ser submetido ao Parlamento Nacional através do Conselho de Ministros.


De acordo com os artigos 20 e 21 da Lei do Orçamento e Gestão Financeira, o Governo tem a base legal para empréstimos.

O principal objectivo dos empréstimos externos é colmatar a lacuna entre as necessidades de desenvolvimento desejadas e os recursos disponíveis a nível doméstico no médio e longo prazo. A Unidade de Gestão da Dívida (UGD) está a ser estabelecida dentro do Ministério das Finanças para assegurar uma gestão eficiente e efectiva da dívida pública.

Timor-Leste não contraiu empréstimos, todavia existem várias opções para Timor-Leste caso decida fazê-lo.
O Governo está a avaliar os benefícios do empréstimo ao invés de depender exclusivamente das receitas do Fundo petrolífero.

O Governo está igualmente a explorar a opção de financiamento através de PPP, de modo a permitir ao governo avançar com a construção de infra-estruturas enquanto partilha o risco com outros intervenientes.
Introdução
De acordo com a Lei do Fundo Petrolífero, o Rendimento Sustentável Estimado (RSE) é o montante máximo que pode ser transferido a partir do Fundo Petrolífero num ano financeiro deixando recursos suficientes para dotar um montante de igual valor real em anos subsequentes. Isto significa que o RSE é um parâmetro de referência que indica o nível sustentável de levantamentos a partir do Fundo Petrolífero que não reduz o valor real da riqueza petrolífera total de Timor-Leste a longo prazo.

A Lei do Fundo Petrolífero requer que todos os pressupostos subjacentes ao cálculo do RSE sejam prudentes, reflitam a melhor prática internacional e sejam assentados em padrões reconhecidos a nível internacional. De presente aproximadamente 2/3 da Riqueza Petrolífera de Timor-Leste incluída no cálculo do RSE continuam debaixo do leito do Mar de Timor, enquanto 1/3 já está no Fundo Petrolífero. As receitas futuras são altamente incertas e estão sujeitas à produção e aos preços do petróleo no futuro.

Para lá disto, actualmente só há um campo em funcionamento, o do Bayu Undan. Existe o risco, ainda que pequeno, de suceder algo no campo do Bayu Undan que cause um atraso no fluxo de receitas para o Estado de Timor-Leste. Este atraso pode durar meses, anos ou até um tempo indefinido, dependendo do que suceda no campo. Os preços do petróleo são também altamente voláteis, e como tal não deve ser posta de parte a possibilidade de os preços do petróleo no futuro ficarem aquém dos previstos nas estimativas usadas para o cálculo do Fundo Petrolífero.

Revisão da metodologia
O Ministério das Finanças (MF) reviu a metodologia usada para o cálculo do RSE e confirmou em termos gerais a abordagem utilizada, com as seguintes exceções.

Política de reconhecimento de activos
A previsão das receitas petrolíferas utilizadas para o RSE inclui projectos com planos de desenvolvimento aprovados e compromissos de investimento firmes por parte da companhia petrolífera. Isto foi reconfirmado como base apropriada para o RSE, sendo que a estimativa inclui receitas do Bayu Undan (BU) e do pequeno projecto Kitan recentemente aprovado. Dada a incerteza considerável e o potencial em termos de atrasos materiais, não são incluídas receitas relativamente ao projecto Sunrise. Embora a exploração continue, neste momento ainda não se registaram mais descobertas petrolíferas significativas na Área Conjunta de Desenvolvimento Petrolífero ou nas áreas exclusivas de Timor-Leste.
Reservas Petrolíferas e Estimativas de Produção

Os operadores, a Conoco Phillips e a Eni, produziram três cenários de produção – “elevada”, “esperada” e baixa”, com base em diferentes pressupostos sobre os recursos petrolíferos totais disponíveis respectivamente nos campos Bayu Undan e Kitan.

O Orçamento do Estado estima a produção com base na estimativa “baixa” dos operadores, a qual reflete uma probabilidade de 90% de os níveis de produção previstos serem atingidos. Considera-se que isto está de acordo com os requisitos de prudência da Lei do Fundo Petrolífero.

A Conoco Phillips actualiza as estimativas de produção todos os anos, levando em conta novos dados de produção, incluindo resultados das perfurações de desenvolvimento em 2009. Não houve revisões significativas aos planos de projecção subjacentes, todavia à medida que o campo do Bayu Undan atinge a maioridade as previsões dos cenários baixo, base e elevado vão convergindo, como reflexo de um nível de incerteza cada vez menor. A principal diferença entre os três cenários de produção está agora na dimensão estimada das reservas totais para produção, que se reflectem em diferentes pontos de interrupção e volumes de produção nos anos finais do campo.

Preços do petróleo

As previsões das receitas petrolíferas do RSE utilizam a West Texas Intermediate (WTI) como o preço petrolífero de referência. Para os cálculos do RSE entre 2007 e 2010 fez-se a previsão da WTI usando a estimativa de cenário baixo de preços do petróleo da Administração de Informações sobre Energia (EIA) fornecida no seu relatório anual, o Panorama Anual de Energia. A EIA é uma organização independente que aplica uma metodologia consistente e rigorosa, e a única organização deste tipo a fazer uma estimativa baixa e uma estimativa de referência para preços petrolíferos da WTI.

O cálculo do RSE para 2011 usa a média das estimativas baixa e de referência da EIA como preço petrolífero da WTI de referência para o cálculo do RSE. A média dos dois cenários da EIA está bem dentro do intervalo de confiança de 68 por cento em torno dos preços de futuros médios, e significativamente abaixo da média dos preços de futuros, conforme se pode ver no Gráfico A1.

---

De igual modo, a média dos cenários baixo e de referência da EIA é significativamente inferior ao cenário de referência da EIA, sendo que a diferença entre as duas projeções aumenta com o horizonte temporal. O Gráfico A2 mostra o cenário baixo, o cenário de referência e a média entre o cenário baixo e o cenário de referência da EIA, juntamente com os preços médios históricos da WTI.

Há muitas instituições a fazerem previsões de preços petrolíferos, porém a EIA é a única que o Ministério das Finanças conhece que apresenta um cenário de preços baixos e um cenário de preços de referência. Tal como se pode ver na Tabela A1, a projeção de preços do petróleo utilizada no cálculo do RSE é consideravelmente inferior à maior parte das outras estimativas sobre preços do petróleo feitas por outras instituições.
A tabela A1 resume as previsões de preços petrolíferos mundiais, de 2015 a 2025, em dólares por barril, corrigidos pelo poder de compra em 2008.

<table>
<thead>
<tr>
<th>Source</th>
<th>2015</th>
<th>2020</th>
<th>2025</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>INFORUM</td>
<td>92.5</td>
<td>108.0</td>
<td>109.7</td>
</tr>
<tr>
<td>DB</td>
<td>93.2</td>
<td>105.5</td>
<td>114.7</td>
</tr>
<tr>
<td>IHSGI</td>
<td>85.1</td>
<td>81.9</td>
<td>74.9</td>
</tr>
<tr>
<td>IEA</td>
<td>100.0</td>
<td>115.0</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>EVA</td>
<td>80.4</td>
<td>84.5</td>
<td>91.0</td>
</tr>
<tr>
<td>SEER (Business-as-usual)</td>
<td>79.2</td>
<td>74.3</td>
<td>69.7</td>
</tr>
<tr>
<td>SEER (Multi-Dimensional)</td>
<td>99.0</td>
<td>101.5</td>
<td>105.8</td>
</tr>
<tr>
<td>EIA Reference Case</td>
<td>94.5</td>
<td>108.3</td>
<td>115.1</td>
</tr>
<tr>
<td>EIA: Half way between low &amp; reference</td>
<td>73.6</td>
<td>80.4</td>
<td>84.4</td>
</tr>
<tr>
<td>EIA Low Price Case</td>
<td>51.6</td>
<td>51.9</td>
<td>51.7</td>
</tr>
</tbody>
</table>

Fonte: AEO 2010, EIA

O Orçamento para 2010 prevê que o preço do petróleo para a WTI será de 62 dólares por barril em 2010. Durante os sete meses até final de Julho de 2010, a média dos preços de cotação à vista da WTI foi de 78,1 dólares por barril\(^\text{14}\). Para os cinco meses restantes de 2010, é esperado que a média dos preços corresponda à estimativa mais recente da EIA para a WTI em 2010, ou seja 72,4 dólares por barril. O preço médio ponderado em 2010 é assim de 75,7 dólares por barril, sendo as previsões para 2011 e 2012 de 68 e 71 dólares por barril, respectivamente.

**Taxa de desconto**

A Lei do Fundo Petrolífero estipula que a taxa de desconto utilizada para calcular o valor actual do fluxo de dinheiro futuro a partir do sector petrolífero seja a média do rendimento nominal de um título do Governo dos EUA ao longo dos anos em que se esperam receitas do Fundo Petrolífero.

O RSE anterior utilizou uma única observação dos rendimentos de títulos do Governo dos EUA próximos da data do cálculo do RSE, ponderados simplesmente de acordo com a proporção das previsões de receitas petrolíferas a ocorrer contra cada período de maturação. O afrouxamento sem precedentes da política monetária dos EUA no seguimento da crise financeira global resultou em rendimentos de títulos invulgarmente baixos, com reflexo numa taxa de desconto de 2,6% para o RSE de 2010. A metodologia foi revista de forma a utilizar (1) a média histórica a 10 anos dos rendimentos de títulos para cada data de maturidade; e (2) um cálculo refinado da taxa de desconto média. Isto resulta numa taxa de desconto de 4,0 por cento para o RSE de 2011.

\(^{14}\) Fonte: Preços diários de cotação à vista da WTI da Administração de Informações sobre Energia (EIA) (http://tonto.eia.doe.gov/dnav/pet/pet_pri_spt_s1_d.htm)
**Outros pressupostos**

Os preços realizados concretos do condensado e do gás petrolífero liquefeito (GPL) referentes à WTI foram revistos, com o diferencial da estimativa a ser consistente com a média dos diferenciais de percentagem concretos desde o início das remessas em 2004.

Os preços do gás natural liquefeito (GNL) para 2010-2012 são previstos utilizando a fórmula de preços provisória negociada entre a Darwin LNG e compradores de GNL japoneses. A partir de 2013 será usada uma estimativa prudente já realizada para preços do GNL a longo prazo relativos aos preços do petróleo, levando em conta o parecer da Poten & Partners (consultores da ANP sobre GNL). O diferencial de percentagem entre a WTI e o CJD\(^\text{15}\) está previsto de forma consistente com a média concreta histórica.

Os custos operacionais e de capital na estimativa do operador são consistentes com a produção do cenário base. O parecer dos operadores é de que os custos não serão muito diferentes dos relativos ao cenário de produção baixa, pelo que é prudente usar os custos do cenário base sem necessidade de ajuste.

**Certificação do cálculo do RSE**

De acordo com o Artigo 8.º da Lei do Fundo Petrolífero não podem ser feitas transferências a partir do Fundo Petrolífero num dado Ano Fiscal sem que o Governo forneça primeiro ao Parlamento Nacional relatórios:

a) que especifiquem o Rendimento Sustentável Estimado para o Ano Fiscal em que a transferência terá lugar;

b) que especifiquem o Rendimento Sustentável Estimado para o Ano Fiscal anterior; e

c) do Auditor Independente certificando o montante do Rendimento Sustentável Estimado segundo as alíneas a) e b) acima.

Os relatórios são apensos como Anexo 3 e Anexo 4.

\(^{15}\) Crude Japonês Desembargado, índice de preços de todo o petróleo importado pelo Japão, reportado pelo Ministério das Finanças japonês.
Anexo 2 – Lei do Orçamento Geral do Estado para 2011

Decreto do Parlamento Nacional n.º 5/II

Aprova o Orçamento Geral do Estado da República Democrática de Timor-Leste para 2011

O Orçamento Geral do Estado para 2011, engloba todas as receitas e despesas do Estado de Timor-Leste.

O Anexo I à Lei do Orçamento Geral do Estado para 2011, doravante designado OGE, estabelece o total estimado das receitas do OGE de Janeiro a Dezembro de 2011 provenientes de todas as fontes petrolíferas, não petrolíferas, receitas fiscais e não fiscais. O total estimado de receitas é de $2,398.7 mil milhões de dólares norte-americanos.

O Anexo II à Lei do Orçamento de Estado estabelece todas as dotações orçamentais, incluindo os serviços e fundos autónomos e fundos especiais, sistematizadas da seguinte forma:

1. $ 116,834 milhões de dólares para Salários e Vencimentos;
2. $ 294,151 milhões de dólares para Bens e Serviços, dos quais $25 milhões são afectos ao Fundo de Desenvolvimento do Capital Humano;
3. $ 177,456 milhões de dólares para Transferências Públicas.
4. $ 29,262 milhões de dólares para Capital Menor;
5. $ 688,315 milhões de dólares para Capital de Desenvolvimento, dos quais $599,306 milhões de dólares são afectos ao Fundo das Infra-estruturas;

Excluindo os serviços e fundos autónomos e os fundos especiais, o total das dotações orçamentais é de $630,402 milhões de dólares norte-americanos.

A conta do Tesouro do Estado inclui todas as receitas e despesas a partir dos serviços e fundos autónomos auto-financiados, nomeadamente a Electricidade de Timor-Leste (EDTL), a Administração de Aeroportos e Navegação Aérea de Timor-Leste (ANATL), a Autoridade Portuária de Timor-Leste (APORTIL), o Instituto de Gestão de Equipamento (IGE) e o Serviço de Administração de Medicamentos e Equipamentos de Saúde (SAMES). As receitas dessas
categorias estão incluídas sob a rubrica relativa às receitas próprias dos serviços e fundos autónomos, no Anexo I, estando o orçamento de despesas propostas inscritas no Anexo III.

O total de estimativas das despesas para os serviços e fundos autónomos auto-financiados em 2011, é de $51,311 milhões, dos quais $32,161 milhões são transferidos a partir do OGE, a fim de subsidiar despesas superiores às suas receitas próprias estimadas.

O total da dotação orçamental para o Fundo de Infra-estruturas é de $599,306 milhões.

O total da dotação orçamental para o Fundo de Desenvolvimento do Capital Humano é de $25 milhões.

O total estimado de despesas do OGE é de $1,306 mil milhões de dólares.

As receitas não petrolíferas estimadas são de $110 milhões de dólares.

Assim o défice fiscal é de $1,196 mil milhões de dólares, o qual é financiado em $141 milhões de dólares a partir do Fundo Consolidado de Timor-Leste e em $1,055 mil milhões de dólares a partir do Fundo Petrolífero.

O Parlamento decreta, nos termos da alínea d) do n.º 3 do artigo 95.º e do n.º 1 do artigo 145.º da Constituição da República, para valer como lei, o seguinte:

Capítulo I
Definições e aprovação

Artigo 1.º
Definições

Para os efeitos da presente Lei, entende-se por:

a) "Categoria de Despesa" – O agrupamento das despesas sob as cinco categorias seguintes: Salários e Vencimentos; Bens e Serviços; Transferências Públicas; Capital Menor e Capital de Desenvolvimento, em que:

i) "Salários e Vencimentos" – O montante global que um Órgão pode gastar com Salários e Vencimentos para os titulares dos cargos políticos e os funcionários permanentes, temporários e em tempo parcial;

ii) "Bens e Serviços" – O montante global que um Órgão pode gastar na aquisição de Bens e Serviços;

iii) “Transferências Públicas” – O montante global que um Órgão pode gastar em subvenções públicas e pagamentos consignados;
iv) **"Capital Menor"** – O montante global que um Órgão pode gastar na aquisição de bens de Capital Menor;

v) **“Capital de Desenvolvimento”** – O montante global que um Órgão pode gastar em projectos de Capital de Desenvolvimento.

b) **"Despesas Compensadas pelas Receitas"** – Despesas suportadas pelas *receitas próprias* cobradas pelos serviços e fundos autónomos, desde que o montante não exceda o valor total das receitas que deram entrada nas contas relevantes do Tesouro;

c) **"Dotação Orçamental"** – Montante máximo inscrito no OGE a favor de um Órgão com vista à realização de determinada despesa;

d) **"Órgão / Órgãos"** – O termo genérico adoptado no Orçamento para indicar o sector público administrativo sujeito à disciplina orçamental e que, segundo a classificação orgânica, se pode dividir em títulos tais como: Gabinete do Presidente da República, Parlamento Nacional, Governo (Gabinete do Primeiro-Ministro, Presidência do Conselho de Ministros, Ministérios e Secretarias de Estado), Tribunais e Procuradoria Geral da República.

e) **"Rubricas de Despesa"** – As Rubricas de despesa individuais dentro de cada *Categoria de Despesa*, com base na estrutura de código de contas de despesa mantida pelo Tesouro.

**Artigo 2.º**

**Aprovação**

A presente Lei aprova o Orçamento Geral do Estado para o período compreendido entre 1 de Janeiro de 2011 e 31 de Dezembro de 2011, bem como:

a) Total de receitas por agrupamentos, incluindo as receitas próprias dos serviços e fundos autónomos e dos fundos especiais, constante do Anexo I ao presente diploma, dele fazendo parte integrante;

b) Total de despesas por agrupamentos, incluindo as verbas a serem transferidas do Orçamento Geral do Estado para os serviços e fundos autónomos em 2011, constante do Anexo II ao presente diploma, dele fazendo parte integrante;

c) Total de despesas dos serviços e fundos autónomos a serem financiadas a partir das suas receitas próprias e do subsídio do Orçamento Geral do Estado, constante do Anexo III ao presente diploma, dele fazendo parte integrante;
d) Total das despesas correspondentes à dotação do Fundo das Infra-Estruturas, para 2011, constante do Anexo IV ao presente diploma, dele fazendo parte integrante;

e) Total das despesas correspondentes à dotação do Fundo de Desenvolvimento do Capital Humano, para 2011, constante do Anexo V ao presente diploma, dele fazendo parte integrante.

Capítulo II
Receitas

Artigo 3.º
Receitas

Em 2011, o Governo está autorizado a cobrar impostos bem como outras imposições tributárias estabelecidas na lei.

Capítulo III
Autorização para transferência do Fundo Petrolífero

Artigo 4.º
Limite autorizado para crédito do OGE

1 - Nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 7.º da Lei n.º 9/2005, de 3 de Agosto, o montante das transferências do Fundo Petrolífero para 2011 não excede $1,055 mil milhões de dólares, sendo a transferência de $734 milhões efectuada após o cumprimento do disposto no artigo 8.º e a transferência de $321 milhões efectuada após o cumprimento das alíneas a), b) e c) do artigo 9.º da Lei 9/2005, de 3 de Agosto.

2 – No ano financeiro de 2011, o Governo dá cumprimento ao disposto nas alíneas a), b) e c) do artigo 9.º da Lei 9/2005, de 3 de Agosto, relativamente à transferência dos montantes propostos e aprovados pelo Parlamento Nacional, na parte em que exceda o Rendimento Sustentável Estimado, após a entrada em vigor da presente lei.
Capítulo IV
Execução Orçamental

Artigo 5.º

Pagamento de impostos sobre importações do Governo
O Tesouro fica autorizado a estabelecer e a implementar um mecanismo de contabilidade para o registo e controlo das receitas e despesas, correspondente ao pagamento de impostos sobre importações efectuadas pelos Órgãos ou em seu nome.

Artigo 6.º

Dotações para todo o Governo
De acordo com os critérios estabelecidos relativamente às despesas públicas, o Governo inscreve no orçamento do Ministério das Finanças as seguintes dotações, cuja gestão fica a seu cargo:

a) Fundo de Contrapartidas;
b) Auditoria Externa;
c) Reserva de Contingência;
d) Fundo para Viagens ao Estrangeiro;
e) Quotas de Membro de Organizações Internacionais;
f) Financiamento Retroactivo;
g) Pagamento de pensões aos ex-titulares e ex-membros dos Órgãos de Soberania;
h) Construção de Postos Integrados na Fronteira;
i) Novo Organismo para a Implementação das Recomendações do CAVR.
j) Fundo de Contribuição às Instituições de Carácter Social.

Artigo 7.º

Reserva de Contingência
Compete ao Primeiro-Ministro, após parecer do Ministro das Finanças, decidir em relação à transferência de recursos a partir da Reserva de Contingência para os diferentes Órgãos.
Capítulo V
Serviços e fundos autónomos

Artigo 8.º
Receitas Próprias

1 As previsões das receitas a serem cobradas pelos serviços e fundos autónomos constam do Anexo I.
2 As despesas resultantes das transferências a partir do Governo para os fundos autónomos e para os fundos especiais, bem como a previsão das respectivas despesas constam do Anexo II.
3 Os orçamentos por Categoria de Despesa relativos aos serviços e fundos autónomos que são financiados por receitas próprias constam do Anexo III.
4 A dotação do Fundo de Infra-Estruturas consta do Anexo IV.
5 A dotação do Fundo de Desenvolvimento do Capital Humano consta do Anexo V.
6 Os Avisos de Autorização de Despesa a favor dos serviços e fundos autónomos, a partir das receitas próprias, só podem ser autorizados após recepção, por parte do Estado, das respectivas receitas, sendo as referidas autorizações obrigatoriamente de valor igual ou inferior.

Capítulo VI
Fundos Especiais

Artigo 9.º
Fundo das Infra-estruturas e Fundo de Desenvolvimento do Capital Humano

1. São criados o Fundo das Infra-Estruturas e o Fundo de Desenvolvimento do Capital Humano, nos termos do previsto no artigo 32.º da Lei n.º 13/2009, de 21 de Outubro, sobre o Orçamento e Gestão Financeira, que se destinam a financiar programas e projectos plurianuais.

2. O Fundo das Infra-estruturas destina-se a financiar programas e projectos estratégicos destinados a aquisições, construções e desenvolvimento de:
   a) Infra-estruturas rodoviárias, incluindo estradas, pontes, portos e aeroportos;
   b) Geradores de energia e linhas de distribuição;
   c) Telecomunicações;
   d) Infra-estruturas que promovam a protecção de cheias;
e) Instalações de tratamento de água e saneamento;
f) Instalações logísticas, incluindo infra-estruturas de armazenamento;
g) Edifícios governamentais, incluindo instalações de saúde e de educação;
h) Outras infra-estruturas que promovam o desenvolvimento estratégico.

3. A entidade responsável pelas operações do Fundo das Infra-Estruturas é o Conselho de Administração, composto pelo Primeiro-Ministro, que preside, pelo Ministro das Infra-Estruturas, pelo Ministro das Finanças, e pelos membros do Governo que tenham relação com os programas e projectos a financiar pelo Fundo.

4. O Fundo de Desenvolvimento do Capital Humano destina-se ao financiamento de programas e projectos de formação dos Recursos Humanos, nomeadamente programas destinados a aumentar a formação dos profissionais timorenses em sectores estratégicos de desenvolvimento tais como a justiça, saúde, educação, infra-estruturas, agricultura, turismo, gestão petrolífera e gestão financeira, entre outros, que incluam actividades e acções a realizar em Timor-Leste e a participação de cidadãos timorenses em formações fora do país, incluindo bolsas de estudo para cursos universitários e de pós-graduação.

5. A entidade responsável pelas operações do Fundo de Desenvolvimento do Capital Humano é o Conselho de Administração, composto pelo Primeiro-Ministro, que preside, pelo Ministro da Educação, pelo Ministro das Finanças, pelo Ministro da Justiça, pelo Secretário de Estado dos Recursos Naturais e pelos outros membros do Governo que tenham relação com os programas e projectos a financiar pelo Fundo.

6. Os Conselhos de Administração são competentes para proceder às alterações das dotações atribuídas aos programas, dentro dos limites da dotação total autorizada pelo Parlamento Nacional e respeitadas as respectivas finalidades.

7. As matérias não reguladas nos números anteriores são regulamentadas por diploma do Governo.
Capítulo VII  
Disposições Finais

Artigo 10.º  
Financiamento através de doadores independentes

1. Cada Órgão só pode estabelecer acordos com doadores independentes para o fornecimento de recursos adicionais ou complementares ao financiamento contido nas afectações orçamentais na presente Lei, mediante parecer prévio obrigatório do Ministro das Finanças.

2. A gestão deste financiamento deve ser feita de acordo com as directivas emitidas pelo Ministério das Finanças e com os requisitos dos doadores.

Artigo 11.º  
Entrada em vigor

A presente Lei entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação, produzindo efeitos a 1 de Janeiro de 2011.

Aprovado a 28 de Janeiro de 2011.

O Presidente do Parlamento Nacional

Fernando La Sama de Araújo

Promulgada em  
Publique-se,

O Presidente da República

José Manuel Ramos Horta
## Estimativa das Receitas a Serem Cobradas em Orçamento Geral do Estado da República Democrática de Timor-Leste para 2011 (US$ milhões)

<table>
<thead>
<tr>
<th>1.</th>
<th>Total das Receitas</th>
<th>2,398.7</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>1.1.</td>
<td>Receitas Petrolíferas</td>
<td>2,288.0</td>
</tr>
<tr>
<td>1.1.1.</td>
<td>Impostos sobre lucros petrolíferos</td>
<td>1,057.0</td>
</tr>
<tr>
<td>1.1.2.</td>
<td>Direitos do Mar de Timor</td>
<td>147.0</td>
</tr>
<tr>
<td>1.1.3.</td>
<td>Impostos sobre Rendimento</td>
<td>355.0</td>
</tr>
<tr>
<td>1.1.4.</td>
<td>Impostos sobre Lucros Adicionais</td>
<td>395.0</td>
</tr>
<tr>
<td>1.1.5.</td>
<td>Outros Impostos e Taxas Petrolíferas</td>
<td>38.0</td>
</tr>
<tr>
<td>1.1.6</td>
<td>Juros do Fundo Petrolífero</td>
<td>296.0</td>
</tr>
<tr>
<td>1.2.</td>
<td>Receitas Não Petrolíferas</td>
<td>91.5</td>
</tr>
<tr>
<td>1.2.1.</td>
<td>Impostos Directos</td>
<td>22.3</td>
</tr>
<tr>
<td>1.2.2.</td>
<td>Impostos Indirectos</td>
<td>42.6</td>
</tr>
<tr>
<td>1.2.3.</td>
<td>Outras Receitas e Taxas</td>
<td>26.2</td>
</tr>
<tr>
<td>1.2.4.</td>
<td>Juros da Conta do Tesouro</td>
<td>0.1</td>
</tr>
<tr>
<td>1.2.5.</td>
<td>Receitas do Jogos Sociais</td>
<td>0.3</td>
</tr>
<tr>
<td>1.3.</td>
<td>Doações</td>
<td>0.0</td>
</tr>
<tr>
<td>1.4.</td>
<td>Receitas Próprias dos Fundos Autónomos</td>
<td>19.2</td>
</tr>
<tr>
<td>1.5.</td>
<td>Receitas do Fundo das Infra-Estruturas</td>
<td>0</td>
</tr>
<tr>
<td>1.6.</td>
<td>Receitas do Fundo de Desenvolvimento do Capital Humano</td>
<td>0</td>
</tr>
</tbody>
</table>
### Anexo II - Dotação Orçamental para 2011 ($'000)

<table>
<thead>
<tr>
<th></th>
<th>Salários e Vencimentos</th>
<th>Bens e Serviços</th>
<th>Transferências</th>
<th>Capital Menor</th>
<th>Capital Desenvolvimento</th>
<th>Total das Despesas</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td><strong>Incluindo Agências Autónomas e Fundos Especiais</strong></td>
<td>116,834</td>
<td>294,151</td>
<td>177,456</td>
<td>29,262</td>
<td>688,315</td>
<td>1,306,018</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Excluindo Agências Autónomas e Fundos Especiais</strong></td>
<td>114,558</td>
<td>222,016</td>
<td>177,456</td>
<td>28,613</td>
<td>87,759</td>
<td>630,402</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Presidência da República</strong></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Gabinete do Presidente da República</td>
<td>60</td>
<td>2,951</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>3,011</td>
</tr>
<tr>
<td>Direcção Administrativa da Presidência da República</td>
<td>440</td>
<td>1,235</td>
<td>-</td>
<td>300</td>
<td>-</td>
<td>1,975</td>
</tr>
<tr>
<td>Assessoria Geral da Presidência da República</td>
<td>-</td>
<td>1,015</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>1,015</td>
</tr>
<tr>
<td>Secretariado Técnico Post CAVR</td>
<td>-</td>
<td>270</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>270</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Parlamento Nacional</strong></td>
<td>3,896</td>
<td>7,840</td>
<td>-</td>
<td>711</td>
<td>-</td>
<td>12,447</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Parlamento Nacional</strong></td>
<td>3,001</td>
<td>1,612</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>4,613</td>
</tr>
<tr>
<td>Gabinete do Presidente do Parlamento</td>
<td>67</td>
<td>475</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>542</td>
</tr>
<tr>
<td>Bancadas Parlamentares</td>
<td>-</td>
<td>112</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>112</td>
</tr>
<tr>
<td>Secretariado do Parlamento Nacional</td>
<td>828</td>
<td>3,984</td>
<td>-</td>
<td>694</td>
<td>-</td>
<td>5,506</td>
</tr>
<tr>
<td>Comissão A</td>
<td>-</td>
<td>142</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>142</td>
</tr>
<tr>
<td>Comissão B</td>
<td>-</td>
<td>147</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>147</td>
</tr>
<tr>
<td>Comissão C</td>
<td>-</td>
<td>144</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>144</td>
</tr>
<tr>
<td>Comissão D</td>
<td>-</td>
<td>117</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>117</td>
</tr>
<tr>
<td>Comissão E</td>
<td>-</td>
<td>144</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>144</td>
</tr>
<tr>
<td>Comissão F</td>
<td>-</td>
<td>137</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>137</td>
</tr>
<tr>
<td>Comissão G</td>
<td>-</td>
<td>141</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>141</td>
</tr>
<tr>
<td>Comissão H</td>
<td>-</td>
<td>92</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>92</td>
</tr>
<tr>
<td>Comissão I</td>
<td>-</td>
<td>61</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>61</td>
</tr>
<tr>
<td>Conselho Consultivo do Fundo Petrolífero</td>
<td>-</td>
<td>413</td>
<td>-</td>
<td>17</td>
<td>-</td>
<td>430</td>
</tr>
<tr>
<td>Grupo de Mulheres Parlamentar de Timor-Leste</td>
<td>-</td>
<td>119</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>119</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Primeiro-Ministro e Presidência do Conselho de Ministros</strong></td>
<td>3,008</td>
<td>17,175</td>
<td>20,396</td>
<td>974</td>
<td>29,880</td>
<td>71,433</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Primeiro-Ministro</strong></td>
<td>950</td>
<td>9,651</td>
<td>8,800</td>
<td>481</td>
<td>28,811</td>
<td>48,693</td>
</tr>
<tr>
<td>Gabinete do Primeiro Ministro</td>
<td>66</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>66</td>
</tr>
<tr>
<td>Secretariado do Primeiro Ministro</td>
<td>25</td>
<td>831</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>856</td>
</tr>
<tr>
<td>Direcção de Administração e Finanças</td>
<td>78</td>
<td>1,002</td>
<td>-</td>
<td>121</td>
<td>-</td>
<td>1,201</td>
</tr>
<tr>
<td>Direcção dos Recursos Humanos</td>
<td>93</td>
<td>9</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>102</td>
</tr>
<tr>
<td>Residência Oficial do Primeiro Ministro</td>
<td>-</td>
<td>51</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>51</td>
</tr>
<tr>
<td>Gabinete do Director - Geral</td>
<td>16</td>
<td>6</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>22</td>
</tr>
<tr>
<td>Gabinete do Vice-Primeiro Ministro</td>
<td>186</td>
<td>726</td>
<td>8,800</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>9,712</td>
</tr>
<tr>
<td>Agência do Desenvolvimento Nacional (ADN)</td>
<td>-</td>
<td>3,500</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>28,811</td>
<td>32,311</td>
</tr>
<tr>
<td>Secretaria de Estado dos Conselhos de Ministros</td>
<td>Salários e Vencimentos</td>
<td>Bens e Serviços</td>
<td>Transferências</td>
<td>Capital Menor</td>
<td>Capital Desenvolvimento</td>
<td>Total das Despesas</td>
</tr>
<tr>
<td>------------------------------------------------</td>
<td>------------------------</td>
<td>-----------------</td>
<td>----------------</td>
<td>--------------</td>
<td>-------------------------</td>
<td>-------------------</td>
</tr>
<tr>
<td>Comissão Nacional de Aprovisionamento (CNA)</td>
<td>- 2,000</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>2,000</td>
</tr>
<tr>
<td>Serviço Nacional de Inteligência (SNI)</td>
<td>179 960</td>
<td>- 270</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>1,409</td>
</tr>
<tr>
<td>Gabinete da Inspeção-Geral (IG)</td>
<td>307 566</td>
<td>- 90</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>963</td>
</tr>
<tr>
<td>Secretaria de Estado do Conselho de Ministros</td>
<td>306 3,066</td>
<td>- 87</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>3,459</td>
</tr>
<tr>
<td>Gabinete do Secretário de Estado</td>
<td>70 689</td>
<td>- 3</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>762</td>
</tr>
<tr>
<td>Direção Nacional de Administração e de Apoio ao Conselho de Ministros</td>
<td>91 1,029</td>
<td>- 1</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>1,121</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Direção Nacional dos Servicos de Tradução</td>
<td>51 44</td>
<td>- 30</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>125</td>
</tr>
<tr>
<td>Unidade de Apoio Jurídico</td>
<td>17 534</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>551</td>
</tr>
<tr>
<td>Direção da Disseminação de Informação</td>
<td>35 504</td>
<td>- 23</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>562</td>
</tr>
<tr>
<td>Centro da Rádio Comunitária</td>
<td>21 56</td>
<td>- 30</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>107</td>
</tr>
<tr>
<td>Gabinete de Assuntos Parlamentares</td>
<td>21 210</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>231</td>
</tr>
<tr>
<td>Secretaria de Estado da Juventude e do Desporto</td>
<td>373 467</td>
<td>4,338</td>
<td>72</td>
<td>971</td>
<td>-</td>
<td>6,221</td>
</tr>
<tr>
<td>Gabinete do Secretário de Estado</td>
<td>64 45</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>109</td>
</tr>
<tr>
<td>Direção de Administração e Finanças</td>
<td>148 335</td>
<td>126</td>
<td>72</td>
<td>971</td>
<td>-</td>
<td>1,652</td>
</tr>
<tr>
<td>Direção Nacional da Juventude</td>
<td>25 - 375</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>400</td>
</tr>
<tr>
<td>Direção da Educação Física e Desporto</td>
<td>19 40</td>
<td>3,382</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>3,441</td>
</tr>
<tr>
<td>Direção da Política do Desenvolvimento</td>
<td>34 - 300</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>334</td>
</tr>
<tr>
<td>Direção Nacional de Arte</td>
<td>26 - 155</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>181</td>
</tr>
<tr>
<td>Gabinete do Director - Geral</td>
<td>9 1</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>10</td>
</tr>
<tr>
<td>Direção de Comunicação</td>
<td>48 46</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>94</td>
</tr>
<tr>
<td>Secretaria de Estado dos Recursos Naturais</td>
<td>220 1,989</td>
<td>4,300</td>
<td>146</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>6,655</td>
</tr>
<tr>
<td>Gabinete do Secretário de Estado</td>
<td>52 795</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>847</td>
</tr>
<tr>
<td>Direção Nacional de Administração e Finanças</td>
<td>75 321</td>
<td>-</td>
<td>146</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>542</td>
</tr>
<tr>
<td>Direção Nacional de Planeamento de Recursos Naturais</td>
<td>41 90</td>
<td>4,300</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>4,431</td>
</tr>
<tr>
<td>Direção Nacional de Minerais</td>
<td>52 783</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>835</td>
</tr>
<tr>
<td>Secretaria de Estado para a Política Energética</td>
<td>181 537</td>
<td>1,963</td>
<td>60</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>2,741</td>
</tr>
<tr>
<td>Gabinete do Secretário de Estado</td>
<td>57 64</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>121</td>
</tr>
<tr>
<td>Direção Nacional de Administração e Finanças</td>
<td>61 123</td>
<td>-</td>
<td>60</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>244</td>
</tr>
<tr>
<td>Direção Nacional da Pesquisa e Políticas de Energia Alternativa</td>
<td>30 27</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>57</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Direção Nacional para Coordenação das Actividades de Energia Renovável</td>
<td>33 30</td>
<td>496</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>559</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Grupo de Acção (Task Force) para a Instalação de Painel Solar</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>Salários e Vencimentos</td>
<td>Bens e Serviços</td>
<td>Transferências</td>
<td>Capital Menor</td>
<td>Capital Desenvolvimento</td>
<td>Total das Despesas</td>
</tr>
<tr>
<td>------------------------------</td>
<td>------------------------</td>
<td>-----------------</td>
<td>----------------</td>
<td>--------------</td>
<td>------------------------</td>
<td>-------------------</td>
</tr>
<tr>
<td>Secretaria de Estado da Formação Profissional e Emprego</td>
<td>773</td>
<td>687</td>
<td>895</td>
<td>81</td>
<td>98</td>
<td>2,534</td>
</tr>
<tr>
<td>Gabinete do Secretário de Estado</td>
<td>85</td>
<td>267</td>
<td>-</td>
<td>25</td>
<td>-</td>
<td>377</td>
</tr>
<tr>
<td>Direcção Nacional de Administração e Finanças</td>
<td>195</td>
<td>72</td>
<td>-</td>
<td>14</td>
<td>98</td>
<td>379</td>
</tr>
<tr>
<td>Direcção Nacional da Formação Profissional</td>
<td>47</td>
<td>28</td>
<td>-</td>
<td>3</td>
<td>-</td>
<td>78</td>
</tr>
<tr>
<td>Direcção Nacional de Emprego</td>
<td>88</td>
<td>91</td>
<td>895</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>1,074</td>
</tr>
<tr>
<td>Direcção Nacional das Relações de Trabalho</td>
<td>91</td>
<td>58</td>
<td>-</td>
<td>6</td>
<td>-</td>
<td>155</td>
</tr>
<tr>
<td>Direcção Nacional da Inspeção do Trabalho</td>
<td>65</td>
<td>47</td>
<td>-</td>
<td>30</td>
<td>-</td>
<td>142</td>
</tr>
<tr>
<td>Secretaria de Apoio ao Conselho Nacional de Trabalho</td>
<td>36</td>
<td>28</td>
<td>-</td>
<td>3</td>
<td>-</td>
<td>67</td>
</tr>
<tr>
<td>Gabinete de Assistência Jurídica</td>
<td>9</td>
<td>13</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>22</td>
</tr>
<tr>
<td>Instituto Nacional do Desenvolvimento de Mão de Obra</td>
<td>9</td>
<td>22</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>31</td>
</tr>
<tr>
<td>Gabinete do Fundo de Emprego e Formação Profissional</td>
<td>9</td>
<td>12</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>21</td>
</tr>
<tr>
<td>Adido do Trabalho na Correia do Sul</td>
<td>79</td>
<td>22</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>101</td>
</tr>
<tr>
<td>Centro de Formação do SENAI</td>
<td>60</td>
<td>27</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>87</td>
</tr>
<tr>
<td>Secretaria de Estado para a Promoção da Igualdade</td>
<td>205</td>
<td>778</td>
<td>100</td>
<td>47</td>
<td>-</td>
<td>1,130</td>
</tr>
<tr>
<td>Gabinete da Secretária de Estado</td>
<td>57</td>
<td>230</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>287</td>
</tr>
<tr>
<td>Gabinete do Director - Geral</td>
<td>26</td>
<td>61</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>87</td>
</tr>
<tr>
<td>Direcção da Administração, Logística e Finanças</td>
<td>68</td>
<td>330</td>
<td>100</td>
<td>47</td>
<td>-</td>
<td>545</td>
</tr>
<tr>
<td>Direcção de Política e Desenvolvimento do Genéro</td>
<td>54</td>
<td>157</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>211</td>
</tr>
<tr>
<td>Ministério da Defesa e Segurança</td>
<td>19,856</td>
<td>23,867</td>
<td>325</td>
<td>6,181</td>
<td>1,944</td>
<td>52,173</td>
</tr>
<tr>
<td>Ministro da Defesa e Segurança</td>
<td>52</td>
<td>1,806</td>
<td>-</td>
<td>3,988</td>
<td>-</td>
<td>5,846</td>
</tr>
<tr>
<td>Gabinete do Ministro</td>
<td>52</td>
<td>1,806</td>
<td>-</td>
<td>3,988</td>
<td>-</td>
<td>5,846</td>
</tr>
<tr>
<td>Secretaria de Estado da Defesa</td>
<td>207</td>
<td>489</td>
<td>325</td>
<td>32</td>
<td>-</td>
<td>1,053</td>
</tr>
<tr>
<td>Gabinete do Secretário de Estado</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
</tr>
</tbody>
</table>

80
<table>
<thead>
<tr>
<th></th>
<th>Salários e Vencimentos</th>
<th>Bens e Serviços</th>
<th>Transferências</th>
<th>Capital Menor</th>
<th>Capital Desenvolvimento</th>
<th>Total das Despesas</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Direcção Nacional de Administração e Finanças da Defesa</td>
<td>49</td>
<td>279</td>
<td>325</td>
<td></td>
<td></td>
<td>653</td>
</tr>
<tr>
<td>Direcção Nacional de Planeamento e Intercambio Internacional</td>
<td>41</td>
<td>202</td>
<td>32</td>
<td></td>
<td></td>
<td>275</td>
</tr>
<tr>
<td>Direcção Nacional de Aprovisionamento</td>
<td>36</td>
<td>2</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>38</td>
</tr>
<tr>
<td>Direcção Nacional do Património</td>
<td>39</td>
<td>2</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>41</td>
</tr>
<tr>
<td>Gabinete do Director - Geral</td>
<td>17</td>
<td>2</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>19</td>
</tr>
<tr>
<td>Direcção Nacional de Protecção Civil</td>
<td>25</td>
<td>2</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>27</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>FALINTIL-Forças de Defesa de Timor Leste (Total)</strong></td>
<td><strong>5,336</strong></td>
<td><strong>13,183</strong></td>
<td><strong>-</strong></td>
<td><strong>1,500</strong></td>
<td><strong>1,500</strong></td>
<td><strong>21,519</strong></td>
</tr>
<tr>
<td>FALINTIL-Forças de Defesa de Timor Leste</td>
<td>-</td>
<td>11,227</td>
<td><strong>-</strong></td>
<td><strong>1,500</strong></td>
<td><strong>1,500</strong></td>
<td>14,227</td>
</tr>
<tr>
<td>Quartel - Geral das F-FDTL</td>
<td>5,336</td>
<td>1,956</td>
<td><strong>-</strong></td>
<td></td>
<td></td>
<td>7,292</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Secretária de Estado de Segurança</strong></td>
<td><strong>2,732</strong></td>
<td><strong>2,469</strong></td>
<td><strong>-</strong></td>
<td><strong>551</strong></td>
<td></td>
<td><strong>5,752</strong></td>
</tr>
<tr>
<td>Gabinete do Secretário de Estado</td>
<td>57</td>
<td>84</td>
<td><strong>-</strong></td>
<td></td>
<td></td>
<td>141</td>
</tr>
<tr>
<td>Gabinete do Director - Geral</td>
<td>31</td>
<td>24</td>
<td><strong>-</strong></td>
<td></td>
<td></td>
<td>55</td>
</tr>
<tr>
<td>Direcção Nacional das Finanças</td>
<td>75</td>
<td>28</td>
<td><strong>-</strong></td>
<td></td>
<td></td>
<td>103</td>
</tr>
<tr>
<td>Direcção Nacional de Protecção Civil</td>
<td>718</td>
<td>519</td>
<td><strong>416</strong></td>
<td></td>
<td></td>
<td>1,653</td>
</tr>
<tr>
<td>Direcção Nacional de Segurança dos Edifícios Publicos</td>
<td>1,565</td>
<td>550</td>
<td><strong>-</strong></td>
<td></td>
<td></td>
<td>2,115</td>
</tr>
<tr>
<td>Gabinete de Inspeção e Auditoria</td>
<td>48</td>
<td>26</td>
<td><strong>-</strong></td>
<td></td>
<td></td>
<td>74</td>
</tr>
<tr>
<td>Direcção Nacional de Administração</td>
<td>72</td>
<td>553</td>
<td><strong>40</strong></td>
<td></td>
<td></td>
<td>665</td>
</tr>
<tr>
<td>Direcção Nacional de Prevenção de Conflitos Comunitários</td>
<td>78</td>
<td>65</td>
<td><strong>-</strong></td>
<td></td>
<td></td>
<td>143</td>
</tr>
<tr>
<td>Direcção Nacional de Aprovisionamento</td>
<td>52</td>
<td>31</td>
<td><strong>-</strong></td>
<td></td>
<td></td>
<td>83</td>
</tr>
<tr>
<td>Serviços de Migração - Civil</td>
<td>36</td>
<td>589</td>
<td><strong>95</strong></td>
<td></td>
<td></td>
<td>720</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Policia Nacional de Timor-Leste (PNTL)</strong></td>
<td><strong>11,529</strong></td>
<td><strong>5,920</strong></td>
<td><strong>110</strong></td>
<td><strong>444</strong></td>
<td></td>
<td><strong>18,003</strong></td>
</tr>
<tr>
<td>PNTL-Direcção Nacional de Administração e Finanças</td>
<td>951</td>
<td>1,100</td>
<td><strong>110</strong></td>
<td></td>
<td></td>
<td>2,605</td>
</tr>
<tr>
<td>PNTL-Unidade Especial da Polícia</td>
<td>1,523</td>
<td>1,125</td>
<td><strong>-</strong></td>
<td></td>
<td></td>
<td>2,648</td>
</tr>
<tr>
<td>PNTL-Serviços de Migração</td>
<td>310</td>
<td><strong>-</strong></td>
<td><strong>-</strong></td>
<td></td>
<td></td>
<td>310</td>
</tr>
<tr>
<td>Verba</td>
<td>Salários e Vencimentos</td>
<td>Bens e Serviços</td>
<td>Transferências</td>
<td>Capital Menor</td>
<td>Capital Desenvolvimento</td>
<td>Total das Despesas</td>
</tr>
<tr>
<td>---------------------------</td>
<td>------------------------</td>
<td>-----------------</td>
<td>----------------</td>
<td>--------------</td>
<td>------------------------</td>
<td>-------------------</td>
</tr>
<tr>
<td>PNTE-Unidade de Patulhamento das Fronteiras</td>
<td>857</td>
<td>504</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>1,361</td>
</tr>
<tr>
<td>PNTE-Unidade de Maritima</td>
<td>215</td>
<td>296</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>511</td>
</tr>
<tr>
<td>PNTE-Comando Nacional de Operações</td>
<td>982</td>
<td>891</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>1,873</td>
</tr>
<tr>
<td>PNTE-Centro de Formação da Polícia</td>
<td>345</td>
<td>769</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>1,114</td>
</tr>
<tr>
<td>Região I</td>
<td>2,541</td>
<td>590</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>3,131</td>
</tr>
<tr>
<td>Região II</td>
<td>1,874</td>
<td>335</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>2,209</td>
</tr>
<tr>
<td>Região III</td>
<td>1,533</td>
<td>249</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>1,782</td>
</tr>
<tr>
<td>Região Especial de Oecusse</td>
<td>398</td>
<td>61</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>459</td>
</tr>
<tr>
<td>Ministério dos Negócios Estrangeiros</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>18,653</td>
</tr>
<tr>
<td>Gabinete do Ministro</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>25</td>
</tr>
<tr>
<td>Sede no MNEC</td>
<td>10,514</td>
<td>4,281</td>
<td>1,200</td>
<td>625</td>
<td>-</td>
<td>16,620</td>
</tr>
<tr>
<td>Gabinete do Vice-Ministro</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>30</td>
</tr>
<tr>
<td>Missão Permanente da Nova Iorque</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>40</td>
</tr>
<tr>
<td>Embaixada - Lisboa</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>42</td>
</tr>
<tr>
<td>Embaixada - Jacarta</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>46</td>
</tr>
<tr>
<td>Embaixada - Washington</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>62</td>
</tr>
<tr>
<td>Embaixada - Camberra</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>72</td>
</tr>
<tr>
<td>Embaixada - Kuala Lumpur</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>33</td>
</tr>
<tr>
<td>Embaixada - Bruxelas</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>40</td>
</tr>
<tr>
<td>Embaixada - Banguecoque</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>61</td>
</tr>
<tr>
<td>Embaixada - Tóquio</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>40</td>
</tr>
<tr>
<td>Embaixada - Pequim</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>81</td>
</tr>
<tr>
<td>Embaixada - Maputo</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>40</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>Salários e Vencimentos</td>
<td>Bens e Serviços</td>
<td>Transferências</td>
<td>Capital Menor</td>
<td>Capital Desenvolvimento</td>
<td>Total das Despesas</td>
</tr>
<tr>
<td>-----------------------------</td>
<td>------------------------</td>
<td>-----------------</td>
<td>----------------</td>
<td>---------------</td>
<td>-------------------------</td>
<td>--------------------</td>
</tr>
<tr>
<td>Consulado - Sidney</td>
<td>-</td>
<td>26</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>26</td>
</tr>
<tr>
<td>Consulado - Denpasar</td>
<td>-</td>
<td>28</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>28</td>
</tr>
<tr>
<td>Consulado - Kupang</td>
<td>-</td>
<td>31</td>
<td>-</td>
<td>50</td>
<td>-</td>
<td>81</td>
</tr>
<tr>
<td>Demarcação da Fronteira Terrestre</td>
<td>-</td>
<td>210</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>210</td>
</tr>
<tr>
<td>Embaixada - Havana</td>
<td>-</td>
<td>35</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>35</td>
</tr>
<tr>
<td>Embaixada - Manila</td>
<td>-</td>
<td>33</td>
<td>-</td>
<td>40</td>
<td>-</td>
<td>73</td>
</tr>
<tr>
<td>Embaixada - Genebra</td>
<td>-</td>
<td>46</td>
<td>-</td>
<td>3</td>
<td>-</td>
<td>49</td>
</tr>
<tr>
<td>Visitas Oficiais</td>
<td>-</td>
<td>200</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>200</td>
</tr>
<tr>
<td>Embaixada - Vaticano</td>
<td>-</td>
<td>35</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>35</td>
</tr>
<tr>
<td>Embaixada - Brasilia</td>
<td>-</td>
<td>41</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>41</td>
</tr>
<tr>
<td>Embaixada - Seoul</td>
<td>-</td>
<td>30</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>30</td>
</tr>
<tr>
<td>Embaixada - CPLP/Unesco</td>
<td>-</td>
<td>28</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>28</td>
</tr>
<tr>
<td>Embaixada - Pretória</td>
<td>-</td>
<td>20</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>20</td>
</tr>
<tr>
<td>Embaixada - Luanda</td>
<td>-</td>
<td>45</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>45</td>
</tr>
<tr>
<td>Consulado - Manchester</td>
<td>-</td>
<td>381</td>
<td>-</td>
<td>67</td>
<td>-</td>
<td>448</td>
</tr>
<tr>
<td>Embaixada - Singapura</td>
<td>-</td>
<td>37</td>
<td>-</td>
<td>35</td>
<td>-</td>
<td>72</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Ministério das Finanças</strong></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>2,938</td>
<td>7,306</td>
<td>-</td>
<td>1,707</td>
<td>1,900</td>
<td>13,851</td>
</tr>
<tr>
<td>Gabinetes da Ministra e do Vice-Ministro</td>
<td>177</td>
<td>1,044</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>1,221</td>
</tr>
<tr>
<td>Direcção-Geral dos Serviços Corporativos</td>
<td>223</td>
<td>5,169</td>
<td>-</td>
<td>1,707</td>
<td>1,900</td>
<td>8,999</td>
</tr>
<tr>
<td>Direcção-Geral de Finanças do Estado</td>
<td>851</td>
<td>254</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>1,105</td>
</tr>
<tr>
<td>Direcção-Geral das Receitas e Alfândegas</td>
<td>1,158</td>
<td>646</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>1,804</td>
</tr>
<tr>
<td>Direcção-Geral de Análise e Pesquisa</td>
<td>529</td>
<td>193</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>722</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Dotações para todo o Governo</strong></td>
<td><strong>50</strong></td>
<td><strong>56,003</strong></td>
<td><strong>3,000</strong></td>
<td><strong>2,664</strong></td>
<td><strong>3,044</strong></td>
<td><strong>64,761</strong></td>
</tr>
</tbody>
</table>

83
<table>
<thead>
<tr>
<th>Descrição</th>
<th>Salários e Vencimentos</th>
<th>Bens e Serviços</th>
<th>Transferências</th>
<th>Capital Menor</th>
<th>Capital Desenvolvimento</th>
<th>Total das Despesas</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>DTG-Fundos de Contrapartidas</td>
<td></td>
<td>2,600</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>2,600</td>
</tr>
<tr>
<td>DTG-Auditoria Externa</td>
<td></td>
<td>1,500</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>1,500</td>
</tr>
<tr>
<td>DTG-Financiamento Retroactivo</td>
<td></td>
<td>200</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>200</td>
</tr>
<tr>
<td>DTG-Reserva de Contingência</td>
<td></td>
<td>49,000</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>49,000</td>
</tr>
<tr>
<td>DTG-Fundo de Viagens ao Estrangeiro</td>
<td></td>
<td>655</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>655</td>
</tr>
<tr>
<td>DTG-Quotas de Membro de Instituições Internacionais</td>
<td></td>
<td>845</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>845</td>
</tr>
<tr>
<td>DTG-Pensão aos Ex-Titulares</td>
<td></td>
<td>1,003</td>
<td>2,700</td>
<td>123</td>
<td>344</td>
<td>4,170</td>
</tr>
<tr>
<td>Construção de Postos Integrados</td>
<td></td>
<td>-</td>
<td>2,541</td>
<td>2,700</td>
<td></td>
<td>5,241</td>
</tr>
<tr>
<td>Novo Organismo Público para Implementação das Recomendações da CAVR</td>
<td></td>
<td>50</td>
<td>200</td>
<td>-</td>
<td></td>
<td>250</td>
</tr>
<tr>
<td>Fundo de Contribuição às Instituições de Carácter Social</td>
<td></td>
<td>-</td>
<td>300</td>
<td>-</td>
<td></td>
<td>300</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Ministério da Justiça</strong></td>
<td><strong>2,513</strong></td>
<td><strong>4,789</strong></td>
<td></td>
<td><strong>667</strong></td>
<td></td>
<td><strong>7,969</strong></td>
</tr>
<tr>
<td>Gabinete da Ministra</td>
<td>66</td>
<td>27</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>93</td>
</tr>
<tr>
<td>Gabinete do Director-Geral</td>
<td>23</td>
<td>13</td>
<td>1</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>37</td>
</tr>
<tr>
<td>Direcção Nacional de Administração e Finanças</td>
<td>379</td>
<td>1,689</td>
<td>-</td>
<td>307</td>
<td>-</td>
<td>2,375</td>
</tr>
<tr>
<td>Direcção Nacional de Assessoria Jurídica e Legislação</td>
<td>90</td>
<td>78</td>
<td>-</td>
<td>7</td>
<td>-</td>
<td>175</td>
</tr>
<tr>
<td>Direcção Nacional dos Direitos Humanos da Cidadania</td>
<td>84</td>
<td>119</td>
<td>-</td>
<td>3</td>
<td>-</td>
<td>206</td>
</tr>
<tr>
<td>Direcção Nacional dos Registos e do Notariado</td>
<td>412</td>
<td>974</td>
<td>-</td>
<td>194</td>
<td>-</td>
<td>1,580</td>
</tr>
<tr>
<td>Direcção Nacional dos Serviços Prisionais e Reinserção Social</td>
<td>469</td>
<td>652</td>
<td>-</td>
<td>34</td>
<td>-</td>
<td>1,155</td>
</tr>
<tr>
<td>Centro de Formação Jurídica</td>
<td>32</td>
<td>216</td>
<td>-</td>
<td>23</td>
<td>-</td>
<td>271</td>
</tr>
<tr>
<td>Defensoria Pública</td>
<td>432</td>
<td>241</td>
<td>-</td>
<td>39</td>
<td>-</td>
<td>712</td>
</tr>
<tr>
<td>Direcção Nacional de Terras, Propriedades e Serviços Cadastrais</td>
<td>431</td>
<td>634</td>
<td>-</td>
<td>29</td>
<td>-</td>
<td>1,094</td>
</tr>
<tr>
<td>Comissão Nacional dos Direitos de Criança</td>
<td>23</td>
<td>80</td>
<td>-</td>
<td>8</td>
<td>-</td>
<td>111</td>
</tr>
<tr>
<td>Gabinete de Inspecção e de Auditoria</td>
<td>16</td>
<td>40</td>
<td>-</td>
<td>22</td>
<td>-</td>
<td>78</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>Salários e Vencimentos</td>
<td>Bens e Serviços</td>
<td>Transferências</td>
<td>Capital Menor</td>
<td>Capital Desenvolvimento</td>
<td>Total das Despesas</td>
</tr>
<tr>
<td>------------------------------------------</td>
<td>------------------------</td>
<td>-----------------</td>
<td>----------------</td>
<td>--------------</td>
<td>-------------------------</td>
<td>-------------------</td>
</tr>
<tr>
<td>Gabinete do Vice - Ministro</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>82</td>
</tr>
<tr>
<td>Gabinete do Ministro</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>163</td>
</tr>
<tr>
<td>Gabinete da Vice-Ministro</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>159</td>
</tr>
<tr>
<td>Laboratório Nacional</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Hospital Nacional Guido Valadares</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>793</td>
</tr>
<tr>
<td>Hospital Referência Baucau</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Hospital Referência Maliana</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>1,625</td>
</tr>
<tr>
<td>Hospital Referência Maubisse</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>918</td>
</tr>
<tr>
<td>Hospital Referência Oecusse</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>854</td>
</tr>
<tr>
<td>Hospital Referência Suai</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>1,005</td>
</tr>
<tr>
<td>Serviços Distritais de Saúde de Aileu</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>884</td>
</tr>
<tr>
<td>Serviços Distritais de Saúde de Ainaro</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>550</td>
</tr>
<tr>
<td>Serviços Distritais de Saúde de Baucau</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>548</td>
</tr>
<tr>
<td>Serviços Distritais de Saúde de Bobonaro</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>715</td>
</tr>
<tr>
<td>Serviços Distritais de Saúde de Covalima</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>577</td>
</tr>
<tr>
<td>Serviços Distritais de Saúde de Dili</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>667</td>
</tr>
<tr>
<td>Serviços Distritais de Saúde de Ermera</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>858</td>
</tr>
<tr>
<td>Serviços Distritais de Saúde de Liquiça</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>645</td>
</tr>
<tr>
<td>Serviços Distritais de Saúde de Manatuto</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>499</td>
</tr>
<tr>
<td>Serviços Distritais de Saúde de Manufahi</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>646</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>581</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>Salários e Vencimentos</td>
<td>Bens e Serviços</td>
<td>Transferências</td>
<td>Capital Menor</td>
<td>Capital Desenvolvimento</td>
<td>Total das Despesas</td>
</tr>
<tr>
<td>--------------------------</td>
<td>------------------------</td>
<td>-----------------</td>
<td>----------------</td>
<td>--------------</td>
<td>------------------------</td>
<td>-------------------</td>
</tr>
<tr>
<td>Instituto de Ciências da Saúde</td>
<td>185</td>
<td>141</td>
<td>-</td>
<td>12</td>
<td>-</td>
<td>338</td>
</tr>
<tr>
<td>Serviços Distritais de Saúde de Oecusse</td>
<td>294</td>
<td>221</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>515</td>
</tr>
<tr>
<td>Serviços Distritais de Saúde de Viqueque</td>
<td>410</td>
<td>246</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>656</td>
</tr>
<tr>
<td>Gabinete do Director - Geral</td>
<td>218</td>
<td>400</td>
<td>-</td>
<td>4</td>
<td>-</td>
<td>622</td>
</tr>
<tr>
<td>Direcção Nacional do Plano e Finanças</td>
<td>170</td>
<td>2,292</td>
<td>127</td>
<td>139</td>
<td>-</td>
<td>2,728</td>
</tr>
<tr>
<td>Direcção Nacional da Saúde Comunitária</td>
<td>202</td>
<td>324</td>
<td>6,000</td>
<td>2</td>
<td>-</td>
<td>6,528</td>
</tr>
<tr>
<td>Direcção Nacional dos Recursos Humanos</td>
<td>409</td>
<td>351</td>
<td>868</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>1,628</td>
</tr>
<tr>
<td>Direcção Nacional dos Serviços Hospitalares</td>
<td>183</td>
<td>780</td>
<td>225</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>1,188</td>
</tr>
<tr>
<td>Direcção Nacional de Administração, Logística e Aprovisionamento</td>
<td>229</td>
<td>651</td>
<td>-</td>
<td>1,450</td>
<td>-</td>
<td>2,330</td>
</tr>
<tr>
<td>Gabinete de Inspeção, Fiscalização e Auditoria</td>
<td>166</td>
<td>73</td>
<td>-</td>
<td>14</td>
<td>-</td>
<td>253</td>
</tr>
<tr>
<td>SAMES (Agência Auto Financiada)</td>
<td>285</td>
<td>600</td>
<td>-</td>
<td>115</td>
<td>50</td>
<td>1,050</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Ministério da Educação e Cultura</strong></td>
<td><strong>42,579</strong></td>
<td><strong>22,990</strong></td>
<td>-</td>
<td><strong>3,920</strong></td>
<td><strong>650</strong></td>
<td><strong>70,139</strong></td>
</tr>
<tr>
<td>Gabinete do Ministro</td>
<td>67</td>
<td>132</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>199</td>
</tr>
<tr>
<td>Gabinete do Vice - Ministro</td>
<td>57</td>
<td>97</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>154</td>
</tr>
<tr>
<td>Gabinete do Inspector - Geral</td>
<td>88</td>
<td>212</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>300</td>
</tr>
<tr>
<td>Direcção Nacional de Finanças e Logística</td>
<td>241</td>
<td>2,662</td>
<td>-</td>
<td>1,080</td>
<td>-</td>
<td>3,983</td>
</tr>
<tr>
<td>Direcção Nacional do Plano, Estatísticas e Tecnologias de Informação</td>
<td>164</td>
<td>137</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>301</td>
</tr>
<tr>
<td>Universidade Nacional de Timor-Leste</td>
<td>3,075</td>
<td>1,840</td>
<td>-</td>
<td>1,440</td>
<td>-</td>
<td>6,355</td>
</tr>
<tr>
<td>Unidade de Infraestruturas e Manutenção dos equipamentos da Educação</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>650</td>
<td>650</td>
</tr>
<tr>
<td>Gabinete Jurídico</td>
<td>2</td>
<td>100</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>102</td>
</tr>
<tr>
<td>Direcção Nacional do Ensino Recorrente</td>
<td>196</td>
<td>1,304</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>1,500</td>
</tr>
<tr>
<td>Instituto Nacional de Formação de Docentes e Profissionais da Educação (INFORDOPE)</td>
<td>420</td>
<td>4,432</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>4,852</td>
</tr>
<tr>
<td>Gabinete de Protocolo e Média</td>
<td>61</td>
<td>282</td>
<td>-</td>
<td>400</td>
<td>-</td>
<td>743</td>
</tr>
<tr>
<td>Direcção e Serviços</td>
<td>Salários e Vencimentos</td>
<td>Bens e Serviços</td>
<td>Transferências</td>
<td>Capital Menor</td>
<td>Capital Desenvolvimento</td>
<td>Total das Despesas</td>
</tr>
<tr>
<td>---------------------</td>
<td>------------------------</td>
<td>----------------</td>
<td>----------------</td>
<td>--------------</td>
<td>------------------------</td>
<td>--------------------</td>
</tr>
<tr>
<td>Direcção Nacional do Currículo e Avaliação Escolar</td>
<td>120</td>
<td>2,906</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>3,026</td>
</tr>
<tr>
<td>Direcção Regional-I</td>
<td>422</td>
<td>118</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>540</td>
</tr>
<tr>
<td>Direcção Regional-II</td>
<td>318</td>
<td>98</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>416</td>
</tr>
<tr>
<td>Direcção Regional-III</td>
<td>316</td>
<td>101</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>417</td>
</tr>
<tr>
<td>Direcção Regional-IV</td>
<td>353</td>
<td>105</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>458</td>
</tr>
<tr>
<td>Direcção da Região Especial de Oecusse</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
</tr>
<tr>
<td>Direcção Nacional dos Recursos Humanos</td>
<td>157</td>
<td>92</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>249</td>
</tr>
<tr>
<td>Direcção Geral dos Serviços Corporativos</td>
<td>174</td>
<td>90</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>264</td>
</tr>
<tr>
<td>Direcção Geral de Administração Escolar, Inovação e Desenvolvimento Curricular</td>
<td>91</td>
<td>57</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>148</td>
</tr>
<tr>
<td>Direcção Geral do Ensino Superior</td>
<td>15</td>
<td>39</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>54</td>
</tr>
<tr>
<td>Direcção Nacional de Aprovisionamento</td>
<td>29</td>
<td>30</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>59</td>
</tr>
<tr>
<td>Direcção Nacional do Ensino Superior universitario</td>
<td>115</td>
<td>755</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>870</td>
</tr>
<tr>
<td>Direcção Nacional do Ensino Superior Técnico</td>
<td>-</td>
<td>7</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>7</td>
</tr>
<tr>
<td>Direcção Nacional de Desenvolvimento da Ciencias e Tecnologias</td>
<td>-</td>
<td>20</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>20</td>
</tr>
<tr>
<td>Direcção Nacional de Educação Pre-Escolar</td>
<td>-</td>
<td>2,812</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>2,812</td>
</tr>
<tr>
<td>Direcção Nacional do Ensino Básico</td>
<td>-</td>
<td>194</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>194</td>
</tr>
<tr>
<td>Direcção Nacional do Ensino Secundario Geral</td>
<td>30,331</td>
<td>2,797</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>33,128</td>
</tr>
<tr>
<td>Direcção Nacional do Ensino Secundario Técnico Vocacional</td>
<td>4,278</td>
<td>181</td>
<td>-</td>
<td>500</td>
<td>-</td>
<td>4,959</td>
</tr>
<tr>
<td>Agência Nacional para Avaliação e Acreditação Académica (ANAAA)</td>
<td>1,178</td>
<td>151</td>
<td>-</td>
<td>500</td>
<td>-</td>
<td>1,829</td>
</tr>
<tr>
<td>Serviços Distritais de Educação de Dili</td>
<td>-</td>
<td>13</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>13</td>
</tr>
<tr>
<td>Serviços Distritais de Educação de Baucau</td>
<td>-</td>
<td>13</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>13</td>
</tr>
<tr>
<td>Serviços Distritais de Educação de Aileu</td>
<td>-</td>
<td>13</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>13</td>
</tr>
<tr>
<td>Serviços Distritais de Educação de Ainaro</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
</tr>
<tr>
<td>Serviços Distritais de Educação</td>
<td>13</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>13</td>
</tr>
<tr>
<td>--------------------------------</td>
<td>----</td>
<td>----</td>
<td>----</td>
<td>----</td>
<td>----</td>
<td>----</td>
</tr>
<tr>
<td>Serviços Distritais de Educação</td>
<td>13</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>13</td>
</tr>
<tr>
<td>Serviços Distritais de Educação</td>
<td>13</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>13</td>
</tr>
<tr>
<td>Serviços Distritais de Educação</td>
<td>13</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>13</td>
</tr>
<tr>
<td>Serviços Distritais de Educação</td>
<td>13</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>13</td>
</tr>
<tr>
<td>Serviços Distritais de Educação</td>
<td>13</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>13</td>
</tr>
<tr>
<td>Direcção Nacional de Museus e Biblioteca</td>
<td>82</td>
<td>278</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>360</td>
</tr>
<tr>
<td>Direcção Nacional do Património Cultural</td>
<td>75</td>
<td>64</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>139</td>
</tr>
<tr>
<td>Direcção Nacional de Artes, Cultura e Industrias Criativas e Culturais</td>
<td>53</td>
<td>287</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>340</td>
</tr>
<tr>
<td>Gabinete do Secretário de Estado da Cultura</td>
<td>58</td>
<td>59</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>117</td>
</tr>
<tr>
<td>Gabinete do Ministro</td>
<td>67</td>
<td>43</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>110</td>
</tr>
<tr>
<td>Gráfica Nacional</td>
<td>58</td>
<td>130</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>188</td>
</tr>
<tr>
<td>Arquivo Nacional</td>
<td>65</td>
<td>47</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>112</td>
</tr>
<tr>
<td>Instituto Nacional da Administração Pública</td>
<td>152</td>
<td>80</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>232</td>
</tr>
<tr>
<td>Secretariado Técnico da Administração Eleitoral</td>
<td>354</td>
<td>650</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>1,004</td>
</tr>
<tr>
<td>Gabinete do Secretário de Estado da Reforma Administrativa</td>
<td>55</td>
<td>86</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>141</td>
</tr>
<tr>
<td>Direcção Nacional do Desenvolvimento Local e Ordenamento do Território</td>
<td>83</td>
<td>161</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>244</td>
</tr>
<tr>
<td>Programa do Desenvolvimento Local</td>
<td>-</td>
<td>120</td>
<td>3,500</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>3,620</td>
</tr>
<tr>
<td>Pacote de Desenvolvimento Descentralizado I</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>Salários e Vencimentos</td>
<td>Bens e Serviços</td>
<td>Transferências</td>
<td>Capital Menor</td>
<td>Capital Desenvolvimento</td>
<td>Total das Despesas</td>
</tr>
<tr>
<td>--------------------------</td>
<td>------------------------</td>
<td>----------------</td>
<td>----------------</td>
<td>---------------</td>
<td>------------------------</td>
<td>-------------------</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Gabinete do Secretário de Estado da Região Especial de Oecusse</strong></td>
<td>71</td>
<td>103</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>174</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Gabinete do Director-Geral</strong></td>
<td>26</td>
<td>20</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>46</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Direcção Nacional da Administração e Finanças</strong></td>
<td>191</td>
<td>1,608</td>
<td>-</td>
<td>2,915</td>
<td>1,281</td>
<td>5,995</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Direcção Nacional da Administração Local</strong></td>
<td>83</td>
<td>70</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>153</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Administração Distrital de Manufahi</strong></td>
<td>66</td>
<td>60</td>
<td>318</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>444</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Administração Distrito de Viqueque</strong></td>
<td>88</td>
<td>61</td>
<td>454</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>603</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Administração Distrital de Lautem</strong></td>
<td>68</td>
<td>61</td>
<td>363</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>492</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Administração Distrital de Manatuto</strong></td>
<td>84</td>
<td>61</td>
<td>278</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>423</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Administração Distrital de Covalima</strong></td>
<td>103</td>
<td>61</td>
<td>334</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>498</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Administração Distrital de Ainaro</strong></td>
<td>72</td>
<td>59</td>
<td>263</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>394</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Administração Distrital de Aileu</strong></td>
<td>66</td>
<td>59</td>
<td>331</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>456</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Administração Distrital de Ermera</strong></td>
<td>89</td>
<td>61</td>
<td>599</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>749</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Administração Distrital de Liquíça</strong></td>
<td>60</td>
<td>52</td>
<td>278</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>390</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Gabinete do Inspector - Geral</strong></td>
<td>25</td>
<td>21</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>46</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Administração Distrital de Dili</strong></td>
<td>652</td>
<td>819</td>
<td>435</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>1,906</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Administração Distrital de Bobonaro</strong></td>
<td>104</td>
<td>61</td>
<td>503</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>668</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Administração Distrital de Baucau</strong></td>
<td>105</td>
<td>49</td>
<td>654</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>808</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Administração Distrital de Oecusse</strong></td>
<td>96</td>
<td>59</td>
<td>174</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>329</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Direcção Nacional de Apoio a Administração de Sucos</strong></td>
<td>56</td>
<td>127</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>183</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Ministério da Economia e Desenvolvimento</strong></td>
<td><strong>1,459</strong></td>
<td><strong>3,392</strong></td>
<td><strong>2,859</strong></td>
<td><strong>334</strong></td>
<td><strong>600</strong></td>
<td><strong>8,644</strong></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Gabinete do Ministro</strong></td>
<td>68</td>
<td>61</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>129</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Gabinete do Inspecção e Auditoria do Ministerio</strong></td>
<td>33</td>
<td>32</td>
<td>-</td>
<td>2</td>
<td>-</td>
<td>67</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Instituto de Apoio ao Desenvolvimento Empresarial</strong></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Salários e Vencimentos</td>
<td>Bens e Serviços</td>
<td>Transferências</td>
<td>Capital Menor</td>
<td>Desenvolvimento</td>
<td>Total das Despesas</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>------------------------</td>
<td>----------------</td>
<td>---------------</td>
<td>--------------</td>
<td>-----------------</td>
<td>-------------------</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>299</td>
<td>173</td>
<td>158</td>
<td>34</td>
<td></td>
<td>664</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Instituto para a Promoção de Investimento e Exportação</td>
<td>16</td>
<td>342</td>
<td>120</td>
<td>19</td>
<td>497</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Gabinete do Vice-Ministro</td>
<td>59</td>
<td>36</td>
<td>-</td>
<td></td>
<td>95</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Direcção Nacional de Pesquisa e Planeamento para o Desenvolvimento Nacional</td>
<td>58</td>
<td>59</td>
<td>8</td>
<td></td>
<td>125</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Gabinete do Secretário de Estado do Meio Ambiente</td>
<td>54</td>
<td>32</td>
<td>-</td>
<td></td>
<td>86</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Direcção Nacional do Meio Ambiente</td>
<td>221</td>
<td>104</td>
<td>300</td>
<td>87</td>
<td>712</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Direcção Nacional para Assuntos Ambientais Internacionais</td>
<td>44</td>
<td>45</td>
<td>-</td>
<td></td>
<td>89</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Gabinete do Secretário de Estado do Desenvolvimento Rural e Cooperativas</td>
<td>54</td>
<td>23</td>
<td>-</td>
<td></td>
<td>77</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Direcção Nacional do Desenvolvimento Rural</td>
<td>299</td>
<td>96</td>
<td>300</td>
<td>1</td>
<td>600</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Direcção Nacional das Cooperativas</td>
<td>125</td>
<td>61</td>
<td>300</td>
<td>-</td>
<td>486</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Gabinete do Director-Geral</td>
<td>33</td>
<td>121</td>
<td>-</td>
<td></td>
<td>154</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Direcção Nacional da Administração e Finanças</td>
<td>79</td>
<td>2,185</td>
<td>1,681</td>
<td>181</td>
<td>4,126</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Departamento do Aprovisionamento</td>
<td>17</td>
<td>22</td>
<td>-</td>
<td>2</td>
<td>41</td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>

**Ministério da Solidariedade Social**

<table>
<thead>
<tr>
<th>1,565</th>
<th>3,041</th>
<th>113,706</th>
<th>416</th>
<th>-</th>
<th>118,728</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Gabinete da Ministra</td>
<td>65</td>
<td>46</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>111</td>
</tr>
<tr>
<td>Inspeção e Auditoria Interna</td>
<td>33</td>
<td>65</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>98</td>
</tr>
<tr>
<td>Gabinete do Director-Geral</td>
<td>42</td>
<td>33</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>75</td>
</tr>
<tr>
<td>Direcção Nacional da Administração e das Finanças</td>
<td>424</td>
<td>1,148</td>
<td>-</td>
<td>213</td>
<td>1,785</td>
</tr>
<tr>
<td>Gabinete do Secretário de Estado para os Assuntos dos Antigos Combatentes da Libertação Nacional</td>
<td>54</td>
<td>426</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>480</td>
</tr>
<tr>
<td>Direcção Nacional dos Assuntos dos Antigos Combatentes da Libertação Nacional</td>
<td>219</td>
<td>263</td>
<td>81,776</td>
<td>5</td>
<td>82,263</td>
</tr>
<tr>
<td>Gabinete do Secretário de Estado da Assistência Social e Desastres Naturais</td>
<td>53</td>
<td>45</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>98</td>
</tr>
<tr>
<td>Direcção Nacional da Assistência Social</td>
<td>141</td>
<td>440</td>
<td>450</td>
<td>50</td>
<td>1,081</td>
</tr>
<tr>
<td>Direcção Nacional de Reinserção Social</td>
<td>263</td>
<td>246</td>
<td>2,362</td>
<td>20</td>
<td>2,891</td>
</tr>
</tbody>
</table>

Direcção Nacional de Gestão de Desastres
<table>
<thead>
<tr>
<th></th>
<th>Salários e Vencimentos</th>
<th>Bens e Serviços</th>
<th>Transferências</th>
<th>Capital Menor</th>
<th>Capital Desenvolvimento</th>
<th>Total das Despesas</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Secretario do Estado da Segurança Social</td>
<td>111</td>
<td>214</td>
<td>1,000</td>
<td>34</td>
<td></td>
<td>1,359</td>
</tr>
<tr>
<td>Direcção Nacional da Segurança Social</td>
<td>53</td>
<td>35</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>88</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>107</td>
<td>80</td>
<td>28,118</td>
<td>94</td>
<td></td>
<td>28,399</td>
</tr>
<tr>
<td>Ministério das Infra-Estruturas Incluindo Agências Autónomas</td>
<td>4,611</td>
<td>55,435</td>
<td>945</td>
<td>1,364</td>
<td>29,783</td>
<td>92,138</td>
</tr>
<tr>
<td>Ministério das Infra-Estruturas Excluindo Agências Autónomas</td>
<td>2,620</td>
<td>8,901</td>
<td>945</td>
<td>830</td>
<td>28,583</td>
<td>41,879</td>
</tr>
<tr>
<td>Gabinete do Ministro</td>
<td>62</td>
<td>40</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>102</td>
</tr>
<tr>
<td>Gabinete do Director-Geral</td>
<td>16</td>
<td>11</td>
<td>14</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>41</td>
</tr>
<tr>
<td>Autoridade Reguladora das Comunicações</td>
<td>67</td>
<td>68</td>
<td>11</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>146</td>
</tr>
<tr>
<td>Direcção dos Serviços de Transportes Marítimos</td>
<td>54</td>
<td>46</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>100</td>
</tr>
<tr>
<td>Direcção da Meteorologia e Geofísica</td>
<td>47</td>
<td>45</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>92</td>
</tr>
<tr>
<td>Direcção Nacional de Tecnologia Informática</td>
<td>103</td>
<td>101</td>
<td>20</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>224</td>
</tr>
<tr>
<td>Direcção Nacional da Administração e das Finanças</td>
<td>96</td>
<td>762</td>
<td>4</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>861</td>
</tr>
<tr>
<td>Direcção Nacional dos Transportes Terrestres</td>
<td>276</td>
<td>330</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>606</td>
</tr>
<tr>
<td>Direcção Nacional dos Correios de Timor-Leste</td>
<td>77</td>
<td>376</td>
<td>19</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>472</td>
</tr>
<tr>
<td>Autoridade da Aviação Civil de Timor-Leste</td>
<td>36</td>
<td>233</td>
<td>369</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>638</td>
</tr>
<tr>
<td>Administração de Aeroportos e Navegação Area de Timor-Leste (Agência Auto Financiada)</td>
<td>251</td>
<td>271</td>
<td>12</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>534</td>
</tr>
<tr>
<td>Autoridade Portuária de Timor Leste (Agência Auto Financiada)</td>
<td>87</td>
<td>163</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>250</td>
</tr>
<tr>
<td>Instituto Público de Gestão de Equipamentos (Agência Auto Financiada)</td>
<td>653</td>
<td>613</td>
<td>52</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>1,318</td>
</tr>
<tr>
<td>Operações do Berlin - Nakroma</td>
<td>-</td>
<td>1,941</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>1,941</td>
</tr>
<tr>
<td>Gabinete do Secretário de Estado para Eletricidade, Água e Urbanização</td>
<td>55</td>
<td>21</td>
<td>1</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>77</td>
</tr>
<tr>
<td>Gabinete do Director Geral</td>
<td>4</td>
<td>9</td>
<td>1</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>14</td>
</tr>
<tr>
<td>Direcção Geral dos Serviços Corporativos</td>
<td>60</td>
<td>3,040</td>
<td>12</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>3,112</td>
</tr>
<tr>
<td>Direcção Nacional de Gestão dos Recursos de Água</td>
<td>20</td>
<td>38</td>
<td>5</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>63</td>
</tr>
<tr>
<td>Salários e Vencimentos</td>
<td>Bens e Serviços</td>
<td>Transferências</td>
<td>Capital Menor</td>
<td>Capital Desenvolvimento</td>
<td>Total das Despesas</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>------------------------</td>
<td>-----------------</td>
<td>----------------</td>
<td>---------------</td>
<td>------------------------</td>
<td>-------------------</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>538</td>
<td>735</td>
<td>945</td>
<td>43</td>
<td>2,758</td>
<td>5,019</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Electricidade de Timor-Leste EDTL (Agência Auto Financiada)</td>
<td>1,000</td>
<td>45,488</td>
<td>471</td>
<td>1,200</td>
<td>48,159</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Técnicos de EDTL para Acompanhamento do Projecto da Central Eléctrica</td>
<td>-</td>
<td>7</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>7</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Gabinete do Secretario de Estado das Obras Públicas</td>
<td>51</td>
<td>20</td>
<td>3</td>
<td>-</td>
<td>74</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Gabinete do Director - Geral</td>
<td>21</td>
<td>13</td>
<td>11</td>
<td>-</td>
<td>45</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Direcção Nacional da Administração e Finanças</td>
<td>111</td>
<td>441</td>
<td>19</td>
<td>-</td>
<td>571</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Direcção Nacional de Edificação, Habitação e Planeamento Urbano</td>
<td>290</td>
<td>199</td>
<td>36</td>
<td>-</td>
<td>525</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Direcção Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento</td>
<td>92</td>
<td>185</td>
<td>187</td>
<td>-</td>
<td>464</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Direcção Nacional de Estradas, Pontes e Controlo de Cheias</td>
<td>488</td>
<td>197</td>
<td>76</td>
<td>25,825</td>
<td>26,586</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Gabinete do Vice-Ministro das Infra-Estruturas</td>
<td>57</td>
<td>45</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>102</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Ministério do Turismo, Comércio e Indústria</strong></td>
<td><strong>916</strong></td>
<td><strong>20,400</strong></td>
<td><strong>1,600</strong></td>
<td><strong>653</strong></td>
<td><strong>1,640</strong></td>
<td><strong>25,209</strong></td>
</tr>
<tr>
<td>Gabinete do Ministro</td>
<td>67</td>
<td>394</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Gabinete de Auditoria Interna</td>
<td>34</td>
<td>29</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>63</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Gabinete do Director - Geral</td>
<td>60</td>
<td>250</td>
<td>22</td>
<td>-</td>
<td>332</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Direcção Nacional de Administração e Finanças</td>
<td>75</td>
<td>959</td>
<td>250</td>
<td>335</td>
<td>1,640</td>
<td>3,259</td>
</tr>
<tr>
<td>Direcção Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento</td>
<td>44</td>
<td>121</td>
<td>-</td>
<td>177</td>
<td>-</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Direcção Nacional do Comércio Externo</td>
<td>183</td>
<td>217</td>
<td>14</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Direcção Nacional de Comércio Doméstico</td>
<td>66</td>
<td>3,344</td>
<td>-</td>
<td>28</td>
<td>-</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Direcção Nacional da Indústria</td>
<td>86</td>
<td>150</td>
<td>200</td>
<td>19</td>
<td>-</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Inspeção Alimentar e Económica</td>
<td>73</td>
<td>95</td>
<td>-</td>
<td>25</td>
<td>-</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Inspeção Geral dos Jogos</td>
<td>49</td>
<td>152</td>
<td>-</td>
<td>5</td>
<td>-</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Gabinete do Secretario de Estado para o Turismo</td>
<td>55</td>
<td>14</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Direcção Nacional do Turismo</td>
<td>60</td>
<td>554</td>
<td>1,150</td>
<td>5</td>
<td>-</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Fundo da Segurança Alimentar</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>1,769</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Despesa</td>
<td>Salários e Vencimentos</td>
<td>Bens e Serviços</td>
<td>Transferências</td>
<td>Capital Menor</td>
<td>Capital Desenvolvimento</td>
<td>Total das Despesas</td>
</tr>
<tr>
<td>----------------------------------------</td>
<td>------------------------</td>
<td>-----------------</td>
<td>---------------</td>
<td>--------------</td>
<td>------------------------</td>
<td>--------------------</td>
</tr>
<tr>
<td>Ministério Agricultura e Pescas</td>
<td>64</td>
<td>14,121</td>
<td>23</td>
<td>14,208</td>
<td>13,409</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Gabinete do Ministro</td>
<td>67</td>
<td>35</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>102</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Gabinete Jurídico</td>
<td>27</td>
<td>8</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>35</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Inspeção e Auditoria</td>
<td>16</td>
<td>14</td>
<td>6</td>
<td>-</td>
<td>36</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Gabinete do Protocolo e Comunicação Social</td>
<td>18</td>
<td>8</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>26</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Direcção Nacional da Administração e Finanças</td>
<td>196</td>
<td>590</td>
<td>25</td>
<td>-</td>
<td>811</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Direcção Nacional de Pesquisa e Serviços Especiais</td>
<td>243</td>
<td>109</td>
<td>16</td>
<td>-</td>
<td>368</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Direcção Nacional de Quarentina e Biosegurança</td>
<td>226</td>
<td>98</td>
<td>69</td>
<td>-</td>
<td>393</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Direcção Nacional de Formação Técnica Agrícola</td>
<td>361</td>
<td>195</td>
<td>47</td>
<td>-</td>
<td>603</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Direcção Nacional de Política e Planeamento</td>
<td>108</td>
<td>623</td>
<td>50</td>
<td>-</td>
<td>781</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Gabinete do Director - Geral</td>
<td>20</td>
<td>15</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>35</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Gabinete do Secretario do Estado de Agricultura e Arboricultura</td>
<td>57</td>
<td>26</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>83</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Direcção Nacional da Agricultura e Horticultura</td>
<td>152</td>
<td>2,718</td>
<td>299</td>
<td>-</td>
<td>3,169</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Direcção Nacional de Plantas, Indústrias e Agro-Comércio</td>
<td>134</td>
<td>253</td>
<td>16</td>
<td>-</td>
<td>403</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Direcção Nacional de Florestas</td>
<td>201</td>
<td>176</td>
<td>74</td>
<td>-</td>
<td>451</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Direcção Nacional de Irrigação e Gestão da Utilização de Água</td>
<td>137</td>
<td>394</td>
<td>11</td>
<td>-</td>
<td>542</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Gabinete do Secretario de Estado das Pescas</td>
<td>57</td>
<td>15</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>72</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Direcção Nacional das Pescas e Agricultura</td>
<td>324</td>
<td>536</td>
<td>233</td>
<td>-</td>
<td>1,093</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Gabinete do Secretário de Estado da Pecuaria</td>
<td>55</td>
<td>26</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>81</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Direcção Nacional de Pecuaria e Veterinária</td>
<td>131</td>
<td>606</td>
<td>61</td>
<td>-</td>
<td>798</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Direcção Nacional de Apoio ao Desenvolvimento Comunitário Agrícola</td>
<td>113</td>
<td>274</td>
<td>500</td>
<td>45</td>
<td>932</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Serviços de Agricultura do Distrito Aileu</td>
<td>117</td>
<td>37</td>
<td>20</td>
<td>-</td>
<td>174</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Serviços de Agricultura do Distrito Ainaro</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Serviços de Agricultura do Distrito Baucau</td>
<td>133</td>
<td>50</td>
<td>20</td>
<td>203</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>------------------------------------------</td>
<td>-----</td>
<td>----</td>
<td>----</td>
<td>-----</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Serviços de Agricultura do Distrito Bobonaro</td>
<td>207</td>
<td>48</td>
<td></td>
<td>255</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Serviços de Agricultura do Distrito Covalima</td>
<td>225</td>
<td>42</td>
<td>2</td>
<td>269</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Serviços de Agricultura do Distrito Ermera</td>
<td>189</td>
<td>49</td>
<td>2</td>
<td>240</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Serviços de Agricultura do Distrito Liquicá</td>
<td>141</td>
<td>45</td>
<td>19</td>
<td>205</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Serviços de Agricultura do Distrito Lautém</td>
<td>125</td>
<td>32</td>
<td>2</td>
<td>159</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Serviços de Agricultura do Distrito Manatuto</td>
<td>165</td>
<td>45</td>
<td>2</td>
<td>212</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Serviços de Agricultura do Distrito Manufahi</td>
<td>163</td>
<td>35</td>
<td></td>
<td>198</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Serviços de Agricultura do Distrito Oecusse</td>
<td>173</td>
<td>31</td>
<td></td>
<td>204</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Serviços de Agricultura do Distrito Viqueque</td>
<td>203</td>
<td>43</td>
<td></td>
<td>246</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Tribunais</td>
<td>590</td>
<td>1,767</td>
<td>249</td>
<td>2,606</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Conselho Superior de Magistratura Judicial</td>
<td></td>
<td></td>
<td>10</td>
<td>72</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Tribunal de Recurso</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Tribunais Distritais</td>
<td>379</td>
<td>1,540</td>
<td>31</td>
<td>1,950</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Procuradoria Distrital de Baucau</td>
<td>207</td>
<td>169</td>
<td>208</td>
<td>584</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Procuradoria Geral da República</td>
<td>699</td>
<td>1,349</td>
<td>1,019</td>
<td>2,500</td>
<td>5,567</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Procuradoria-Geral da República</td>
<td>571</td>
<td>1,223</td>
<td></td>
<td>1,019</td>
<td>2,500</td>
<td>5,313</td>
</tr>
<tr>
<td>Procuradoria Distrital de Baucau</td>
<td>55</td>
<td>52</td>
<td></td>
<td></td>
<td>107</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Procuradoria Distrital de Suai</td>
<td>38</td>
<td>37</td>
<td></td>
<td></td>
<td>75</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Procuradoria Distrital de Oecusse</td>
<td>35</td>
<td>37</td>
<td></td>
<td></td>
<td>72</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Provedoria dos Direitos Humanos e Justiça</td>
<td>414</td>
<td>670</td>
<td>214</td>
<td>1,298</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Provedoria dos Direitos Humanos</td>
<td>414</td>
<td>670</td>
<td>214</td>
<td>1,298</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Serviço Público de Radiodifusão, Televisão de Timor-Leste</td>
<td>659</td>
<td>1,913</td>
<td>481</td>
<td>15</td>
<td>3,068</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Direcção de Informação</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>Salários e Vencimentos</td>
<td>Bens e Serviços</td>
<td>Transferências</td>
<td>Capital Menor</td>
<td>Capital Desenvolvimento</td>
<td>Total das Despesas</td>
</tr>
<tr>
<td>--------------------------</td>
<td>------------------------</td>
<td>-----------------</td>
<td>----------------</td>
<td>---------------</td>
<td>------------------------</td>
<td>-------------------</td>
</tr>
<tr>
<td>Administração e Finanças</td>
<td>225</td>
<td>151</td>
<td>-</td>
<td>179</td>
<td>15</td>
<td>376</td>
</tr>
<tr>
<td>Direcção de Programação da RTTL (Empresa Pública)</td>
<td>134</td>
<td>1,416</td>
<td>-</td>
<td>179</td>
<td>15</td>
<td>1,744</td>
</tr>
<tr>
<td>Direcção de Apoio Técnico da RTTL (Empresa Pública)</td>
<td>122</td>
<td>184</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>306</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>178</td>
<td>162</td>
<td>-</td>
<td>302</td>
<td>-</td>
<td>642</td>
</tr>
<tr>
<td>Comissão Nacional das Eleições</td>
<td>529</td>
<td>812</td>
<td>3,000</td>
<td>197</td>
<td>-</td>
<td>4,538</td>
</tr>
<tr>
<td>Comissão Nacional das Eleições</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
</tr>
<tr>
<td>Comissão Anti Corrupção</td>
<td>567</td>
<td>834</td>
<td>477</td>
<td>201</td>
<td>2,079</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Comissão de Anti-Corrupção</td>
<td>567</td>
<td>834</td>
<td>-</td>
<td>477</td>
<td>201</td>
<td>2,079</td>
</tr>
<tr>
<td>Comissão da Função Pública</td>
<td>298</td>
<td>1,070</td>
<td>-</td>
<td>138</td>
<td>-</td>
<td>1,506</td>
</tr>
<tr>
<td>Comissão da Função Pública</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>298</td>
<td>1,070</td>
<td>138</td>
<td>-</td>
<td>1,506</td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>
Anexo III

Fundos Autónomos que são parcialmente financiados por receitas próprias dentro do Orçamento Geral do Estado da República Democrática de Timor-Leste para 2011 (US$'000)

<table>
<thead>
<tr>
<th>Despesas</th>
<th>Receitas Próprias</th>
<th>Subsídio do Governo</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td><strong>Electricidade de Timor-Leste</strong></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Salários e Vencimentos</td>
<td>1,000</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Bens e Serviços</td>
<td>45,488</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Capital Menor</td>
<td>471</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Capital de Desenvolvimento</td>
<td>1,200</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Total</strong></td>
<td>48,159</td>
<td>14,500</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>ANATL</strong></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Salários e Vencimentos</td>
<td>251</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Bens e Serviços</td>
<td>271</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Capital Menor</td>
<td>12</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Capital de Desenvolvimento</td>
<td>0</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Total</strong></td>
<td>534</td>
<td>1,300</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>APORTIL</strong> (Incluindo Berlim-Nakrona)</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Salários e Vencimentos</td>
<td>87</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Bens e Serviços</td>
<td>163</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Capital Menor</td>
<td>0</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Capital de Desenvolvimento</td>
<td>0</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Total</strong></td>
<td>250</td>
<td>3,100</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>IGE</strong></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Salários e Vencimentos</td>
<td>653</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Bens e Serviços</td>
<td>613</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Capital Menor</td>
<td>52</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Capital de Desenvolvimento</td>
<td>0</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Total</strong></td>
<td>1,318</td>
<td>0</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>SAMES</strong></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Salários e Vencimentos</td>
<td>285</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Bens e Serviços</td>
<td>600</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Capital Menor</td>
<td>115</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Capital de Desenvolvimento</td>
<td>50</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Total</strong></td>
<td>1,050</td>
<td>250</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Total das Agências Auto Financiadas</strong></td>
<td>51,311</td>
<td>19,150</td>
</tr>
</tbody>
</table>

96
<table>
<thead>
<tr>
<th>Programas</th>
<th>Salários e Vencimentos</th>
<th>Bens e Serviços</th>
<th>Transferências</th>
<th>Capital Menor</th>
<th>Capital Desenvolvimento</th>
<th>Total das Despesas</th>
<th>Receitas Próprias</th>
<th>Dotação</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Total</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>599,306</td>
<td></td>
<td>599,306</td>
</tr>
<tr>
<td>Agricultura</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>1,819</td>
<td></td>
<td>1,819</td>
</tr>
<tr>
<td>Irrigação</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>1,819</td>
<td></td>
<td>1,819</td>
</tr>
<tr>
<td>Desenvolvimento Urbano e Rural</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>900</td>
<td></td>
<td>900</td>
</tr>
<tr>
<td>Edifícios Públicos</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>9,900</td>
<td></td>
<td>9,900</td>
</tr>
<tr>
<td>Educação</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>2,400</td>
<td></td>
<td>2,400</td>
</tr>
<tr>
<td>Escolas</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>2,400</td>
<td></td>
<td>2,400</td>
</tr>
<tr>
<td>Energia Electrica</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>448,741</td>
<td></td>
<td>448,741</td>
</tr>
<tr>
<td>Equipamento Informático</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>9,400</td>
<td></td>
<td>9,400</td>
</tr>
<tr>
<td>MDG</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>65,000</td>
<td></td>
<td>65,000</td>
</tr>
<tr>
<td>Água e Sanitação</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>20,420</td>
<td></td>
<td>20,420</td>
</tr>
<tr>
<td>Habitação</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>44,580</td>
<td></td>
<td>44,580</td>
</tr>
<tr>
<td>Saúde</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>1,670</td>
<td></td>
<td>1,670</td>
</tr>
<tr>
<td>Hospitais / Clínicas</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>1,670</td>
<td></td>
<td>1,670</td>
</tr>
<tr>
<td>Segurança e Defesa</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>3,912</td>
<td></td>
<td>3,912</td>
</tr>
<tr>
<td>Solidariedade e social</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>1,650</td>
<td></td>
<td>1,650</td>
</tr>
<tr>
<td>Monumentos</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>1,650</td>
<td></td>
<td>1,650</td>
</tr>
<tr>
<td>Tasi Mane</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>31,100</td>
<td></td>
<td>31,100</td>
</tr>
<tr>
<td>Aeroportos</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>6,500</td>
<td></td>
<td>6,500</td>
</tr>
<tr>
<td>Estrados e Pontes</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>980</td>
<td></td>
<td>980</td>
</tr>
<tr>
<td>Petroleo e Gas</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td>23,620</td>
<td></td>
<td>23,620</td>
</tr>
<tr>
<td>Programas</td>
<td>Salários e Vencimentos</td>
<td>Bens e Serviços</td>
<td>Transferências</td>
<td>Capital Menor</td>
<td>Desenvolvimento</td>
<td>Total das Despesas</td>
<td>Receitas Próprias</td>
<td>Dotação</td>
</tr>
<tr>
<td>----------------</td>
<td>------------------------</td>
<td>-----------------</td>
<td>----------------</td>
<td>--------------</td>
<td>----------------</td>
<td>--------------------</td>
<td>-------------------</td>
<td>---------</td>
</tr>
<tr>
<td>Transporte</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>22,813</td>
<td>22,813</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
</tr>
<tr>
<td>Aeroportos</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>2,228</td>
<td>2,228</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
</tr>
<tr>
<td>Estradas e Pontes</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>15,485</td>
<td>15,485</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
</tr>
<tr>
<td>Portos</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>5,100</td>
<td>5,100</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
</tr>
</tbody>
</table>
Anexo V - Dotações Orçamentais para 2011 ($'000)
Fundo de Desenvolvimento do Capital Humano

<table>
<thead>
<tr>
<th>Programas</th>
<th>Salários e Vencimentos</th>
<th>Bens e Serviços</th>
<th>Transferências</th>
<th>Capital Menor</th>
<th>Capital Desenvolvimento</th>
<th>Total das Despesas</th>
<th>Receitas Próprias</th>
<th>Dotação</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Fundo de Desenvolvimento do Capital Humano</td>
<td>-</td>
<td>25,000</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>25,000</td>
<td>-</td>
<td>25,000</td>
</tr>
<tr>
<td>Formação Profissional</td>
<td>-</td>
<td>4,810</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>4,810</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
</tr>
<tr>
<td>Formação Técnica</td>
<td>-</td>
<td>3,371</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>3,371</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
</tr>
<tr>
<td>Bolsas de Estudos</td>
<td>-</td>
<td>12,952</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>12,952</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
</tr>
<tr>
<td>Outros Tipos de Formação</td>
<td>-</td>
<td>3,867</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
<td>3,867</td>
<td>-</td>
<td>-</td>
</tr>
</tbody>
</table>
ANEXO 3 – Transferências a Partir do Fundo Petrolífero

Exmo. Sr. Kay Rala Xanana Gusmão
Primeiro-Ministro
República Democrática de Timor-Leste

Exmo. Sr. Primeiro-Ministro,

ASSUNTO: REQUISITO PARA TRANSFERÊNCIAS A PARTIR DO FUNDO PETROLÍFERO

Este relatório é fornecido de acordo com as alíneas (a) e (b) da Lei do Fundo Petrolífero.

O Rendimento Sustentável Estimado é calculado segundo as provisões delineadas no Anexo 1 da Lei do Fundo Petrolífero.

<table>
<thead>
<tr>
<th>Rendimento Sustentável Estimado para o Ano Financeiro de 2011</th>
<th>Montante (dólares americanos)</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>734 milhões</td>
</tr>
</tbody>
</table>

<table>
<thead>
<tr>
<th>Rendimento Sustentável Estimado para o Ano Financeiro Anterior (2010)</th>
<th>Montante (dólares americanos)</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>502 milhões</td>
</tr>
</tbody>
</table>

O Orçamento para 2011 inclui em anexo uma análise da metodologia em que se baseiam os cálculos do Rendimento Sustentável Estimado.

De acordo com a alínea (c) da Lei do Fundo Petrolífero, o Auditor Independente deverá certificar o montante do Rendimento Sustentável Estimado. O relatório de certificação segue em anexo.

Com os melhores cumprimentos,

Emília Pires
Ministra das Finanças
Ministério das Finanças
República Democrática de Timor-Leste
Edifício No. 5, Rás-do-Chão
Palácio do Governo, Dili, Timor-Leste


Excelentíssima Sra. Dra.

Relatório de conclusões:factuais relativo à redução estimada no Redimento Sustentável Estimado (Artigo 9º)

Em conformidade com o aditamento nº05 ao contrato nº RDITL 83683, datado de 16 de Setembro de 2010, executamos os procedimentos acordados com V. Exa. enumerados no presente relatório somente com o objectivo de providenciar ao Governo da República Democrática de Timor-Leste um relatório em conformidade com o Artigo 9º (c) da Legislação do Fundo de Petróleo (Lei 9/2005). O nosso trabalho foi executado de acordo com a Norma Internacional sobre Serviços Relacionados aplicável a trabalhos de procedimentos acordados (ISRS 4400 – Engagements to Perform Agreed-upon Procedures Regarding Financial Information). Este relatório deve ser lido conjuntamente com o nosso contrato, o qual define as bases a partir das quais o nosso trabalho foi executado.

Responsabilidade limitada por um regime aprovado de acordo com a legislação dos Padrões Profissionais Austrailianos

Membros da Deloitte Touche Tohmatsu Limited
Ámbito do trabalho e declaração de responsabilidade

Conforme solicitado e acordado com V. Exas., executámos os procedimentos descritos na tabela abaixo. O âmbito do nosso trabalho limitou-se exclusivamente àqueles procedimentos. V. Exas. são responsáveis por determinar se o âmbito do nosso trabalho é suficiente para os Vossos propósitos e, como tal, não nos pronunciámos sobre a suficiência do nosso trabalho para os Vossos propósitos. No caso de termos executado procedimentos adicionais, outros assuntos poderiam ter chegado ao nosso conhecimento, os quais teriam sido comunicados a V. Exas..

Esta relatório não tem por finalidade explicitar quaisquer outros inquéritos a procedimentos que pudessem ser necessários para satisfazer os requisitos dos destinatários do mesmo.

Os procedimentos que executámos não constituem qualquer tipo de auditoria ou de exame simplificado e nós não expressámos qualquer opinião nem emitimos qualquer conclusão com base nos procedimentos executados. Não submetemos a informação contida no presente relatório ou a informação que nos foi fornecida pelo Ministério das Finanças a procedimentos de alicação ou de verificação para além dos expressamente descritos na tabela abaixo. Tal constitui prática normal no âmbito da execução de procedimentos de âmbito limitado, embora contraste significativamente com, por exemplo, uma auditoria. Os procedimentos que executámos não foram desenhados para identificar e, consequentemente, não é suposto que identificuem fraude ou informações inadequadas prestadas por parte do Ministério das Finanças. Dessa forma, não assumimos qualquer responsabilidade quanto à detecção de fraude (que perpetrada pelos representantes do Ministério das Finanças, quer por terceiros), nem assumimos qualquer responsabilidade por informações inadequadas prestadas pelos representantes do Ministério das Finanças.

Responsabilidade limitada por um regime aprovado de acordo com a legislação dos Padrões Profissionais Australianos

Membros da Deloitte Touche Tohmatsu Limited
Este relatório destina-se ao uso exclusivo de V. Exas. e tem por finalidade dar resposta aos equistos do Artigo 9º (c) da Legislação do Fundo de Petróleo (Lei 9/2003). O nosso relatório não se destina a ser usado para qualquer outra finalidade, a ser recitado ou referido em qualquer outro documento, a ser copiado ou disponibilizado (ao todo ou em parte) a qualquer outra pessoa sem o nosso consentimento prévio dado por escrito. Não aceitamos qualquer dever, responsabilidade ou obrigação para com outra entidade relativamente ao presente relatório ou ao correspondente trabalho.

<table>
<thead>
<tr>
<th>Procedimentos Executados</th>
<th>Situações Identificadas</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>1. Obter os cálculos que suportam o relatório do Governo a ser entregue ao Parlamento em resultado do Artigo 9º (b);</td>
<td>1. Os cálculos que suportam o relatório do Governo a ser entregue ao Parlamento em resultado do Artigo 9º (b) foram fornecidos pela Sra. Ministra das Finanças em 31 de Janeiro de 2011.</td>
</tr>
</tbody>
</table>

Responsabilidade limitada por um regime aprovado de acordo com e legislação dos Padrões Profissionais Australiano.

Membros da Deloitte Touche Tohmatsu Limited
<table>
<thead>
<tr>
<th>5. Emitir um relatório para o Governo de acordo com o Artigo 9º (c) da Legislação do Fundo de Petróleo (Lei 9/2005)</th>
<th>América, conforme consta ao Apêndice A.</th>
</tr>
</thead>
</table>

Atentamente

Deloitte Touche Tohmatsu

Data: 1 de Março de 2011

Responsabilidade limitada por um regime aprovado de acordo com as Legislações dos Padrões Profissionais Austrailianos

Membros da Deloitte Touche Tohmatsu Limited
Projetada pagamentos futuros

O excesso do Rendimento Sustentável Estimado em 2011

<table>
<thead>
<tr>
<th>Ano Fiscal</th>
<th>Retirada do Rendimento Sustentável Estimado em 2011</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>2012</td>
<td>$734 milhões</td>
</tr>
<tr>
<td>2013</td>
<td>$1,055 milhões</td>
</tr>
<tr>
<td>2014</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>2015</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>2016</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>2017</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>2018</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>2019</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>2020</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>2021</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>2022</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>2023</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>2024</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>2025</td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>

Responsabilidade limitada por um regime aprazado de acordo com a legislação dos Países Provedores Austríacos.

Membros da Deloitte Touche Tohmatsu Limited.
Preparado para o Governo da República Democrática de Timor-Leste pelo Ministério das Finanças

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS
Edifício 5, 1.º Andar, Palácio do Governo, Dili, Timor-Leste
Phone - +670 3339510  Fax - +670 3312467
Website - www.mof.gov.tl